

PAULINE FREIRE

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL REVISITADO: UMA
ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL, DA IDEOLOGIA E DA
HEGEMONIA NO GÊNERO ENTREVISTA**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

Novembro de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PAULINE FREIRE

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL REVISITADO: UMA
ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL, DA IDEOLOGIA E DA
HEGEMONIA NO GÊNERO ENTREVISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: Antônio Luiz Assunção

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

Novembro de 2010

PAULINE FREIRE

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL REVISITADO: UMA
ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL, DA IDEOLOGIA E DA
HEGEMONIA NO GÊNERO ENTREVISTA**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção
Orientador

Prof Dr. Renato de Mello - UFMG

Prof^a. Dr^a. Dylia Lysardo-Dias – UFSJ

Prof. Dr. Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal
de São João Del Rei

Novembro de 2010

Dedico
àqueles que
torceram por mim,
de perto ou de longe.

Agradecimentos

A meus pais, grandes incentivadores de minha vontade de aprender, sempre me apoiando na constante busca pelo conhecimento.

A meus irmãos, pelo apoio constante e torcida pela realização de meus sonhos e desejos, dentre eles esta dissertação.

A meu amor, por não me deixar desistir mesmo quando me sentia desanimada e não vendo mais sentido naquilo que estava desenvolvendo, e também pela ideias e discussões acadêmicas constantes.

À UFSJ, por me proporcionar a continuação de um trabalho de pesquisa no mestrado.

À UFLA, por me proporcionar continuar meus estudos, cumprindo as obrigações de meu trabalho e fazendo o mestrado. Sem este apoio não seria possível as indas e vindas a São João.

Às amigas de república que acompanharam minhas viagens a São João no início do mestrado, Andréa, Néia, Fran, Aline e Laura, sempre apoiando e me ajudando a relaxar na loucura que foi minha vida na época das disciplinas.

Às amigas de república que acompanharam na reta final deste trabalho, Dalíhia, Thaís e Jéssica, pelo companheirismo e momentos de alegria vividos juntos.

Ao meu orientador Antônio Luiz Assunção (Toninho), pelo apoio, orientações e, principalmente, por tentar me deixar menos afobada no desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais professores do mestrado em Letras da UFSJ, por me proporcionarem um vasto mundo de conhecimento sobre crítica da cultura, expandindo assim meus horizontes.

Aos amigos do mestrado, por compartilharmos tantos momentos agradáveis juntos, assim como as angústias e as inseguranças. Onde quer que estejam, cada um em seu caminho, estarão sempre em minha lembrança.

A todos aqueles que torceram pela conclusão de mais esta etapa em minha vida.

Resumo:

Movimentos sociais ocorrem a todo o momento e em qualquer lugar onde haja um grupo insatisfeito e que queira alguma mudança. Dentro dos movimentos sociais, o movimento estudantil surgiu como uma manifestação da vontade de mudança de estudantes de todo o mundo na década de 1960, atrelado à vontade de transformação não só do sistema educacional como também da sociedade em si.

Entre os objetivos deste trabalho estão: analisar os posicionamentos dos entrevistados em relação ao movimento e comparar os pontos de vista dos mesmos; caracterizar as diferentes opiniões sobre um mesmo objeto, de forma a demonstrar quais os aspectos relevantes na defesa de um posicionamento; analisar como a cultura influencia/influenciou esse processo de representação e mesmo a sua reativação nos dias atuais, além de perceber como se dá a representação do movimento estudantil no *corpus*, na tentativa de legitimar o mesmo.

Após a análise do *corpus*, percebemos que algumas características foram comuns, nas três entrevistas, porém, com algumas peculiaridades. As diferenças ocorrem devido ao contexto político, ao momento e à forma como os entrevistados viveram a experiência no movimento, sempre levando em conta que a experiência mais rica foi a do militante da década de 1960, quando o movimento viveu seu auge. Ao longo do tempo, com o enfraquecimento do mesmo, a participação foi mudando, mas não a representação do movimento para os militantes, que continuam acreditando e defendendo seus ideais como se fossem fortes e únicos.

Abstract:

Social movements occur at any moment and place where there is a group dissatisfied with some common issue and want some change. Within social movements, the student movement emerges as a manifestation of the will for change of students from around the world in the 60s. It's related not only to the change of the educational system, but also of the society.

The goals of this present dissertation were to analyze the position of each respondent concerning the student movement and to compare their points of view. It aimed also to characterize the different opinions about the same subject as a way to demonstrate which aspects are relevant to defend a position, to analyze how culture influenced and influences this representation process including its reactivation today and to understand how the representation occurs in the corpus of student movements as an attempt to legitimize it.

After having analyzed the corpus, we noticed that some features are common to all three interviews, but with some peculiarities. The differences occur because of the political context, the period in history and the manner in which respondents lived the experience of the movements, always taking into account that the most impressive experience was that of the militant from the 60's, when the movement expressed its peak and over time, with its weakening, the participation on it kept changing, but not the representation of it for the militants, who keep believing and defending its ideals as if they were strong and unique.

Lista de Abreviações e Siglas:

ACD: análise crítica do discurso

ME: movimento estudantil

UNE: União Nacional dos Estudantes

MEC/USAID: Ministério da Educação/ United States Agency for International Development

LC: linguística crítica

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de tipos de pontos de vista em cada entrevista.....	57
Tabela 2: Tipos textuais mais recorrentes em cada entrevista.....	65
Tabela 3: Tipo de orientação do destinatário nas entrevistas.....	66
Tabela 4: Número de tipos de questões nas entrevistas.....	66
Tabela 5: Definições de Ideologia segundo autores.....	83
Tabela 6: Elementos de análise da prática social de Fairclough.....	111

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1- O movimento estudantil revisitado.....	15
1.1- O Brasil de 1960 a 2008- Breve histórico.....	15
1.2- A gênese do Movimento Estudantil.....	19
1.3 -Entendendo melhor o movimento.....	21
1. 4 - Construção da identidade dos sujeitos/estudantes.....	25
1.5- Movimento estudantil e a questão da partidarização.....	26
1.6- O Movimento estudantil ontem e hoje.....	28
Capítulo 2- Entrevistas como reflexos de pontos de vista.....	33
2.1- Revisitando o conceito de entrevista.....	33
2.2- Refletindo sobre gênero e tipo textual.....	39
2.3- Entrevista na mídia.....	42
2.4- Entrevista e pontos de vista.....	45
2.5- Entrevista como voz coletiva.....	48
2.6- Métodos e estratégias de análise da entrevista.....	50
2.7- Análise do gênero entrevista.....	53
2.7.1- O posicionamento do entrevistado (negociação) e exposição dos pontos de vista (grupais e individuais).....	54
2.7.2- O gênero entrevista: forma e função, contexto e uniformidade de características.....	59
2.7.3-Tipos textuais.....	64
2.7.4- A orientação do destinatário- alta(nome e pronome), média(nome ou pronome) e baixa(nenhum) e tipos de questões- sim, não/ alternativa/ por que, como, onde.....	65
Capítulo 3- A Ideologia, a Hegemonia e Análise Crítica do Discurso.....	68
3.1- Ideologia.....	68
3.1.1Histórico do termo ideologia e pressupostos.....	68
3.1.2- Uma tentativa de conceituação de ideologia.....	73
3.1.3- A Ideologia, o real e as formas simbólicas.....	85
3.1.3.1- Ideologias, formas simbólicas e crenças.....	85
3.1.4- Ideologia, contextos e classes sociais.....	89
3.2- Hegemonia.....	91
3.2.1- Hegemonia- sobre contexto e definição.....	91
3.2.2- Hegemonia como Luta e ou luta de classes.....	93
3.2.3- A hegemonia e as relações de poder.....	95
3.2.4- A hegemonia e a relação com a política.....	96
3.2.5- O nacional, a vida coletiva e o consenso na hegemonia.....	98
3.3- A Linguagem e a Análise Crítica do Discurso relacionadas à ideologia e hegemonia.....	100
3.3.1- Ideologia, linguagem e poder.....	100
3.3.2- Definições através da ACD.....	102
3.3.3- Práticas sociais e linguagem.....	105
3.3.4- Elementos de análise.....	108
3.3.5- A representação da Ideologia, Hegemonia e ACD no <i>corpus</i>	112
3.3.5.1-A questão da Biografia e da Autobiografia.....	112

3.3.5.2- ACD- linguagem para expressar ideologia e hegemonia.....	114
Considerações finais	123
Referências Bibliográficas	132
Anexos	136

Introdução

Os movimentos sociais estão entre os vários temas relevantes relacionados à cultura, pois estão intimamente ligados à ação do povo em busca de seus próprios interesses, ou dos interesses coletivos. Diante disso, consideramos que os movimentos sociais, a ideologia e a representação de ideias na mídia são assuntos inerentes à análise discursiva, o que torna relevante o estudo da representação do movimento estudantil na mídia, objeto deste trabalho.

O movimento estudantil teve seu auge no Brasil nos anos 1960, mais especificamente em 1968, quando manifestações dos estudantes ocorreram em protesto contra diversas ações repressivas do governo em relação a eles. Nas manifestações, os estudantes buscavam se fazer ouvir, bem como lutar por seus direitos, como, por exemplo, por melhores condições de ensino.

Esse movimento teve uma importância enorme na época e em suas ações incluíam-se as manifestações contra a repressão aos estudantes em 1968 e a liberdade de expressão. A partir desta percepção, surge a relevância de se enfatizar um movimento social, o movimento estudantil, que vem se modificando ao longo do tempo e das gerações.

Devido ao fato do movimento ter uma grande abrangência e fornecer formas diversas de manifestações, investigaremos como ele é representado em três entrevistas¹ concedidas à Folha On line, em um especial publicado em 2008, sobre o tema.

Estudar esse movimento torna-se relevante devido ao seu papel e ao impacto social para a sociedade brasileira, quando consideramos sua reatualização por meio das entrevistas concedidas à Folha On line, quarenta anos depois de seu auge, principalmente no que se refere às questões do seu entorno que alimentaram, e alimentam ainda hoje, o imaginário social e político brasileiro.

¹ As entrevistas utilizadas, uma vez que consideram três entrevistados de três décadas diferentes, foram consideradas por nós como um recorte representativo para mostrar as características semelhantes de militantes do movimento. Vale ressaltar que, para efeito da análise deste trabalho, analisaremos somente as perguntas e as respostas, não considerando os demais elementos que fazem parte das entrevistas (fotos, dizeres antes das perguntas e respostas). Outro detalhe importante é que tivemos acesso às entrevistas somente em sua publicação, sem acesso à maneira como foram feitas (edição).

Pelo fato de o *corpus* ter sido publicado na página virtual do Jornal Folha de São Paulo, é necessário considerar o papel da internet, pois ela vem se tornando um dos principais meios de difusão de informação nos últimos anos. No decorrer do tempo, com os avanços da tecnologia moderna, a internet tornou-se também uma ferramenta de comunicação presente no cotidiano das pessoas, o que significa uma expansão dos, digamos, ‘moldes’ de divulgação de informação. Neste contexto, alguns veículos de comunicação, como revistas e jornais, utilizam a rede mundial de computadores como meios de divulgação e publicam, na internet, os mesmos conteúdos ou, mesmo, diferentes conteúdos, matérias jornalísticas, entrevistas, editoriais, opiniões, enfim, gêneros presentes na mídia comum.

A Folha de São Paulo, jornal diário de grande circulação no Brasil, se encaixa neste perfil, pois publica, além de seu jornal diário impresso, notícias em seu site, algumas reproduzidas de seu veículo diário, outras exclusivas *on line*. É nesse ambiente virtual que se situa o *corpus* deste trabalho.

Dentre as publicações exclusivas do site, há uma seção intitulada Especial, na qual há a publicação de matérias diversas sobre um determinado assunto de interesse da sociedade. Um desses especiais, publicado em 2008, foi sobre o já mencionado movimento estudantil. Além de matérias sobre o assunto, há um conjunto de entrevistas com militantes do movimento de diferentes períodos relatando suas experiências e colocando suas opiniões sobre ele. Vale ressaltar que o assunto voltou à tona devido ao ressurgimento do movimento, com invasões a reitorias ocorridas em algumas universidades brasileiras. Diante desse ressurgimento, torna-se relevante examinar o processo de representação do movimento estudantil, tendo em vista o afastamento temporal e a mudança da sociedade brasileira, no intuito de compreender os motivos que levaram à sua reconstrução.

Meu interesse pelo assunto surgiu quando tive uma experiência com o movimento estudantil, quando estudante do curso de Letras, participando de centro acadêmico, sendo representante dos alunos em assembleias departamentais e participando de algumas manifestações pelo funcionamento da

biblioteca e outros interesses do curso. Naquela ocasião, havia os mais exaltados militantes, outros nem tanto e aqueles que sequer se interessavam por nada que dizia respeito à defesa dos direitos dos alunos.

Sendo assim, sempre mantive o interesse e busquei informações sobre o movimento estudantil, motivo pelo qual, ao pesquisar sobre o assunto, encontrei o Especial publicado pela Folha on line sobre movimento estudantil e observei suas novas configurações, dentre elas as já citadas invasões de reitorias por protesto contra ações de autoridades. Surgiram, então, questionamentos sobre como se construiu o movimento desde seu auge, na década de 1960. Onde estão os militantes daquela época e o que eles pensam? Qual a relação do movimento estudantil de 1968 e o de hoje? Há força política? Há luta pelos reais interesses dos estudantes? Por que o desinteresse dos estudantes de hoje por política? Todos esses questionamentos surgiram atrelados à forma como os entrevistados utilizaram a linguagem e relatam sua experiência no veículo de comunicação citado.

Vários foram os questionamentos e, ao analisar melhor o *corpus* (entrevistas de militantes do movimento em três momentos períodos da história), percebi que o questionamento sobre a defesa ou não de um movimento ou de uma ideologia merecia um estudo que mesclasse linguagem, uma vez que, por meio dela, é possível externar os pensamentos, a cultura (nada mais cultural que um movimento social), além de ideologia, identidade, memória, enfim, elementos que forneceriam uma discussão interessante sobre o tema. Neste contexto, analisamos três entrevistas de militantes do movimento estudantil em três momentos distintos: Vladimir Palmeira, militante do movimento na década de 1960; Manuela D'Avila, militante na década de 1990 e Lúcia Stumpf, presidente da UNE em 2008. As entrevistas foram publicadas num especial da Folha On Line, em 2008, e está disponível na página da Folha de São Paulo, na internet.

Ao refletirmos sobre o assunto, optamos por investigar as representações do movimento estudantil nas três entrevistas, considerando o gênero textual entrevista e, dentro da análise crítica do discurso, da prática discursiva, a ideologia e hegemonia, este considerado nosso principal objetivo. Os objetivos específicos

foram: analisar os posicionamentos dos entrevistados em relação ao movimento; comparar os pontos de vista, analisando os pontos convergentes e divergentes; identificar os elementos linguístico-discursivos de propagação da ideologia, na tentativa de legitimar o movimento; caracterizar as diferentes opiniões sobre um mesmo objeto, de forma a demonstrar os aspectos relevantes na defesa de um posicionamento; analisar como a cultura influencia/influenciou esse processo de representação e, mesmo, a sua reativação nos dias atuais; caracterizar o gênero entrevista e identificar de que forma a ideologia e a hegemonia se relacionam dentro da prática social do modelo tridimensional de Fairclough.

Para a realização deste trabalho, primeiramente, fizemos a leitura de bibliografias que dizem respeito ao gênero entrevista, com o objetivo de caracterizá-lo e, em seguida, pesquisas sobre o movimento estudantil e os movimentos sociais. Após essas leituras, construímos os dois primeiros capítulos, no qual pretendemos deixar clara a delimitação do objeto, sempre relacionando a teoria ao *corpus* de análise. Foram realizadas, ainda, leituras sobre teorias que versam sobre ideologia, hegemonia, análise crítica do discurso e prática social. Após a reflexão teórica, a análise do *corpus* foi realizada levando em consideração toda a referência bibliográfica referida.

Para alcançar os objetivos propostos, no primeiro capítulo, fazemos uma retomada histórica do Brasil, no período de 1960 a 2008, uma vez que este é o período que levaremos em conta em nosso *corpus*. Em seguida, explanamos sobre o nascimento do movimento estudantil, comparando como ele se deu no Brasil e em outros países, para refletirmos sobre a construção da identidade dos militantes e a questão da partidarização no movimento. Por fim, fazemos uma comparação com o movimento do passado e o atual, comparando também o Brasil e outros países. No segundo capítulo, caracterizamos o gênero entrevista, dando ênfase ao gênero e ao tipo textual, bem como às características mais recorrentes no *corpus* em questão. Neste mesmo capítulo analisamos o *corpus* com base na teoria apresentada. No terceiro e último capítulo, refletimos sobre os termos ideologia e hegemonia, para fazermos uma análise do *corpus*, levando em consideração a relação da ideologia e da hegemonia com a análise crítica do

discurso, mais especificamente com a prática social de Fairclough. Neste capítulo também fazemos, simultaneamente, a reflexão teórica e a análise do *corpus*.

Capítulo 1

O movimento estudantil revisitado

Neste capítulo, fazemos um breve histórico do Brasil no período entre 1960 a 2008 e, depois, traçamos a história do movimento estudantil, pois acreditamos somente ser possível questionar ou discutir sobre determinado assunto quando se conhece sua história. Em seguida, elaboramos uma reflexão sobre a expansão do movimento estudantil, seus objetivos, sua importância, além de destacar o papel da União Nacional dos Estudantes (UNE) nesse contexto. Avançando um pouco mais, fazemos uma comparação do ME de outros países com o do Brasil, para, em seguida, destacar a questão do papel dos sujeitos e sua identidade como participantes do movimento. Por fim, refletimos um pouco sobre a questão da partidarização² nesses movimentos e sua influência, finalizando com uma comparação do movimento estudantil antes (auge na década de 1960) e hoje (década de 1990 e anos 2000). Cabe ressaltar que essa última reflexão nos auxiliará muito no tocante à análise do *corpus*, em cujos textos um dos pontos de destaque é essa comparação.

1.1- O Brasil de 1960 a 2008 - Breve histórico

A fim de contextualizar melhor o nosso objeto de estudo, o movimento estudantil, torna-se necessário fazer um breve histórico do período no qual os militantes viveram, para entendermos melhor a situação em que se inseriram e de que forma eles foram influenciados por tudo que ocorria no país³.

No ano de 1960, Jânio Quadros era o presidente do Brasil, mas, no ano seguinte, ele renunciou, por motivos não esclarecidos (Jânio nunca deu uma versão dos fatos, alegando “forças terríveis”) e começou uma disputa pelo poder. Neste contexto, os militares queriam impedir a posse do seu vice, João Goulart,

² O termo partidarização significa, neste trabalho, a influência que os partidos políticos têm no seio do movimento estudantil. Este assunto está muito presente nos movimentos, uma vez que essa influência é peça chave para questões como autonomia do movimento.

³ Esta contextualização foi feita com base em diversas referências bibliográficas, principalmente jornais que forneceram cronologias e livros didáticos de História.

alegando que isso traria risco à segurança nacional, pelo fato de sua imagem remeter a uma ameaça comunista. Mas, obedecendo à Constituição, João Goulart assumiu. Em seguida, por haver um receio em relação ao seu governo, devido à ameaça comunista, o sistema passou de presidencialista para parlamentarista. Mesmo empossado, o poder de João Goulart ficou restrito, devido ao novo sistema de governo, uma vez que, no parlamentarismo, o presidente não governa, mas sim o parlamento, ou o conjunto de ministros que elegem um chefe de governo, ou primeiro ministro. Neste contexto, ocorria o crescimento urbano e a industrialização do país avançava.

Devido à efervescência política do período, surgiram mobilizações de diversas classes sociais e houve um crescimento dos movimentos sociais, dentre eles o movimento rural, com as ligas camponesas, que lutavam contra a expulsão dos camponeses de suas terras. Dentro desses grupos de mobilização está também o movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes, ou UNE, criada em 1937, com sua proposta de transformação social, juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC), que surgiu em 1950/60, associação católica que tinha como objetivo difundir a igreja no meio universitário e a Ação Popular (AP), movimento político surgido a partir da atuação dos militantes da JUC. Nesse contexto, tem-se, então, a volta do governo populista em meio a movimentos grevistas e ao crescimento dos sindicatos.

Em 1965, deveria haver um plebiscito para definir, enfim, o sistema de governo, mas ele foi antecipado para o ano de 1963, diante do insucesso do sistema parlamentarista, uma vez que este impedia a realização de algumas medidas políticas. Nesse plebiscito, por motivos já expostos anteriormente e com a votação de 9,5 milhões contra 12,3 milhões, venceu o “não” ao parlamentarismo e João Goulart, ou Jango, como era chamado, assumiu a presidência. Seu mandato foi conturbado, pois houve conspiração dos militares contra ele, uma vez que suas propostas não prestigiavam as altas classes nem os militares. Naquele mesmo ano, houve a greve dos 700 mil e o presidente tentou realizar, por decreto, as reformas de base, mas não obteve sucesso. Em 1º de abril de 1964, devido à

tensão política que reinava no momento, aconteceu o golpe militar e os militares assumiram o poder.

A partir daí, surgiram os atos institucionais, os Ais, decretos que tinham validade sem aprovação de nenhum órgão legislativo. No primeiro deles, apesar de o Congresso continuar funcionando, teve início a perseguição aos adversários do regime. Neste momento, os estudantes, já visados pela repressão, tinham que agir na clandestinidade, assim como a UNE. Houve, ainda, suspensão de direitos políticos e a eleição, pelo Congresso Nacional, do novo presidente, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Com o AI-2, em 1965, extinguiram-se os partidos políticos. Três anos mais tarde, em 1968, ocorreram manifestações e a morte de um estudante, culminando na passeata dos 100 mil, além de greves constantes. Com o AI-5, o Congresso foi fechado. Na sequência, assumiu o governo o marechal Arthur da Costa e Silva, um dos líderes mais expressivos da repressão e, em seguida, o general Emílio Garrastazu Médici, em cujo governo observou-se o auge da ditadura (torturas e repressão). O período de 1969 a 1973 foi a época que ficou conhecida como do milagre, do “capitalismo selvagem”, até chegar ao governo Geisel, que iniciou a abertura política e houve um momento de euforia, de crescimento do capitalismo no país, junto a manifestações do tipo “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Em 1977, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência com o “pacote de abril”, com a intenção de projetar uma ampliação da representação política dos setores de oposição. O Congresso, em 1979, agora sem o AI-5, conseguiu mais independência e mais poder. Com o regime militar, os sindicatos rurais, os movimentos sociais e operários, bem como os metalúrgicos, participaram de várias paralisações e greves, até que, em 1978, o governo passou para as mãos do general João Baptista de Oliveira Figueiredo e verificou-se maior abertura política, juntamente com o aprofundamento da crise econômica. Em 1979 foi promulgada a lei de organização partidária, pela qual a Aliança Renovadora Nacional, ou Arena transformou-se em Partido Democrático Social, o PDS e o Movimento Democrático Nacional (MDB) transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ou PMDB. Também surgiu o Partido dos Trabalhadores, o

PT, tendo como um dos principais representantes o então sindicalista Luis Inácio Lula da Silva e o Partido Democrático Trabalhista, ou PDT, comandado por Leonel Brizola.

A década de 1980 é considerada a “década perdida”, devido ao período de recessão. De 1981 a 1983 ocorreu um declínio do PIB e a dívida externa subiu, passando de 43,5 bilhões para 91 bilhões. Além disso, o governo concedeu a anistia aos exilados políticos, que puderam retornar ao país. Já em 1982 ocorreram as manifestações a favor das eleições diretas para presidente da república, conhecida como campanha pelas “diretas já”, com a participação de representantes de vários setores da sociedade, dentre eles artistas e intelectuais, apesar de os deputados da época rejeitarem a ideia de eleições diretas para presidência. Tancredo Neves foi eleito por um colégio eleitoral, responsável pela escolha indireta da presidência da república, com José Sarney para vice. Doente, Tancredo não assumiu; assumindo seu vice, Sarney.

Em 1986, José Sarney, então presidente, lançou o Plano Cruzado, congelando preços e combatendo a inflação. Em seguida, no ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição e, no ano seguinte, foi realizada a primeira eleição direta para presidente, depois do período de ditadura militar. Os principais candidatos foram Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, vencendo o último, até então desconhecido, pertencente a um partido pequeno, o PRN. Após o lançamento de um plano econômico radical, com o confisco de bens, Collor sofreu um processo de impeachment, renunciou em 1992 e assumiu seu vice, Itamar Franco. Em 1994, no governo de Itamar Franco, foi lançado o Plano Real, apadrinhado por Fernando Henrique Cardoso, na época Ministro da Fazenda e que, no ano seguinte, em 1995, foi eleito presidente e na próxima eleição é reeleito. Em 2002, Lula venceu a eleição para presidente e assumiu, sendo reeleito em 2006, implantando programas como o Fome Zero, utilizando um discurso mais ameno que de suas eleições anteriores. Em 2008, o Brasil viveu um momento de crise mais branda e um avanço na área social.

1.2- A gênese do Movimento Estudantil

O auge do movimento estudantil começou na França, a partir de várias manifestações que começaram em 1967. Na realidade, devido à questão dos excedentes⁴ e do acordo MEC/USAID⁵, em vários países ocorreram manifestações, dentre eles a já citada França, a Itália e o Japão, este último devido à chegada de um submarino atômico.

Para um melhor entendimento da cronologia do movimento estudantil, faremos uma exposição baseada em datas e eventos que aconteceram simultaneamente em países estrangeiros e no Brasil. A cronologia será feita de março de 1968 até dezembro, quando foi promulgado o Ato Institucional nº 5, ou AI-5.

No início das ações que marcaram o auge do movimento no Brasil, em 1968, em 22 de março, foi realizado um comício de protesto, no qual os estudantes ocuparam um prédio administrativo para discutir as ações, agendando outro protesto para dia 29/03, como boicote a provas. Continuando a onda de protestos, naquele mesmo mês, no dia 28, houve outro protesto contra condições de alimentação das universidades e um encontro de estudantes preparado no restaurante Calabouço, onde os estudantes foram surpreendidos pela polícia e Edson Luís Lima Souto, um estudante de 17 anos, foi morto. Enquanto isso, na Espanha, a Universidade de Madri foi fechada pela polícia, devido a protestos dos estudantes.

Em 1º de abril do mesmo ano, como protesto, os estudantes invadiram a Universidade de Brasília (UnB) e, em seguida, a PM invadiu o local. Ocorreram também passeatas em outrcidades brasileiras. No Rio de Janeiro, houve tumulto, com a morte de uma pessoa envolvida no protesto e com vários presos e feridos. Em São Paulo, em determinado momento, a passeata se dividiu em dois grupos.

⁴ Os excedentes eram aqueles alunos que eram aprovados nos exames vestibulares da época, pois conseguiam nota maior que 50%, mas que não conseguiam vaga para entrar na Universidade. Essa situação gerava muitos protestos.

⁵ Este acordo foi firmado em 30/6/1968, entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), devido a problemas existentes na educação superior no Brasil e visando uma expansão e melhoria do sistema de ensino brasileiro. Dessa forma, as duas entidades tinham suas obrigações e trabalhariam juntas, planejando ações e executando-as com o objetivo de reformar a educação superior brasileira.

Um deles, liderado pela estudante Catarina Meloni, enfrentou a polícia e outro grupo, liderado pelo também estudante José Dirceu, se dispersou e saiu da luta naquele momento. No dia 4, continuaram os conflitos entre estudantes e policiais e vários estudantes sofreram torturas. Dia 18, desta vez em Paris, na França, a Universidade de Nanterre foi fechada. Dia 20, em São Paulo, ocorreu uma passeata dos estudantes, chefiada pelo presidente da UNE Luiz Travassos.

No mês de maio, auge dos acontecimentos do movimento, no dia 3, em Belo Horizonte, estudantes de medicina prenderam o diretor e professores na Universidade. No mesmo dia, na França, o reitor da Universidade de Sorbone fechou a Universidade de Paris. Dois dias depois, dia 5, a Polícia Militar prendeu os estudantes de Belo Horizonte que participaram da manifestação do dia 3 e, nos EUA e na Espanha, as universidades foram abertas. Dia 6, na França, ocorreram manifestações pelo fechamento da Universidade de Sorbone e, no dia seguinte, 7 mil estudantes lutaram com a polícia. No dia 8, continuaram a ocorrer manifestações dos estudantes em vários países. Ainda na França, cinco dias depois, dia 13, ocorreu uma passeata dos estudantes em Paris; já no dia 14, a Universidade de Sorbone foi ocupada pelos estudantes e no dia 2 de junho, com 10 milhões de grevistas, o país parou.

No dia 2 de junho, em São Paulo, a PUC/SP foi tomada por estudantes. Uma semana depois, no dia 11, na França, uma universidade foi ocupada e ocorreu uma greve de operários. Em seguida, uma série de ações ocorreu no Brasil: no dia 12, uma invasão da USP; no dia 21, ocorre a “sexta-feira sangrenta”, uma passeata no Rio de Janeiro que acabou em repressão e muitos mortos; três dias depois, várias manifestações ocorreram em São Paulo e, no dia 26, no Rio de Janeiro, ocorreu a conhecida “Passeata dos 100 mil”, que reuniu cerca de 100 mil pessoas, entre estudantes, ativistas e intelectuais.

Em São Paulo, no mês seguinte, cerca de 2 mil pessoas se uniram em uma passeata. No dia seguinte, o mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, com cerca de 10 mil pessoas e, diante disso, o ministro da justiça, Gama e Silva, proibiu qualquer tipo de manifestação e passeatas no Brasil.

Em 28 de agosto, aconteceu uma passeata em São Paulo, quando 500 pessoas foram detidas e, no dia seguinte, a PM invadiu a UnB e estudantes foram feridos, um deles com um tiro na cabeça.

Outubro foi outro mês de acontecimentos marcantes. No início do mês, estudantes da USP e do Mackenzie da rua Maria Antônia tiveram um confronto, no qual ocorreu a morte de um estudante secundarista. A faculdade de Filosofia da USP foi fechada. Dia 12, ocorreu o Congresso clandestino da UNE, em um sítio em Ibiúna, SP. A polícia invadiu o local e prendeu 700 estudantes, dentre eles José Dirceu, Vladimir Palmeira e Luiz Travassos. Na ocasião, ocorreu o assassinato do capitão Charles R. Chandler, um militar norte-americano.

Em dezembro, o AI-5 fechou o Congresso Nacional e foram interrompidas as garantias institucionais de defesa da cidadania. Começaram a ocorrer prisões e começou o período da ditadura militar.

Após essa breve cronologia, podemos perceber que as manifestações aumentavam. Os estudantes faziam manifestações contra aquilo que não concordavam e a polícia os reprimia, na maioria das vezes, de forma muito violenta. Após o AI-5, a situação foi se agravando, conforme relata Barbosa:

Essa desarticulação se agravou, principalmente, depois do Ato Institucional nº 5(AI-5), em dezembro de 1968, e do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969. O primeiro, dentre outras coisas, suspendia todas as garantias constitucionais e individuais e desencadeava uma violenta campanha repressiva; e o segundo, proibia toda e qualquer manifestação política ou de protesto no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares (BARBOSA, 2002, p. 5).

1.3 - Entendendo melhor o movimento

O movimento estudantil (ME), como visto anteriormente, teve início em outros países e no Brasil também teve suas manifestações. Como todo movimento social, o ME lutava contra um sistema universitário que já existia e contra algumas medidas que vinham sendo tomadas nas universidades.

Um dos objetivos mais claros do movimento era a reforma da universidade, sua transformação. Esse objetivo era buscado tanto na França quanto no Brasil, como afirmam Bendit e outros, citando a intenção do ME na França. *Seu objetivo*

é a reforma total da universidade, das suas estruturas, de seu espírito, de sua finalidade, e a transformação da sociedade burguesa (BENDIT ET AL, 1968, p. 17). Essa necessidade de mudança estava presente nos estudantes que, cansados de somente aceitar aquilo que era imposto pelos superiores sem se mostrar e fazer ouvir, decidiram lutar por seus direitos, pois eles eram os interessados mais diretos em tudo que dizia respeito à universidade.

Esse questionamento dos estudantes resultou em ações efetivas em prol de seus interesses. De nada bastava somente não concordar, era preciso pensar, questionar. Como afirma Bendit e outros (1968), *Isto é que é importante, que o maior número possível de estudantes se perguntem: 'E agora?'* (BENDIT ET AL, 1968, p. 37). E foi isso que eles fizeram, na França, no Brasil, onde quer que estivessem; os estudantes se perguntaram o quê fazer e começaram a agir em causa própria.

No Brasil, quando as manifestações começaram a tomar forma, os estudantes começaram a criar representações para que se fizessem ainda mais fortes e pudessem realmente ser ouvidos. Na década de 1930, organizou-se a União Nacional dos Estudantes (UNE), a fim de sistematizar e tentar organizar o movimento estudantil. No início, a entidade tinha forte ligação com o governo, que foi rompida após a segunda guerra (MESQUITA, 2006, p. 65). Vale ressaltar que a entidade começou a ganhar forma e força de representação junto aos estudantes na década de 1960 e começou a perder essa força após o regime militar.

O fortalecimento do movimento estudantil ocorreu na década de 1930, atrelado às mudanças que ocorriam na sociedade, como cita Mesquita (2006):

No Brasil, a luta contra o Estado Novo se fortalecia no interior da sociedade e o movimento estudantil refletia e respondia através de manifestações. Criava-se assim, uma elite estudantil que acabava por representar não somente a categoria dos estudantes, mas também grande segmento da população que tinha anseio por mudanças (MESQUITA, 2006, p. 66)

Os estudantes, ao fazerem parte de uma representatividade e se manifestarem, mostravam às pessoas que era possível pelo menos lutar por mudança. Outros grupos de pessoas, de outras entidades, se juntavam aos

estudantes, a fim de tentar alguma modificação no governo, pois aquela forma vigente os incomodava.

Juntamente com a luta da sociedade, vinha a luta dos estudantes pela reforma universitária. O sistema que, segundo eles, estava falido, precisava de algumas mudanças que deveriam ser discutidas o mais rápido possível. Era visível, para eles, naquele momento, que *a ausência de um modelo universitário que incorporasse as novas demandas da sociedade e dos estudantes, em particular, sugere no interior do movimento a retomada da discussão da reforma universitária* (MESQUITA, 2006, p. 70). A necessidade dessa mudança estava a todo momento presente no ideológico dos estudantes e a discussão era, para eles, o ponto de partida para uma mudança na universidade, mudança esta que só poderia acontecer se eles lutassem de alguma forma.

As ideias, a insatisfação e as manifestações que resultaram dessas discussões fomentavam muito mais que a questão estudantil. Como afirma Mesquita:

Num primeiro momento, as manifestações se limitavam ao campus e às reivindicações de questões internas, como a melhoria da infra-estrutura universitária, o fim do autoritarismo no interior da universidade, etc. Logo, passaram à luta pelas liberdades democráticas, pela abertura, e à reorganização do próprio movimento estudantil (MESQUITA, 2006, p.82).

Para os estudantes, de nada adiantava somente discutir, fazer manifestações e tomar conta somente de seus interesses. Para eles, era importante também agir e ir além dos muros da universidade, lutar pela democracia, pelos direitos do cidadão, enfim, por aquilo que fazia diferença para a sociedade em si. Essas ações foram confirmadas na época da ditadura, quando o movimento estudantil esteve lado a lado com operários e lutou contra a repressão, se mostrando ainda mais forte como uma entidade unida.

Ao pensarmos no movimento estudantil que ocorria na França e também no Brasil, não podemos deixar de refletir sobre os dois lugares e de comparar as formas de repercussão dos movimentos. Tanto lá quanto aqui, a ideia de mudança e a necessidade de fazer algo para que ela aconteça estavam presentes. Sobre o movimento na França, Bendit observa que *a nossa crítica à universidade não pode deixar de converter-se numa crítica à sociedade, daí a necessidade que temos de*

expandir a nossa ação e de transpor o quadro universitário.(BENDIT ET AL, 1968, p. 113).

Esse discurso da França pode ser percebido também na forma como os brasileiros queriam fazer uma mudança no mundo na década de 1960:

Em 1968 os estudantes brasileiros tinham um sonho que não era unicamente brasileiro nem havia nascido naquele ano: reformar o ensino, as instituições e muito mais. Mas isso se tornou mais importante, em 68, porque os estudantes franceses estavam erguendo barricadas nas ruas de Paris (PONTES E CARNEIRO, s.d, p. 11).

Ao compararmos os movimentos em diversas partes do mundo, vemos pontos em comum que nos permitem perceber o quanto a pluralidade presente nos movimentos em locais diferentes pode ser unívoca. A reivindicação pela liberdade aparece em vários locais e épocas como o carro-chefe daquilo a que os estudantes aspiravam. A retomada das ruas como espaço público, para a realização de suas manifestações e passeatas, era também algo comum nesses movimentos, onde quer que eles ocorressem. A pluralidade dos espaços de poder, no sentido de que as reivindicações eram feitas não importando onde, nem para quem, mas somente eram feitas contra aquilo que eles não concordavam, era uma maneira de lutar contra a maneira como a universidade e o governo (poder) estava conduzindo aquilo que estava em suas mãos (MESQUITA, 2006).

Ainda refletindo sobre as semelhanças entre os movimentos em diferentes países, cabe pensar sobre as condições objetivas das manifestações, ou seja, cada país tem sua realidade. Às vezes, o que para os franceses era motivo de revolta, era justamente aquilo pelo qual os brasileiros lutavam. O questionamento, porém, dos jovens, era contra aquele estado atual das coisas, seja ele qual for, que não os estava agradando. Mesquita, citando Bebiano, ilustra bem esta questão, da seguinte forma:

As diversas manifestações que se desencadeiam em todo o mundo - apesar de ocorrerem dentro de condições objetivas dissemelhantes, partem de 'uma mesma tendência para um questionamento do status quo político e social com o qual os jovens iam sendo confrontados'(Bebiano, 2003:73)(MESQUITA, 2006, p. 81).

Para finalizar, percebemos que, apesar das diferentes realidades de outros países e do Brasil, a ideia de mudança, de transformação da realidade e de sede de transformação da universidade e da sociedade era um ponto comum, mesmo que os estudantes estivessem a milhas de distância.

1. 4 - Construção da identidade dos sujeitos/estudantes

Os estudantes, por viverem a realidade universitária, lutam pelos interesses de melhorar o ambiente em que vivem, buscando melhores condições de ensino. Conforme afirma Mesquita (2006), *os estudantes tornam-se assim, sujeitos de uma ação política capaz de interferir, de fato, na realidade à qual estavam imersos* (MESQUITA, 2006, p. 71). Essa ação política ocorre de forma muito efetiva por meio das entidades de base a que eles estão filiados, bem como das manifestações que os mesmos promovem, visando alcançar seus objetivos.

A identidade do sujeito surge uma vez que todos os participantes do movimento compartilham da mesma ideia e lutam por ela. Por algumas vezes, percebemos claramente essa questão quando nos referimos a determinados estudantes como 'aquele do movimento estudantil'. Dessa forma, estamos construindo identidades ligadas ao grupo de que determinado sujeito participa; ele está intimamente ligado a seu grupo. Sobre este assunto, temos que

A imagem, a representação, 'cristaliza' uma certa identidade acerca do movimento. Este ethos- que se firma através de um imaginário colado a uma identidade coletiva- através da memória social dos militantes (muitas vezes cristalizada e romantizada), de eventos e manifestações, sobrevive sendo a expressão mais visível da história do movimento entre os estudantes (MESQUITA, 2006, p. 96).

A questão da memória social e do imaginário de quem pertence ao grupo é percebida claramente nas ações e realizações dos indivíduos. Eles, como membros daquele grupo, refletem a memória do que foi o movimento e imaginam, algumas vezes, que aquela realidade vivida por eles ainda perdura. Não precisamos ir longe para vermos um exemplo. Basta ouvirmos pessoas mais velhas falando sobre sua juventude e, mesmo, militantes de movimentos estudantis da década de 1960, falando sobre suas experiências (veremos isso

mais claramente no *corpus* deste trabalho). A memória permanece viva como se ainda nos tempos de hoje ocorresse da mesma forma.

Mesquita (2006), citando Tajfel, ao definir identidade social, afirma que

A identidade social seria, portanto, definida por Tajfel(1972:271) como 'aquela parte do auto-conceito de um indivíduo que deriva de seu conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos) social junto com o conhecimento valorativo e emocional associado à dita pertença (MESQUITA, 2006, p. 118).

Esse sentimento de pertença do indivíduo é percebido claramente nos estudantes, uma vez que, ligados ao movimento, sempre se autodenominam sou da UNE, ou sou do movimento estudantil. Percebemos que *a identidade, portanto, se revela nas interações compartilhadas entre os indivíduos num campo interacional e simbólico* (MESQUITA, 2006, p. 124), ou seja, ao interagirem, os estudantes se identificam com aquele grupo e com a ideia dos integrantes daquele grupo, se inserem naquele contexto e sentem que sua identidade individual faz parte também de uma identidade coletiva.

Sob o fortalecimento do movimento por meio dessa construção da identidade coletiva, as atitudes de pertença reforçam o movimento, uma vez que, ao compartilhar experiências, favorece-se o surgimento de uma nova identidade a partir do movimento social em que o indivíduo se engaja.

Javaloy (1993), ao fazer referência ao pensamento de Blumer, considera que o fato das pessoas compartilharem as mesmas experiências e um mesmo orgulho de pertença ajuda a fortalecer uma nova concepção de si mesmo que o indivíduo havia adquirido ao filiar-se ao movimento, assim como a desenvolver um compromisso de militância e uma solidariedade que dá consistência ao movimento social (MESQUITA, 2006, p. 120)

Com isso, podemos perceber que o processo de construção da identidade social e individual dos sujeitos está diretamente ligada ao modo como os indivíduos relacionam-se com os outros dentro do grupo social a que pertence.

1.5 - Movimento estudantil e a questão da partidarização

Qualquer movimento, ao se tornar mais forte, coloca-se diante da questão de se filiar a um órgão ou a uma instituição mais consolidada, visando obter mais

credibilidade frente a outros órgãos ou, mesmo, à sociedade. O movimento estudantil, como não poderia deixar de ser, participou de episódios que envolviam questões políticas mais amplas em que foi qualificado como partidário. Mesquita afirma, sobre este assunto, que *certamente, a forte institucionalização desses movimentos e uma certa colonização dos partidos em seu interior, interferiu na diminuição da identidade entre movimentos e base* (MESQUITA, 2006, p. 20). Essa relação entre identidade do movimento e base se dá pelo fato de a partidarização trazer uma ideia de algo pronto para ser defendido. O movimento estudantil, fechado na sua identidade definida pelo qualificativo “estudantil”, tinha demandas bastante específicas que, ao defender, garantiam a sua legitimidade e fortaleciam as lutas e a identidade do grupo. Ao filiar-se a outros movimentos, há uma divisão de interesses, pois o movimento se alia a diversos partidos e alinha seus interesses específicos participando de uma agenda política mais ampla.

A partidarização do Movimento Estudantil já era sentida desde a época da reconstrução da UNE, em 1979, quando alguns segmentos do movimento estudantil já concebiam a divisão do movimento em diversas tendências e a vinculação do mesmo a entidades externas a ele, como os partidos políticos, como sendo erros cometidos no passado e que não poderiam se repetir (BARBOSA, 2002, p. 7).

Essa partidarização, portanto, ocorria de forma desenfreada, fazendo com que o movimento se enfraquecesse, o que acarretou algumas consequências que não foram muito bem vistas por toda a comunidade estudantil ou por todos os membros do grupo. Alguns autores relatam que o movimento, sob esta perspectiva, perdia com a filiação a outros partidos políticos. Ao mesmo tempo, outros autores defendiam que não era tão prejudicial esse envolvimento e que, ao contrário, a partidarização era inevitável devido ao crescimento do movimento.

No entanto, há que se considerar que a partidarização, ao ampliar o foco de interesse do movimento, enfraquecia sua atuação no ponto específico que os unificava, o que afetava sua coletividade como grupo.

Dessa forma, muitas vezes, as discussões acabam se desviando de suas intenções iniciais, como a defesa dos interesses dos estudantes em geral, para se deslocarem para o campo político partidário, originando quebras,

discrepâncias de ideias, rivalidades, impedindo que o movimento estudantil se articule em favor de suas lutas específicas (BARBOSA, 2002, p. 11)

Como Barbosa (2002) observa, no entanto, essa relação com o partido não seria em si mesma um problema para a identidade social do grupo nem negativa em sua essência. Para o autor, o problema estava no processo de aparelhamento político do movimento, o que implica em uma sobreposição de valores e interesses e, muitas vezes, em uma definição dos caminhos do movimento estudantil com consequências para a manutenção de sua identidade de grupo.

A relação dos estudantes com partidos políticos, no entanto, não é necessariamente uma coisa negativa, como já foi apontado. O que não é adequado é o aparelhamento do movimento estudantil aos partidos políticos, ou seja, quando os interesses do movimento estudantil são deixados de lado para se assumir a disputa entre os partidos que assumiriam as lideranças estudantis (BARBOSA, 2002, p. 12).

1. 6 - O Movimento estudantil ontem e hoje

A comparação entre a natureza do movimento estudantil no passado e a sua evolução nos dias de hoje torna-se inevitável, principalmente quando se considera a experiência vivida pelos militantes naquela época. Neste trabalho, parece-nos importante retomar essa comparação por meio do exame das comparações sócio-históricas dos anos 1960 e dos dias de hoje, buscando compreender o modo como esses momentos dialogaram e dialogam com sua época. No capítulo 3, este ponto será retomado na análise do *corpus*, uma vez que este é um ponto crucial na análise e um assunto abordado pelos entrevistados que compõem este *corpus*.

O surgimento dos movimentos sociais deve ter uma motivação forte, capaz de mobilizar centenas ou milhares de pessoas. Como já visto no início deste capítulo, na década de 1960 ocorreram várias manifestações de estudantes sobre diversos assuntos. Morin, em uma entrevista concedida à Folha de São Paulo⁶, compara o movimento estudantil com a revolta contra a autoridade instituída, uma

⁶ Julgamos relevante utilizar a entrevista de Morin para ilustrar as ideias de um pensador contemporâneo sobre o tema.

vez que a juventude estava se sentindo sufocada e precisava se mostrar de alguma forma que não estava satisfeita.

1968 foi, antes de mais nada, um ano de revolta estudantil e juvenil, numa onda que atingiu países de naturezas sociais e estruturas tão diferentes como Egito, EUA, Polônia... O denominador comum é uma revolta contra a autoridade do pai e da família (MORIN, 2008, Folha de São Paulo).

As transformações ocorridas no Brasil e no mundo suscitavam debates e discussões sobre desenvolvimento e emancipação (MESQUITA, 2006), trazendo o jovem para mais perto da política. Os jovens, vivendo as mudanças em sua realidade social, se fazem mais participativos e presentes em lutas que primeiramente interessam a eles e, em seguida, em lutas mais amplas. Já envolvidos em suas lutas, é mais rápido passar para lutas da sociedade e é exatamente no fervor das lutas que isso acontece. Mesquita (2006) aponta este comportamento como um ideal romântico dos jovens que nenhuma experiência tinham na política e, de repente, se viram dentro dela, lutando pelos ideais deles e de milhares de pessoas.

(...) os movimentos estudantis – e de maneira realçada os da década de 1960 – foram, visivelmente, o primeiro paradigma de participação do movimento juvenil no Brasil, tornando-se e construindo, por muito tempo, um ideal romântico do que devem ser a política e a participação (MESQUITA, 2006, p. 30).

Essa expansão da luta do movimento estudantil para a luta da sociedade contra a ditadura ocorre, pois, em 1968, quando o movimento estava no auge, ocorreu a ditadura militar e este episódio corrobora para que a luta persista, dessa vez de forma mais intensa. Como afirma Mesquita, *o que podemos observar é que neste período, o movimento estudantil brasileiro foi caracterizado pela resistência e luta não somente pela ditadura militar, mas também contra suas expressões mais imediatas: a repressão e o autoritarismo* (MESQUITA, 2006, p. 74).

Após esse auge do movimento estudantil na década de 1960, quando tudo era luta contra o regime autoritário, o movimento estudantil sofreu mudanças muito fortes em relação à sua força e militância. Apesar de muitos militantes negarem seu enfraquecimento, pode-se notar que essa mudança foi atrelada à “volta da normalidade” no cenário político do país.

Morin, em sua entrevista, faz menção a essa mudança do movimento estudantil quando afirma que *hoje em dia, movimentos estudantis se generalizam rapidamente e prosseguem mesmo quando o governo satisfaz os seus pedidos* (MORIN, 2008, Folha de São Paulo). Sua afirmação reforça a tese de que o movimento mudou, as necessidades do movimento também, uma vez que ele não é mais um movimento focado em lutar contra o regime político que estava vigente na época, mas sim contra novas questões que vão surgindo ao longo do tempo, como internas à universidade.

Outra questão em relação aos movimentos atuais é o surgimento de novos movimentos sociais. Não temos mais somente o movimento estudantil, mas vários movimentos que se deslocam no país todo e carregam bandeiras de vários tipos. Com o enfraquecimento da UNE como entidade representativa, outras representações tentam “conquistar” os estudantes e o movimento, compostas ou não de partidos políticos, visando arraigar uma força de luta maior.

Pensando cronologicamente em como se deu essa transformação do movimento, podemos perceber que, *durante o processo de reconstrução da UNE, em 79, pode-se perceber a falta de sentido coletivo da atuação estudantil* (BARBOSA, 2002, p. 6), ou seja, após o término da ditadura, pode-se inferir que se perdeu um pouco aquela questão de que o movimento estudantil era forte e que sua força iria mudar o mundo. Esse sentido coletivo perdido de que fala Barbosa é sentido hoje nas entidades de base que, às vezes, nem sequer conseguem eleger uma representatividade para um centro acadêmico ou um diretório. Barbosa (2002) esclarece essa “morte” do movimento, considerado, inclusive, fantasma das entidades do passado.

Ribeiro Neto considera as entidades estudantis da década de 80 como sendo ‘fantasmas desencarnados das entidades e práticas do passado (...) apenas órgãos que repetem infundável e tristemente a mesma história, alheios e contra a vida e as experiências das pessoas que seriam a sua substância (1985, In: Souza, 1999, p. 47) (BARBOSA, 2002, p. 7).

Essa nova conjuntura do movimento estudantil, já sem o furor da década de 1960, se mostra falida nos anos 1980, sobrevivendo somente em alguns momentos e lugares, nada mais atrelado àquela força existente na década de 1960. *Ou seja, a participação do povo tem sido muito escassa e, no caso do*

movimento estudantil, quase sempre ocorre sem fundamentos teóricos que permitam a compreensão maior da conjuntura econômica e política em nível mundial e nacional (BARBOSA, 2002, p. 11) .

Como um ponto de convergência de momentos diferentes do movimento estudantil, tem-se a questão cultural. Desde o início do movimento até os dias atuais, a cultura, como parte integrante dos movimentos sociais, tem estado presente nos variados momentos do movimento e colabora na questão simbólica do mesmo, uma vez que, tanto no auge quanto na decadência, há toda uma simbologia e ideologia em torno do movimento. Mesquita esclarece bem essa questão ao reafirmar o papel cultural.

A temática cultural sempre esteve presente na trajetória do movimento estudantil brasileiro, seja de modo mais visível e organizado, seja de modo mais latente. De toda forma, ela vem se constituindo, desde os anos 60, como um espaço comunicacional e simbólico entre os estudantes que, de diferentes maneiras, vem se apropriando desta dimensão para levantar suas bandeiras, questionar a sociedade (e a própria cultura), dialogar com o mundo universitário e com os outros movimentos da sociedade civil (MESQUITA, 2006, p.24).

Outro fator importante relacionado à questão da comparação de momentos do movimento estudantil diz respeito à sua homogeneidade e pluralidade. Toda a identidade conquistada e presente no auge do movimento, quando os estudantes eram unidos em torno de um ideal - a transformação da universidade e a luta contra a ditadura - desaparece anos depois, com a fragmentação do movimento. Devido, talvez, às mudanças no foco do movimento, aos questionamentos dos próprios militantes e à mudança de interesse deles em relação aos objetivos do movimento, as mudanças e as diferenças aparecem.

Se no passado os estudantes tiveram uma atuação mais homogênea, hoje esta é pautada por sua pluralidade. Os movimentos estudantis atuais têm trazido à tona diversas realidades e demandas que anteriormente eram menos visíveis ou inexistentes em seu interior (MESQUITA, 2006, p. 23).

Esse caráter homogêneo, naquele momento, trouxe benefícios inúmeros ao movimento, uma vez que fortaleceu as suas manifestações e a defesa de seus ideais. A fragmentação do movimento interferiu diretamente no caráter transformador do mesmo, este atrelado, naquele momento, à uniformidade, e hoje, atrelado à diversidade dos interesses dos participantes do movimento.

Se o caráter transformador do movimento estudantil já fora questionado em outras épocas, até mesmo na década de 60 em que, apesar das divergências, alcançou-se uma unidade aparentemente maior dos estudantes pelos seus interesses e causas, agora então, com rupturas ainda maiores, esse caráter pode ser colocado, mais do que nunca, em dúvida (BARBOSA, 2002, p. 11).

Levando em consideração o contexto político do movimento estudantil em momentos distintos, cabe retomar o papel dos partidos políticos, que influenciaram também na divisão/fragmentação deste movimento.

O movimento estudantil nesse período (1999-2001) deve ser pensado, novamente, de forma muito diferente da década de 60 ou ainda 70. Além das diferenças dos contextos nos quais se inseriam, também há um sério agravante: encontra-se muito dividido, principalmente o movimento estudantil geral. Essa divisão é, quase sempre, devida à diferença entre os partidos políticos aos quais as diferentes 'tendências' do movimento estudantil estão vinculadas (BARBOSA, 2002, p. 11) .

A comparação com aquelas épocas idas não pode se tornar algo comum, uma vez que, como já afirmado, o contexto era totalmente outro. A situação histórica daquele momento influenciou muito a forma como ocorreram as manifestações e na força do movimento.

Concluindo, ao levarmos em consideração essa comparação entre os dois momentos, podemos afirmar que, na década de 1960, ocorreu o primeiro paradigma de participação forte dos jovens, como um marco de participação popular. Já os dias atuais são marcados pela fragmentação e pela pluralidade (MESQUITA, 2006), características marcantes da sociedade atual, que se reflete também na manifestação dos movimentos sociais, entre eles o estudantil.

Capítulo 2

Entrevistas como reflexos de pontos de vista

Destacaremos, neste capítulo, algumas características do gênero entrevista, uma vez que o mesmo compõe o *corpus* desta dissertação, bem como faremos algumas considerações sobre algumas características peculiares presentes no *corpus*. Vale ressaltar que o gênero entrevista está presente em diversos veículos de comunicação e apresenta informações sobre determinado assunto; é mediado por um entrevistador e as perguntas são respondidas por alguém que tenha algo a dizer sobre determinado assunto. No caso do *corpus* de nosso trabalho, utilizaremos três entrevistas, realizadas pelo mesmo veículo de comunicação, com três entrevistados diferentes, mas que viveram experiências num mesmo movimento, o estudantil, em épocas diferentes.

2.1- Revisitando o conceito de entrevista

Quando citamos a palavra *entrevista*, é comum imaginarmos de imediato um cenário tipicamente jornalístico, com repórter e determinada fonte de informação como protagonistas. Mas o estereótipo é enganador. O gênero entrevista faz, em realidade, parte da vida de todos nós, e se manifesta, talvez com menos *glamour*, cotidianamente, quando pedimos informações sobre um pacote turístico, novo lançamento da indústria automotiva ou durante uma sabatina de emprego estamos reeditando, informalmente, um conceito mais amplo de entrevista (ESSENFELDER, 2005, p. 5).

Ao nos depararmos com a afirmação de ESSENFELDER (2005) sobre entrevista, de imediato notamos o quanto os gêneros fazem parte de nosso cotidiano e não conseguimos perceber a simplicidade com que compartilhamos nosso dia-a-dia com gêneros textuais a todo momento e, muitas vezes, os classificamos como algo fora do nosso cotidiano. Apesar, porém, da existência da entrevista corriqueira do cotidiano, neste trabalho, nosso enfoque se baseia na entrevista tal qual aparece nos meios jornalísticos, dotada do repórter, ou o entrevistador, e do entrevistado, da fonte de informação.

A questão do conceito da entrevista se torna importante neste momento, uma vez que conceituar aquilo sobre o qual falamos é primordial. Fraser e Gondim (2004), levando em consideração a relação interpessoal do ser humano, afirmam que *a entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas* (FRASER E GONDIM, 2004, p. 2). No caso de nosso *corpus*, essa interação acontece sim entre duas ou mais pessoas, no caso de considerarmos todas as entrevistas, mas acontece também entre quatro pessoas, se considerarmos haver um entrevistador e três entrevistados. No caso de considerarmos cada entrevista isoladamente, há a interação, em cada entrevista, do entrevistador com o entrevistado somente. Cabe ressaltar que não há como afirmar de que forma se dá essa interação, ou seja, se foi uma relação direta, com anotações; se foi gravada, se foi fonada, enfim, a simples publicação da entrevista não nos permite chegar a nenhuma conclusão sobre este aspecto.

Ainda no artigo de Fraser e Gondim, estes retomando alguns autores, temos uma reafirmação da interação com um acréscimo de elementos elementares para a língua, como os símbolos e signos, além da realidade humana que cerca os seres humanos.

Dito de outro modo, a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (Flick, 2002; Joveclovitch & Bauer, 2002) (FRASER e GONDIM, 2004, p. 2).

A questão da representação da realidade por meio da entrevista deve ser levada em consideração quando analisamos as entrevistas do *corpus*. Pelo fato de o movimento estudantil ter sido uma fase marcante para os entrevistados em questão, e também por ser de interesse do veículo de comunicação e do entrevistador que essa realidade seja posta à prova e exposta, as perguntas e as respostas utilizam-se sim das palavras para dar sentido à realidade de luta deles (atual ou passada). Pelo fato de o assunto de qualquer entrevista circular acerca de um tema de conhecimento do entrevistado, os 'atores sociais' envolvidos na mesma reconstruem essa realidade por meio dos signos, ou da linguagem.

Algumas características próprias da entrevista em si, ou da dinâmica do gênero, merecem ser destacadas. Um dos pontos diz respeito ao posicionamento do entrevistado. Weizman esclarece que o *posicionamento (...) é dinâmico e interativo, e envolve a atribuição, elaboração e negociação de relações recíprocas entre as partes envolvidas na interação* (WEIZMAN, 2008, p. 163, tradução nossa)⁷, ou seja, o entrevistador tem um posicionamento em relação ao assunto que está sendo abordado e este é constantemente negociado com o entrevistador e, mesmo, explorado com fins de conseguir o máximo de informações possível. A relação presente nessa interação vai ocorrendo de forma natural, uma vez que o entrevistador explora o posicionamento do entrevistado. Outra questão presente é a possível constante interrupção do entrevistado (WEIZMAN, 2008, p. 171) ao longo da entrevista, a fim de conseguir mais informações daquela pessoa.

Em termos da mudança de turnos, os turnos do entrevistador são construídos como perguntas gramaticais, as respostas do entrevistado são construídas como respostas relevantes e, surpreendentemente, a resposta que divaga é mais localmente moldada como um acordo pelo 'sim'⁸ (WEIZMAN, 2008, p. 167, tradução nossa).

Outro ponto relevante a ser levantado é a questão das narrativas de vida nas entrevistas. Podemos atrelar questões de gênero, que serão discutidas mais adiante neste trabalho, e biografia, uma vez que as entrevistas, no caso de nosso *corpus*, são nitidamente uma forma de autobiografia, pois os entrevistados estão contando, em boa parte delas, episódios que eles viveram à época de sua experiência no movimento estudantil. Cabe, então, o questionamento trazido por Chamberlain & Thompson (1998), abordando a autobiografia como uma forma de preencher, ou estar presente em diferentes gêneros e o modo como ela pode influenciar a transmissão de mensagens: *Até que ponto as expectativas e as formas de gênero formam diferentes tipos de autobiografia e influenciam quais*

⁷ Positioning, as we saw, is dynamic and interactive, and involves the assignment, shaping and negotiation of reciprocal relations between all parties involved in the interaction.

⁸ In terms of turn taking, the interviewer's turns are constructed as grammatical questions, the interviewee's responses are constructed as relevant answers, and strikingly, the answer which digresses the most is locally framed as an agreement by "yes"

*mensagens podem ser transmitidas?*⁹ (CHAMBERLAIN & THOMPSON, 1998, p. 1, tradução nossa).

Tentando responder a esta pergunta, podemos afirmar que, algumas vezes, vemos, sim, muitas pessoas que, em determinadas entrevistas, abrem mais suas histórias de vida e em outras não. Da mesma forma que em determinado gênero, pensando mais especificamente no caso da televisão, algumas pessoas, quando abordadas em determinado programa, falam mais e em outros menos, dependendo da intenção daquele programa e do valor que aquilo tem para a carreira dela, ela abre mais sua vida ou não.

Dois pontos são relevantes nesta discussão: a influência do contexto nas respostas das pessoas ou o porquê de elas falarem mais em um contexto que em outro, e a relação do entrevistado com o entrevistador, este ponto sendo abordado neste momento somente no que diz respeito à relação deste com a autobiografia.

Em relação ao primeiro pontos, sobre o contexto, a afirmação nos permite refletir melhor sobre o assunto:

Nós podemos ver, portanto, como o desenvolvimento do gênero em si depende de ambas as mudanças do contexto material e do contexto cultural. Mas o quanto podemos argumentar que o que as pessoas narram em suas histórias autobiográficas é selecionado e formado pelo repertório do gênero avaliado por eles?¹⁰ (CHAMBERLAIN & THOMPSON, 1998, p. 14, tradução nossa).

Mais uma vez, cabe destacar a questão do contexto na maneira com que as pessoas se comunicam. Dependendo do contexto, o entrevistado se sente mais à vontade ou não para falar de si e sobre suas experiências de vida. Podemos tentar responder à questão colocada acima pensando que, sim, dependendo do contexto, a pessoa entrevistada abre mais ou menos sua vida, assim como a depender do público leitor que terá acesso àquelas informações. Podemos pensar, por exemplo, no caso de alguém que viveu uma experiência x. Essa pessoa vai falar até certo ponto, ou até onde ela acha melhor falar, pois, às vezes, algum

⁹ How far do the expectations and forms of genre shape different kinds of autobiography and influence what messages it can convey?

¹⁰ We can see therefore how the development of genre itself depends on changes in both the material and the cultural context. But how far can we argue that what people narrate in their autobiographical stories is selected and shaped by the repertoire of genre available to them?(p. 14)

ponto da entrevista não é interessante que ela exponha, pois, por exemplo, pode comprometer alguém. Por isso, o repertório dela vai depender também do seu interesse em dizer o quê e quanto daquela informação. É o caso também de alguém que irá escrever um livro sobre determinado assunto. Por exemplo, essa pessoa pode não querer, em uma entrevista, falar muito sobre aquele assunto, mas somente o interessante para que as pessoas tenham interesse em ler seu livro.

O segundo ponto está relacionado com o primeiro, porém, traz outro ponto interessante: o quão à vontade o entrevistado está em relação ao entrevistador e o quanto isso influencia as coisas que são ditas e expostas. Os entrevistados falam muito ou pouco, dependendo de como se sentem em relação ao entrevistador, ou seja, dentre outras coisas, o entrevistador é o grande responsável por, digamos, cativar o entrevistado e fazer com ele fale tudo aquilo que ele quer ouvir.

O conteúdo das entrevistas orais varia muito, dependendo do quanto eles sentem sua relação com o entrevistador. Alguns contam suas histórias privadas profundamente, as quais não tinham sido apresentadas em outros contextos, enquanto outros permanecem desde o começo ansiosos para mostrar seu melhor comportamento¹¹ (CHAMBERLAIN & THOMPSON, 1998, p. 15, tradução nossa).

Outra colocação interessante é a de Medina (1990, p. 2), ao afirmar que a entrevista pretende ‘tocar o presente’, utilizando-se da atualidade, uma das características intrínsecas à mesma. Além da característica da atualidade, Medina cita outras três que cabem ser retomadas, porém, com mais ênfase na primeira e na última, a saber: universalidade, periodicidade e difusão (MEDINA, 1990, p. 19). A necessidade da universalidade do assunto a ser tratado numa entrevista, ou seja, o assunto deve despertar interesse em quem lerá sobre ele, daí a necessidade de ser um assunto universal. Além disso, a difusão torna-se necessária, pois de nada bastaria ser realizada uma entrevista, caso ela não fosse divulgada e difusa de alguma forma.

¹¹ The content of the oral interviews varied very much depending on how they felt their relationship with the interviewer. Some told deeply private stories which they had not brought forward in the other two contexts, while others remained from start to finish eager to show their best behavior (p. 15)

Retomando a questão da entrevista como interação, uma afirmação de Fraser e Gondim (2004, p. 7), retomando Fontana e Frey, remete a uma definição interessante de entrevista, mas especificamente entrevista coletiva, (...), *Fontana e Frey (2000) consideram que a entrevista qualitativa é um ‘texto negociado’ resultante de um processo interativo e cooperativo que envolve tanto o entrevistado quanto o entrevistador na produção do conhecimento.* Ao considerar a entrevista um ‘texto negociado’, percebemos que realmente esta se dá de forma contratada, pois o entrevistador tem um objetivo, que é conseguir as informações sobre determinado assunto de determinada pessoa, e o entrevistado, para que isso ocorra, deve estar disposto a fornecer informações ao entrevistador. Dessa forma, ocorre uma negociação, pois, em alguns momentos, o entrevistado não cede e é preciso que o entrevistador provoque um pouco mais ou pergunte algo mais para conseguir o que quer.

Medina, ao reafirmar uma concepção de entrevista, retoma a questão da interação social já trazida pelos outros autores e, concordando com Fontana e Frey, relaciona a mesma com produção de conhecimento e com informação

A entrevista, em suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação (MEDINA, 1990, p. 8).

Cabe ressaltar a característica da interação como um objetivo da entrevista, retomando a afirmação de Fávero, afirmando que *seu objetivo é sempre o interrelacionamento humano (...)* (FÁVERO, 2001, p. 79), ou seja, além dos objetivos já citados de produção de conhecimento e reprodução da realidade, a relação entre as pessoas aparece como característica primordial da entrevista, o que nos ajuda a compreender as tantas entrevistas realizadas e a importância das mesmas para o entendimento melhor da sociedade. Cabe citar Fraser e Gondim, que delimitam bem a questão já exposta:

Numa abordagem qualitativa, entretanto, o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo. Em outras palavras é dar voz ao outro e compreender de que perspectiva ele fala (FRASE E GONDIM, 2004, p. 7).

Mais do que transmitir informações sobre determinado assunto, portanto, entrevistar é 'dar voz ao outro', dar permissão ao outro para que ele exponha seus pontos de vista sobre algo.

2.2- Refletindo sobre gênero e tipo textual

Após uma reflexão sobre algumas características da entrevista em si, cabe destacar alguns pontos sobre gênero e tipo textual, dois conceitos da linguística que nos auxiliarão na análise a ser feita mais à frente neste trabalho.

Para uma melhor definição desses conceitos, utilizaremos como embasamento teórico Marcuschi, que muito tem a contribuir sobre este assunto. Para ele, primeiramente, *os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social* (MARCUSCHI, s.d., p.1), ou seja, não podemos conceber os gêneros como isolados, assim como não podemos considerar a linguagem como isolada da vida social e do contexto social. Estamos rodeados de gêneros textuais que, às vezes, nem percebemos que, a todo momento, estamos adaptando os gêneros e praticando suas características.

Uma definição de gênero bem conhecida e bastante utilizada é a de Bakhtin. Segundo Marchuschi,

Bakhtin [1997] dizia que os gêneros eram tipos "relativamente estáveis" de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana. São muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças. Eles são eventos linguísticos, mas não se definem por características linguísticas: caracterizam-se, como já dissemos, enquanto atividades sóciodiscursivas (MARCUSCHI, s.d, p. 10).

Esses 'tipos relativamente estáveis de enunciados' estão presentes em todos os momentos de nossa vida diária. Quando escrevemos um bilhete, utilizamos um gênero textual; quando assistimos ou lemos a uma notícia, também estamos tendo contato com eles; quando assistimos a uma novela na televisão, aí também está um gênero textual. As características dos mesmos se repetem constantemente e fazem com que todo evento sociodiscursivo apresente

características semelhantes. A entrevista, o gênero em questão neste trabalho, deriva de um evento sociodiscursivo e de uma necessidade social. À medida que as pessoas foram necessitando de informações sobre determinado assunto, surgiram as perguntas e as respostas, a fim de sanar essas dúvidas. Ao longo do tempo, a mídia se apropriou desse gênero de várias formas, a fim de transmitir informações, para tentar descobrir o que pessoas públicas estão pensando sobre determinado assunto, enfim, até mesmo para utilizar o conhecimento ou a narrativa de vida de alguém para conseguir vender seu material (escrito ou televisivo).

Apesar de haver gêneros comuns em várias culturas, há também a variação destes, dependendo da necessidade cultural de cada grupo de indivíduos. Os gêneros da internet são um bom exemplo. Para algumas pessoas, o email se tornou um gênero bem conhecido e corriqueiro, do dia-a-dia de alguns; para outros que ainda não têm acesso à tecnologia da informação, este gênero simplesmente não existe. Ainda de acordo com Marcuschi,

Os gêneros são, em última análise, o reflexo de estruturas sociais recorrentes e típicas de cada cultura. Por isso, em princípio, a variação cultural deve trazer consequências significativas para a variação de gêneros, mas este é um aspecto que somente o estudo intercultural dos gêneros poderá decidir (MARCUSCHI, s.d, 13).

Caracterizar gênero implica também em pensar em seu uso e funcionalidade, assim como em seus aspectos formais e funcionais, ambos essenciais para essa conceituação. Tanto a forma quanto a função estão presentes nos gêneros textuais, como uma estratégia de caracterização dos mesmos. Apesar de haver certa uniformidade, um gênero pode variar na sua função ou na sua forma. Peguemos o caso da entrevista, por exemplo. Sua função primordial seria a de informar sobre determinado assunto, porém, em certos contextos, há a entrevista de emprego, feita por alguém que pleiteia uma vaga no mercado de trabalho. O caráter informacional da entrevista continua o mesmo nas duas situações, mas a função é diferente. Marcuschi complementa essa informação da seguinte maneira:

Como certos gêneros já têm um determinado uso e funcionalidade, seu

investimento em outro quadro comunicativo e funcional permite enfatizar com mais vigor os novos objetivos. Quanto a este último aspecto, é bom salientar que embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sócio-comunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente, como se verá, que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções (MARCUSCHI, s.d, p. 2).

Após a discussão sobre gênero textual, cabe ressaltar a importância de se falar em gênero e tipo textual, destacando que estes conceitos, em alguns momentos, se confundem. Considerando, então, que *gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos* (MARCUSCHI, p. 4), devemos ressaltar a relação dos gêneros com os contextos e com a uniformidade de características. Devemos nos referir, portanto, a entrevista, diálogo, notícia, bilhete, diário pessoal, email e blog como gêneros textuais, pois, em qualquer local a que você for, quando encontrar esses “modelos” de texto, estará diante de um gênero textual. Já dentro desses gêneros, encontramos estratégias, ou maneiras de comunicar, e estes sim podem ser chamados de tipos textuais. Dentro desses gêneros, como a entrevista, por exemplo, em nosso *corpus*, temos trechos em que há a narração de algum episódio, outros em que há a descrição de algo, dentre outros. Isto é chamado de tipo textual. Marchusci bem define gênero e tipo textual da seguinte maneira:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (MARCUSCHI, s.d., p. 4).

Não podemos, portanto, confundir gênero e tipo textual, uma vez que os tipos se encontram dentro dos gêneros. Cabe ressaltar, mais uma vez, que *entre as características básicas dos tipos textuais está o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto* (MARCUSCHI,

s.d, p. 8). Dessa forma, em nosso *corpus*, é notável que a relação entre gênero e tipo textual renderá boas análises, no tocante à utilização principalmente dos tipos textuais. Encerrando a discussão sobre este assunto, cabe a delimitação dos dois conceitos por Marcuschi, quando afirma que

gêneros são uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por sequências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas mas relacionadas entre si.¹² Quando se nomeia um certo texto como "narrativo", "descritivo" ou "argumentativo", não se está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base (MARCUSCHI, s.d., p.8).

2.3 - Entrevista na mídia

Após refletirmos sobre a entrevista e sua conceituação, cabe uma atenção à forma como a mesma aparece ou se situa na mídia, ou nos meios de comunicação de forma geral e quais são as características que esse tipo de aparição implica. Neste tópico, daremos ênfase à questão da edição, ou da preparação da entrevista para publicação, uma vez que nosso *corpus* é composto por entrevistas publicadas em um meio escrito.

Essenfelder oferece uma boa forma de visualizar as fases de uma entrevista:

Assim, a *inscrição temporal* da entrevista pende para o extremo da modalidade escrita da língua, pois compreende etapas bem marcadas e não-concomitantes, a saber:

1 – Pauta, pesquisa e planejamento: antes de se encontrar com seu interlocutor, o entrevistador usualmente pesquisa a fundo o tema que pretende abordar, identificando tópicos e searas oportunos para a condução do diálogo.(...)

2 – Execução: é o momento da entrevista propriamente dita, quando entrevistador e entrevistado encontram-se face a face (ou via mídias como telefone e Internet) para interagir.

3 – Edição: trabalho solitário do entrevistador, durante o qual são *pinçadas* as falas mais relevantes do entrevistado com vistas a comprovar ou refutar determinada tese que constava da pauta inicial. Aí o caráter do trabalho é mais próximo do prototípico da língua escrita, pois envolve planejamento cuidadoso e a possibilidade de apagamento de marcas de hesitação,

¹² Esta é uma posição defendida recentemente também por Jean-Michel Adam (1999) que julga ser a unidade "texto" muito heterogênea para ser tomada como uma entidade linguística. Trata-se, pois de uma entidade comunicativa que é construída com unidades composicionais constituídas pelas sequências tipológicas

monitoramento, contestação e assentimento, entre outras. (ESSENFELDER, 2005, p. 7)

No caso de nosso *corpus*, a terceira fase seria a que nos interessa mais, uma vez que não temos acesso a informações sobre a preparação nem a execução da entrevista, pois temos acesso somente à entrevista já publicada. É notável, e as características de edição aparecerão na análise do *corpus*, que as marcas de linguagem oral, caso a entrevista tenha sido feita de forma oral, desapareceram, confirmando as características de linguagem escrita como afirmado por Essensfelder como característica do gênero.

A importância da diferença entre os meios nos quais é publicado qualquer texto se faz relevante devido às modificações ou não que podem ser feitas até o momento da publicação. No nosso caso, não sabemos qual foi a forma de preparação da entrevista, qual o intuito, tendo somente como produto final a entrevista já publicada no site do jornal. Sobre entrevista em geral e a relação entre a língua falada e escrita, Fávero relaciona a edição a este assunto.

Na entrevista, podemos distinguir três momentos: o tempo de preparação, o da entrevista propriamente dita e o da edição. Um das características da língua falada é sua inscrição no tempo (Viollet, 1986), isto é, planejamento e produção são simultâneos ou quase simultâneos. Na escrita, ao contrário, o planejamento e a produção estão separados no tempo, permitindo tantas revisões e reescrituras quantas se fizerem necessárias, já que ela mostra só o produto final (FÁVERO, 2001, p. 83).

As considerações de Fávero nos permitem algumas reflexões relacionadas ao *corpus* de nosso trabalho. Primeiramente, devemos considerar a questão da edição. Não podemos garantir que houve ou não uma edição nas entrevistas do *corpus*, uma vez que é um texto escrito que foi publicado num tempo diferente daquele em que houve a entrevista propriamente dita. Uma segunda questão a ser levantada são as revisões e as reescrituras realizadas. Qualquer escritor tem a noção de que um texto editado, ou preparado após o tempo da concepção da entrevista, digamos assim, é um texto mais bem escrito e livre de certas características da língua falada, como os vícios de linguagem. Uma última questão a ser ressaltada em relação à edição é a da responsabilidade da mesma, uma vez que alguns meios de comunicação, ao editarem o material que será publicado,

muitas vezes alteram o seu teor, causando constrangimentos aos entrevistados e aos veículos de comunicação.

As particularidades do gênero entrevista em relação ao diálogo comum entre duas pessoas residem principalmente no fato de haver uma pauta ou roteiro, geralmente bem definidos, de assuntos a tratar – da qual não convém se desviar, sob pena de terminar a interação sem o conhecimento de início visado (ESSENFELDER, 2005, p.6).

Em relação ao nosso *corpus* e às características acima mencionadas, acreditamos não terem ocorrido edições muito bruscas, pois os entrevistadores, em muitos momentos, tentam arrancar informações dos entrevistados e utilizam artifícios da linguagem falada para tal, como retomar algo que o entrevistado disse e tentar fazer com que ele responda aquilo que o entrevistado e, por que não, o leitor, queriam ouvir.

Podemos dizer, portanto, que se situa dentro do *continuum* língua falada/língua escrita, situada ora mais próxima do gênero falado típico – caso das entrevistas pessoais e no rádio ou televisão – , ora vizinha ao gênero escrito, como nas entrevistas de jornal e revistas, nas quais o discurso da fonte é editado e retrabalhado quantas vezes forem necessárias até a obtenção de um produto final coerente com as intenções do meio de comunicação em questão (MARCUSCHI, 2003).(ESSENFELDER, 2005, p. 5).

Sobre a entrevista jornalística, diferentemente das entrevistas sociológicas, médicas ou outros tipos diversos, tem-se a questão do particular e do interesse que se misturam. Considerando a entrevista como um meio de transmissão de conhecimento ou de informação, como já mencionado, há de se ressaltar, ainda, a questão da importância da fonte de informações, no caso do nosso *corpus*, pessoas que viveram uma experiência militante, que têm certo crédito para o meio de comunicação e também para o público alvo. A definição de Medina nos esclarece a respeito dessa questão

A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas (MEDINA,1990, p. 18).

A edição, portanto, mais que uma característica pejorativa ou negativa do gênero escrito, no caso a entrevista, se torna uma realidade necessária ao

jornalismo e à publicação de qualquer texto. Não é possível somente criticar a mídia pelas edições feitas, mas sim entender a diferença, quando se trata de um gênero que necessita dessa característica, também pelo fato de ser uma exigência da sociedade e da língua a diferenciação entre língua falada e escrita.

2.4- Entrevista e pontos de vista

Após a discussão sobre conceituação de entrevista e sobre a influência da edição nas mesmas, julgamos pertinente acrescentar a discussão sobre os pontos de vista, tanto do entrevistado quanto do entrevistador, dando mais ênfase ao primeiro. É notório que qualquer comunicação envolve troca de informações entre as pessoas, porém, a maneira como esta troca se dá ocorre de forma mais ou menos clara, com mais ou menos disposição de uma parte ou outra, enfim, dependendo da forma como o entrevistado é abordado, o mesmo se sente à vontade ou não para expor seus verdadeiros pontos de vista sobre determinado assunto.

Nosso *corpus* permite uma visão clara da questão do ponto de vista. Por se tratar de um veículo de comunicação de grande visibilidade, pelo fato de as entrevistas comporem um conjunto de matérias sobre um movimento polêmico como o estudantil, que mexeu com diversos momentos da história do país, e por terem sido escolhidos representantes de décadas diferentes com experiências diferentes de um mesmo movimento, pode-se considerar que alguns pontos, como a relação repórter/entrevistado, a representação simbólica da experiência do movimento, bem como o papel do entrevistado e como ele se coloca, se fazem notórios neste contexto.

Sobre a relação entrevistador-entrevistado, cabe destacar o que define Medina

No fundo, todos os entrevistados ambicionam levar na conversa qualquer repórter. Se postam na sua aparência já estereotipada (aquilo que esperam deles nas situações públicas) e o repórter, por sua vez, também cumpre com seu papel- agressividade, agilidade no gatilho, encostar na parede o entrevistado- leis que traz da redação e ai dele que

não as execute, principalmente se for um aprendiz de feiticeiro. Ambos brincam de entrevista e o resultado é vendido no mercado em espaços nobres, páginas amarelas. Ou seja, vende-se o não- dito pelo dito (MEDINA, 1990, p. 42).

O papel do entrevistador que precisa conseguir o máximo de informações possíveis do entrevistado, a postura de um entrevistado que, devido à necessidade de manter aquela imagem que a mídia faz dele, precisa manter sua aparência estereotipada, a fim de manter a ideia do que o povo vê e acha dele, além do papel de brincadeira assumido pela entrevista pelo mercado são pequenos detalhes quando pensamos no que nos acrescenta uma entrevista quando a estamos lendo.

Sobre o caráter da entrevista, o papel do entrevistador e o teor da mesma, de acordo com Essensfelder, são assim definidos:

(...) cabe também a quem propôs a entrevista – o entrevistador – definir seu caráter: será contratual ou polêmico? Conforme o efeito desejado, o tipo de público e informação visados, uma ou outra opção se mostrará mais adequada, mais eficiente. É o entrevistador que, geralmente, tem o poder de mudar de tópico e encerrar a conversação, de acordo com o seu desejo (naturalmente, previamente pautado por uma pesquisa sobre o tema em questão) (ESSENSFELDER, 2005, p. 8)

Ao pensarmos em nosso *corpus*, nos deparamos com perguntas a que os entrevistados se esquivam de responder ou, mesmo, negam a afirmação do entrevistador. Seria para manter a imagem estereotipada de militantes invencíveis, nobres, corretos, que fazem/faziam de tudo para manter a melhor imagem que os outros fazem/faziam deles? Eis as questões que a edição ou, mesmo, a entrevista não nos mostram claramente.

Podemos ir mais além se pensarmos no quanto a representação de fatos ou histórias nos mostram representações simbólicas. Medina, sobre as entrevistas, afirma que *nenhuma dúvida de que estamos diante de uma representação simbólica* (MEDINA, 1990, p. 77). E uma representação realmente simbólica, pois não sabemos, e não nos é permitido, nem mesmo no caso de uma entrevista falada e ao vivo, saber se aquilo realmente é uma realidade ou uma ficção, simplesmente uma representação. Tudo o que fazemos ou vimos não passa de representação; qual o mal em colocarmos também a experiência de

nossas vidas em representações simbólicas? O entrevistado mostra aquilo que ele realmente é?

Mostrando ou não, três pontos serão destacados e fazem parte de entrevistas de modo geral e da reflexão sobre o ponto de vista dos entrevistados.

O primeiro, já citado anteriormente, remete à entrevista como forma de percepção do mundo das pessoas. As entrevistas ocorrem, pois alguém quer saber qual é a percepção ou a experiência de outro alguém sobre determinado assunto. Eis a conclusão de Fraser e Gondim, baseando-se na entrevista qualitativa, mas que se aplica corretamente a qualquer entrevista

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo (FRASER E GONDIM, 2004, p. 2).

No caso do nosso *corpus*, esse objetivo pode ser percebido claramente pelo fato de um meio de comunicação ter se interessado por um tema como o movimento estudantil e ter entrevistado militantes do movimento. Isto nada mais é do que a necessidade de perceber como aquelas pessoas, no caso os entrevistados, perceberam e viveram suas experiências naquele movimento.

O segundo ponto diz respeito à intencionalidade da escolha do entrevistado, ou seja, é preciso que o entrevistado tenha certo domínio sobre determinado assunto ou não será dado crédito àquilo que ele disser. Dessa forma, de nada adianta, por exemplo, preparar um especial sobre um assunto que tenha acontecido no Brasil, num determinado momento, e entrevistar um estudioso no assunto que não teve a experiência naquele momento histórico nem naquele país. O entrevistado deve ser alguém que tenha realmente algo a acrescentar sobre determinado assunto, ou que tenha o que falar sobre aquilo. Mais uma vez, Fraiser e Gondim ilustram bem este objetivo da entrevista, destacando o papel do veículo de comunicação ou do responsável pela entrevista.

Ainda que a entrevista seja feita com cada indivíduo em separado, a intencionalidade da escolha persiste, pois se o objetivo é conhecer com mais profundidade um tópico, é preciso que o entrevistado tenha o que falar sobre ele (FRASER E GONDIM, 2004, p. 8).

O terceiro e último ponto a ser destacado é a questão dos pontos de vista grupais e individuais. Nas entrevistas, que normalmente ocorrem entre um entrevistado e um entrevistador, o primeiro expõe seu ponto de vista individual sobre o assunto tratado. Em alguns casos, porém, o ponto de vista exposto pode ser, além do entrevistado, o do grupo ao qual ele pertence. Isso ocorre quando a entrevista trata de um assunto que envolve o grupo de que o entrevistado faz parte. Nosso *corpus* pode ser tomado como um exemplo. Os três se ligam/ligaram a movimentos estudantis e, dessa forma, endossam uma voz que pode refletir na voz do grupo em questão. Quando perguntados sobre alguma questão do grupo, defendem a ideologia do grupo abertamente, mesmo não mais participando dele, devido, talvez, à força que a experiência vivida representou na vida deles.

Essa questão também é percebida por alguns pensadores, citados por Fraser e Gondim, que mostram a tendência dessa reprodução do pensamento grupal a partir de um só indivíduo.

Minayo (1998) discute esta questão com base nas proposições de Bourdieu de que as pessoas que vivem no mesmo ambiente social tendem a desenvolver e reproduzir disposições semelhantes e, em sendo assim, os significados individuais podem estar representando significados grupais. Em outras palavras, a fala de alguns indivíduos de um grupo é representativa de grande parte dos membros deste mesmo grupo inserido em um contexto específico (FRASER E GONDIM, 2004, p. 9).

2.5- Entrevista como voz coletiva

Na maioria das entrevistas, podemos pensar que determinada afirmação do entrevistado é uma afirmação pessoal, que a entrevista seria um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, no intuito de saber o que aquele entrevistado tem a dizer sobre determinado assunto, como já foi afirmado neste trabalho. Porém, pode não ser bem assim. As pessoas sempre estão envolvidas ou ligadas a alguma ideia ou a algum grupo específico, seja ele político, cultural, enfim, elas acreditam em algo e se juntam às pessoas que têm as mesmas crenças.

Os movimentos sociais são um exemplo desse tipo de comportamento. Algumas pessoas, não satisfeitas com a situação que assistem todos os dias, decidem lutar por alguma ideia que acreditam ser relevante e se juntam a outras que tenham os mesmos ideais. O movimento estudantil, formado por estudantes

que lutam/lutavam por melhores condições de estudo entre outras coisas, é um desses exemplos. Atrelada a esta adesão a um determinado movimento ou determinada ideia, está a defesa da ideia do grupo como sua. Reflitamos melhor: a partir do momento que me envolvo com algum movimento, me envolvo também com a ideia deste grupo, e se estou envolvida, quer dizer que concordo, e se concordo, quer dizer que defendo também a ideia do meu grupo.

Entrando na noção de pensamento coletiva, temos a intencionalidade coletiva e a ação coletiva. A partir dessa defesa da ideia do grupo, percebemos que esta noção vai se tornando mais comum do que pensamos. Em momentos que não percebemos, sempre estamos defendendo a ideia de algum grupo, seja na empresa onde trabalhamos, seja da loja onde compramos, seja da igreja que frequentamos, enfim, a defesa do coletivo está em vários locais e na entrevista não poderia ser diferente.

Weizman, ao abordar a questão, traz a noção de direção coletiva, muito atrelada à intenção coletiva do grupo que se reflete na visão grupal:

Em entrevistas, a diferença entre as intenções dos falantes e a direção coletiva é bastante complexa. Da postura do pesquisador, uma análise exaustiva da diferença entre as intenções individuais e propósito coletivo é necessariamente um multinível, e diz respeito à tematicidade, intencionalidade e pontos chave (WEIZMAN, 2008, p. 143, tradução nossa)¹³.

Como foi dito acima, é complexa essa relação entre intenção individual e coletiva e isso pode ser percebido muito bem em entrevistas de vários tipos. Considerar a tematicidade, ou o assunto tratado na entrevista, a intencionalidade, esta tanto do entrevistado como do entrevistador, e os pontos chave, estes utilizados tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado, uma vez que no decorrer desta é possível percebê-los e focar neles, são pontos relevantes para uma análise mais minuciosa da intenção coletiva e do quanto o indivíduo está fazendo uso das ideias grupais e as defendendo.

¹³ In news interviews, the gap between the speakers' intentions and the collective direction is quite complex. From the researcher's stance, a comprehensive analysis of the gap between individual intentions and collective purpose is necessarily a multi-level one, and concerns aboutness, intentionality and key

Considerando as narrativas de vida dos entrevistados, podemos considerar que as *memórias revelaram os dados empíricos, mas as formas coletivas e gêneros através dos quais experiências de vida foram narradas também forneceram as pistas vitais para a interpretação o que foi dito*¹⁴ (CHAMBERLAIN & THOMPSON, 1998, p. 18, tradução nossa), ou seja, a maneira coletiva como as respostas foram dadas e a explicitação dessa ideia coletiva fazem com que a interpretação e o conhecimento do que foi dito esteja presente e seja explícito para quem está lendo a entrevista. Ao analisarmos o *corpus*, essa intencionalidade coletiva ficará mais clara e evidente. Vale frisar também que (...) no plano coletivo, os participantes colaboram na criação de uma ficção, e o fazem através da exploração de estratégias de desafio (...) (WEIZMAN, 2008, p. 151)¹⁵, de forma que, além das narrativas de vida, estas individuais, os elementos do coletivo se misturam e, pelo fato de muitas pessoas narrarem estas mesmas histórias, a ficção aparece e se torna muito comum em gêneros diversos.

2.6- Métodos e estratégias de análise da entrevista

Para analisar qualquer *corpus*, é necessária uma metodologia condizente, ou a junção de algumas características que possam ser encontradas nos gêneros. Neste trabalho, além de utilizarmos a Análise Crítica do Discurso, também lançamos mão de outra metodologia, apresentada por Becker (2007) que, em um trabalho, analisou entrevistas utilizando algumas estratégias. Explanaremos rapidamente os pontos, visando esclarecer de que forma eles poderão ser utilizados na análise do *corpus*. Um primeiro ponto é a orientação de destinatário, que diz respeito à forma como o entrevistado ou o entrevistador se dirige ao outro, mais especificamente à *relação interpessoal no discurso* (BECKER, 2007, p. 115), ou seja, é perceber se, quando um se dirige ao outro, ele é tratado pelo nome ou pelo pronome. Explicaremos melhor. Quando o entrevistado se dirige ao outro

¹⁴ Memories revealed the empirical data; but the collective forms and genres through which life experience was narrated also provided the vital clues for interpreting what was told.(p. 18)

¹⁵ The main reason for this is that at the collective level, the participants collaborate on the creation of a fiction; and they do so by exploiting challenge strategies, (...)"

utilizando seu nome (vocativo) e um pronome, reafirmando que está falando com ele, esta orientação é alta. Quando utiliza ou o nome ou o pronome, a orientação é baixa e, quando não utiliza nenhum dos dois, há baixa orientação do destinatário em relação ao outro. Alguns fatores, como necessidade de prender a atenção do outro, fazem com que esta característica esteja presente em entrevistas, nas mais diversas formas.

Outro ponto diz respeito às perguntas e às respostas, mais claramente em relação à complexidade das mesmas. Dependendo também do contexto e da situação da entrevista, há maior ou menor complexidade tanto nas respostas quanto nas perguntas. Atendo-nos às respostas, quando há uma maior complexidade, quando o entrevistado faz questão de responder detalhadamente às perguntas, é mais assertivo e opinativo, o que pode significar que ele está à vontade na entrevista e que o entrevistador a está conduzido bem. Por outro lado, as respostas podem ser menos complexas, o que significa que são mais neutras e informacionais, o que pode implicar em um pouco envolvimento do entrevistado, seja pela ineficiência do entrevistador ou pela falta de vontade mesmo do entrevistado de falar mais sobre o assunto.

Um último ponto de análise trazido por Becker diz respeito ao tipo de questões utilizadas. A primeira seria um tipo que o indivíduo tende a responder somente sim ou não; a segunda seria alternativa, quando se colocam duas opções para o que indivíduo escolha e responda e, por fim, aquelas mais elaboradas, que utilizam elementos questionadores como por que, como, onde, quando, etc. Dependendo da intenção do entrevistador, ele utiliza um tipo ou outro, mas sempre sabendo que o último tipo de perguntas trará mais informações.

Aprofundando um pouco mais na questão da análise, podemos ressaltar a citação de Chamberlain & Thompson sobre a interpretação das respostas de um entrevistado. Segundo os autores,

Ao longo dos anos, no entanto, os historiadores orais têm percebido que as histórias de vida não são tão transparentes quanto parecem. Eles não revelam verdades objetivas, mas as verdades do entrevistado. Por isso, é só por meio da interpretação que podemos compreender plenamente as histórias de vida, prestando especial atenção a contextos que moldam a sua criação. Essa percepção levou-nos a reconhecer o poder das histórias

de vida como construções culturais, sociais e psicológicas (CHAMBERLAIN & THOMPSON, 1998, p. 142)¹⁶.

Como já se afirmou anteriormente, a transparência nas respostas dos entrevistados é uma questão metodológica que pode também ser analisada. Nada garante ao entrevistador que o entrevistado esteja realmente falando a verdade sobre determinado fato. As 'verdades' são muito mais do entrevistado do que aquilo que realmente aconteceu, o que não significa que de nada adianta entrevistar alguém, pois ninguém dirá realmente o que aconteceu.

Essa dificuldade de transparência na fala dos entrevistados é comum, pois, *como notou Tannen, homogeneidade cultural e da transparência de sentido nunca são plenamente alcançados na conversa* (CHAMBERLAIN & THOMPSON, 1998, p. 143)¹⁷, ou seja, é um risco, sempre, para o entrevistador, se o mesmo não tiver provas concretas de algo que vai questionar, de não estar sendo contemplado com a verdade absoluta dita pelo entrevistado.

Após a reflexão sobre de que forma a entrevista reproduz e tem características peculiares interessantes, torna-se mais palpável enxergar o gênero não somente como mais um artifício da mídia para vender textos e sim como uma ferramenta importante tanto para quem lê, quanto para quem realiza a entrevista e para quem é entrevistado. O primeiro por ter a chance de entender de que forma o outro pensa e de poder ter as experiências compartilhadas; o segundo por poder explorar os pontos que o entrevistado permitir e o terceiro por poder se expor e expor parte de sua experiência que, de alguma forma, pode ou não tocar o outro.

Para finalizar, cabe citar Bell e Van Leeuwen, sobre o papel primordial da entrevista em nossa vida cotidiana:

¹⁶ Over the years, however, oral historians have come to realize that life stories are not as transparent as they seem. They do not reveal objective truths, but the truths of the interviewee. So it is only through interpretation that we can fully understand life stories, paying careful attention to the contexts that shape their creation. This insight has led us to recognize the power of life stories as cultural, social and psychological constructions

¹⁷ As Tannen has noted, cultural homogeneity and transparency of meaning are never fully attained in conversation

A entrevista tornou-se um modo dominante de transmissão de informações nos meios de radiodifusão. Grande parte das nossas notícias e assuntos atuais nos mostra não o que aconteceu, mas o que as pessoas dizem sobre o que aconteceu (ou poderia ter acontecido, ou vai acontecer), e nos faz olhar (e ouvir), testemunhas não de eventos que tenham ocorrido se microfones e câmeras não estivessem presentes, mas de eventos especialmente criados para o propósito de serem relatados, tais como conferências de imprensa e entrevistas (BELL E VAN LEEUWEN, 1994: 1, tradução nossa)¹⁸

2.7- Análise do gênero entrevista

Neste tópico levaremos em conta, primeiramente, o posicionamento dos entrevistados, como ocorre a negociação entre entrevistador e entrevistado e como se dá a exposição dos pontos de vista (grupais ou individuais), como se manifesta a identidade individual e coletiva e a voz coletiva. Em seguida, levamos em conta o gênero entrevista em si, considerando sua forma e função, a importância do contexto e a uniformidade de características nas entrevistas. Mais à frente, temos a classificação, dentro do gênero, do tipo textual (narração, argumentação, exposição, descrição, injunção), percebendo qual a maior recorrência dos mesmos e qual sua implicação na análise do gênero em questão. Continuando, damos ênfase à orientação do destinatário se esta, em relação a como o entrevistador se dirige ao entrevistado, é alta (nome e pronome), média (nome ou pronome) ou baixa (nenhum). Por fim, analisamos de que forma as perguntas ocorrem: questões - sim, não, alternativa, por que, como, onde. Para a análise utilizamos trechos do *corpus* e inferências que permitem refletir sobre estes tópicos.

Para um maior entendimento de como utilizamos os trechos do *corpus*, utilizamos a numeração da seguinte maneira: por exemplo, se em frente a uma pergunta está o código 1P1, isso significa que o primeiro 1 quer dizer que é a

¹⁸ The interview has become a dominant mode of conveying information in the broadcasting media. Much of our news and current affairs show us, not what happened, but what people say about what happened (or might have happened, or will happen), and makes us eye- (and ear-) witnesses, not of events that would have occurred if no microphones and cameras had been present, but of events specially created for the purpose of being reported, such as press conferences and interviews. (Bell and van Leeuwen 1994: 1)

entrevista 1, o P que é a pergunta e o outro 1 que é a primeira pergunta da entrevista 1. Se tivermos 3R6, significa que temos, na entrevista 3, a resposta da pergunta número 6.

2.7.1 - O posicionamento do entrevistado (negociação) e a exposição dos pontos de vista (grupais e individuais)

O gênero entrevista é notadamente um gênero que necessita de uma negociação, pois, sem ela, o entrevistador não consegue obter do entrevistado as informações que ele quer, nem o entrevistado se mostra aberto a falar aquilo que o entrevistador quer ouvir. Sobre esta questão da negociação entre as partes, temos alguns trechos da primeira entrevista que demonstram esta relação. Nos dois trechos abaixo temos a tentativa de negociação por meio da retomada de alguns assuntos por parte do entrevistador. No primeiro e no segundo trechos, temos a utilização do “mas” como forma de retomar algo que não havia sido dito pelo entrevistado em sua resposta:

1P5 - Mas foi o sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, que libertou o senhor e outros 14 presos da cadeia. O senhor não apoiou aquela ação?

1P15- Folha Online - Mas o movimento era essencialmente político, não?

1R15-Palmeira - É por isso mesmo.

Na terceira entrevista também temos essa questão do “mas” no questionamento:

3P6-Folha Online - Mas a maioria ligada à esquerda não ajuda?

3R6-Stumpf - O que é esquerda pra mim pode não ser pra você. Eu falo de bandeiras como luta pelo ensino público, pela regulamentação das universidades particulares.

3P14-Folha Online - Mas por que a maioria das lideranças que saem da UNE vão para o PC do B?

3R14-Stumpf - Realmente todos os presidentes são do PC do B desde a década de 1990. Eu mesma sou filiada a ele. Mas nenhum partido consegue ingerir sobre a UNE porque nossa diretoria é proporcionalmente dividida entre diferentes partidos e dirigida de acordo com o que delibera os estudantes em nossos congressos. Minhas decisões são dirigidas pelos congressos e não pelas orientações do meu partido.

Nos próximos trechos, ainda da primeira entrevista, temos a retomada de um trecho da resposta anterior na pergunta. A intenção do entrevistador era a de conseguir arrancar mais alguma informação do entrevistado.

1R8Palmeira - Foi em Cuba. Fiquei três anos brigando com cubano. Eu nunca gostei de ditadura. Mas apesar do regime intolerável, o povo foi fantástico. Fui bem acolhido e recebi livros, comida e casa, mas não podia trabalhar e manter uma vida social. No último ano, fui obrigado a fazer luta militar.

1P9Folha Online - Obrigado por quem?

1R9Palmeira - Não é que eu fui obrigado, é que eu fazia parte de um grupo e me submetia à decisão da maioria, e muitos de nós quis o treinamento.(...)

Na segunda entrevista, essa negociação não aparece de forma tão explícita como na primeira. Mas, ainda temos um trecho que demonstra a tentativa do entrevistador de induzir a entrevistada a responder algo por meio da utilização do termo “será que”. Ao utilizar esta expressão, o entrevistador dá ao entrevistado a ideia de que sua sugestão pode ser uma pista para a resposta à sua pergunta, sendo esta também uma forma de negociação.

2P11-Folha Online - Será que também não é preciso modernizar o discurso? O movimento não ficou parado no tempo?

2R11-Manuela - Acabamos de protestar contra a presença da secretária de Estado americana Condolezza Rice, que representa o belicismo norte-americano. Acho moderno lutar contra a guerra. Se avaliarmos a política americana, veremos que é preciso lutar mais pela paz hoje do que há 15 anos.

Retornando à terceira entrevista, temos também uma tentativa de indução de resposta como forma de negociação. O entrevistador, ao questionar se uma atitude da UNE não é uma extrapolação de funções, tenta questionar a entrevistada para tentar contradizê-la, assim como no segundo trecho que, em vez de uma pergunta é uma afirmação, o que induz a entrevistada a concordar ou não com o entrevistador, mesmo sem a pontuação de pergunta:

3P8-Folha Online - Por que a UNE participa de manifestações desligadas de assuntos estudantis, como o protesto contra a visita da secretária de Estado americana Condolezza Rice? Essa não é uma extrapolação de funções?

3R8-Stumpf - Todas as grandes questões nacionais devem passar pelos estudantes. Em toda sua história, a UNE lutou por temas de interesse do Brasil. Brigamos pelo petróleo nos anos 1940, pela redemocratização nos anos 1960 e contra as privatizações nos anos 1990. Agora temos de marcar posição contra as guerras de George Bush. Hoje ela é contra o Iraque, mas amanhã pode bater nas portas da América Latina.

3P9-Folha Online - Os estudantes de hoje são menos engajados do que no passado

3R9-Stumpf - Foi o mundo que mudou. O individualismo está presente no dia-a-dia da juventude. O estudante enxerga o aluno da carteira ao lado como concorrente, seja no cursinho ou na universidade. O mundo é individualista a começar pelas propagandas universitárias. Nossas lutas sociais enfrentam uma séria dificuldade de dialogar com a juventude, sempre atraída por outros valores.

Sobre a utilização da 1ª pessoa, o que significa o posicionamento do sujeito, na primeira entrevista, o pronome “eu” foi utilizado, pelo entrevistado, 24 vezes, além de verbos sem o pronome eu, mas em primeira pessoa, 9 vezes. Além disso, os pronomes possessivos meu, minha, que denotam a utilização da primeira pessoa, foram utilizados 6 vezes. Vejamos um exemplo:

1R1Palmeira- Eu achava que para evitar a derrubada de Jango, [presidente deposto pelo golpe militar], nós deveríamos aderir à luta armada.

Na segunda entrevista, temos um número menor de menção à primeira pessoa. Temos a utilização do “eu”, explícita, só 3 vezes, outras 3 vezes de utilização de pronomes possessivos e 5 de verbos na primeira pessoa.

2R3-Manuela - Não foi decisão minha. A ideia do partido era eleger alguém que pudesse levar adiante uma política para a juventude. Meu nome acabou sendo indicado somente para marcar posição porque não sabíamos se a candidatura era viável, mas acabei eleita. Não houve isso de 'eu quero ser parlamentar'. Isso eu aprendi na UNE, que convive com a opinião de diferentes correntes políticas porque é a única entidade universitária do país. É diferente das decisões tomadas por quem saiu dos sindicatos. Não sou autoritária graças ao movimento estudantil.

Na terceira entrevista, há 3 vezes a presença do “eu” explicitamente, utilização do verbo em primeira pessoa e uma vez a recorrência de pronome possessivo.

3P4-Folha Online - Como as várias correntes da UNE chegam a um acordo?

3R4-Stumpf - Nosso estatuto garante aos diretores o direito de se posicionar de forma distinta sobre o mesmo tema. Eu posso ser contra a atual reforma, mas outro diretor pode se posicionar a favor. O importante mesmo é que a maior parte das bandeiras defendidas pelos dirigentes da UNE são os mesmos.

Atrelado a esta questão da primeira pessoa, temos a questão da voz individual e coletiva. Ao analisarmos as três entrevistas, selecionamos alguns trechos das respostas que expressam o ponto de vista individual e o coletivo, a fim de fazermos uma comparação e refletirmos sobre os pontos de vista grupais ou individuais, a identidade individual e coletiva e a voz coletiva no *corpus*.

Tabela 1: Número de tipos de pontos de vista em cada entrevista

Pontos de vista (número de respostas)	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3
Individuais	8	7	4
Coletivos	6	4	10
Individuais e coletivos	2	2	3

Vale a pena refletir um pouco sobre a questão dos pontos de vista individuais e coletivos nas três entrevistas e utilizar alguns trechos para ilustrarmos e entendermos a relação entre as três.

Na primeira entrevista, devido ao contexto da mesma e ao fato de o entrevistado ter vivido na época da ditadura militar e pelo fato de o movimento estudantil daquela época ser considerado por ele como uma luta grupal forte, tivemos um número quase igual de pontos de vista coletivos e individuais. Temos, nas três entrevistas, como exemplo de ponto de vista tanto grupal quanto individual, uma mistura na resposta. Ora o entrevistado utiliza a primeira pessoa do singular, falando de si mesmo, ora ele utiliza a primeira pessoa do plural, falando do grupo em si:

1P1- Folha Online - Quando foi que o senhor decidiu cuidar não só dos interesses universitários e lutar contra a ditadura?

1R1-Wladimir Palmeira - Era impossível ser de outro jeito. Em primeiro lugar, eu já era de esquerda antes do movimento estudantil. Eu achava que para evitar a derrubada de Jango, [presidente deposto pelo golpe militar], nós deveríamos aderir à luta armada. Mas quando ingressei no movimento, acabei sendo impelido a lutar contra a ditadura porque a própria polícia politizava tudo. Não podíamos pedir qualquer melhoria na universidade que a polícia invadia e reprimia tudo. A solução era lutar contra todo o sistema político.

2P2-Folha Online - Por que começou na política pelo movimento estudantil?

2R2-Manuela - Mais do que as causas estudantis, a UNE tem um projeto de país. Uma de nossas bandeiras, por exemplo, era o combate ao neoliberalismo. Foi a partir daí que eu me identifiquei com a política partidária e entrei no PC do B, em 2000.

3P4-Folha Online - Como as várias correntes da UNE chegam a um acordo?

3R4-Stumpf - Nosso estatuto garante aos diretores o direito de se posicionar de forma distinta sobre o mesmo tema. Eu posso ser contra a atual reforma, mas outro diretor pode se posicionar a favor. O importante mesmo é que a maior parte das bandeiras defendidas pelos dirigentes da UNE são os mesmos.

Abaixo temos exemplos de cada entrevista utilizando o ponto de vista grupal. Ao narrar a experiência do grupo, essa experiência se torna geral, deles todos, significando o ponto de vista grupal:

1P12-Folha Online - Era a Passeata dos Cem Mil?

1R12-Palmeira - Sim. Saímos daquela confusão já com a ideia de fazer uma grande manifestação para terça-feira. O governo passou a discutir a possibilidade de permitir a passeata, então adiamos o evento por mais um dia. A gente sabia que seria grande, mas não esperava aquelas 100 mil pessoas.

2P4Folha Online - A existência da UNE como única representação dos estudantes não prejudica o diálogo sobre as necessidades do setor?

2R4Manuela - Muito pelo contrário. O diálogo é motivado exatamente porque a entidade é formada por todos os partidos. Na UNE, todos são estudantes, não há uma briga entre classes sociais. Alguns partidos políticos não conversam com ninguém porque saíram do movimento sindical. Respeitar a autonomia político-partidária dos estudantes nos fortalece.

3P6-Folha Online - O fim da ditadura não reduziu a visibilidade e poder de influência da UNE?

3R6-Stumpf - A UNE parece perder visibilidade porque estamos em um regime democrático e dividimos a atenção e as lutas com outras entidades. Mas a UNE é uma sobrevivente. Enquanto nossos dirigentes eram assassinados, presos e exilados, outros movimentos eram perseguidos e acabavam desorganizados. Por termos resistido, somos tão importantes hoje como no passado.

Abaixo, já temos os trechos de pontos de vista individuais:

1P15-Folha Online - Mas o movimento era essencialmente político, não?

1R15-Palmeira - É por isso mesmo. Eu me espanto com o fato de o movimento estudantil tenta repetir o que fizemos no passado. Os tempos são outros. É preciso renovar.

2P5Folha Online - Há uma espécie de saudosismo do movimento em relação ao seu passado ligado ao combate ao regime militar?

2R5Manuela - Tenho uma admiração profunda pelos presidentes da UNE que viveram na clandestinidade, mas não acho poético ser preso e torturado.

3P5-Folha Online - Mas a maioria ligada à esquerda não ajuda?

3R5-Stumpf - O que é esquerda pra mim pode não ser pra você. Eu falo de bandeiras como luta pelo ensino público, pela regulamentação das universidades particulares.

2.7.2 - O gênero entrevista: forma e função, contexto e uniformidade de características

Como já mencionado no capítulo sobre gênero textual, este se caracteriza por um conjunto de características comuns, que apresenta similaridades. No caso do gênero entrevista, podemos perceber alguns pontos em nosso *corpus* que nos permitem perceber esta questão. As três entrevistas se iniciam com um breve histórico e uma apresentação dos entrevistados. Em seguida, há uma foto para que o leitor identifique o entrevistado e saiba de quem aquele veículo está falando. Nestes trechos iniciais, percebemos algumas partes da entrevista como destaque, como se fossem partes pinceladas que chamariam mais a atenção do leitor para

que ele leia a entrevista até o final. Em seguida, na entrevista propriamente dita, há o esquema pergunta e resposta, avançando ao longo da entrevista até o entrevistador chegar onde ele pretende.

Em relação à forma da entrevista, portanto, temos que as três cumprem à risca o que seria mostra ser um gênero textual entrevista. Em relação à função da entrevista, que seria a de informar alguém sobre algo por meio de um jogo de perguntas e respostas, ela também cumpre seu papel. Vale ressaltar que o foco de cada entrevista, apesar de as três tratarem de um mesmo assunto, o movimento estudantil, é diferente, pois as pessoas entrevistadas têm informações diferentes sobre esse assunto.

O primeiro entrevistado, Vladimir Palmeira, teve explorada sua experiência como militante na década de 1960, algo bem pessoal, tentando explorar ao máximo as informações de experiências de sua vida pessoal, além de explorar alguns eventos importantes daquela época, como a “Passeata dos 100 mil”. Somente no final da entrevista é que se volta para o posicionamento dele em relação ao movimento estudantil daquela época e o atual.

Na segunda entrevista, de Manuela D’Ávila, o foco gira em torno da experiência dela no movimento, de uma comparação maior com o movimento de antes que ela não participou e o de agora, do qual ela também não faz mais parte, pois está na política, além de exploração de questões como sua opinião sobre o movimento.

A terceira entrevista começa tratando da UNE, depois compara o movimento atual do qual a entrevistada faz parte com o antigo, explora bastante a questão da partidarização.

Percebemos que, apesar de serem entrevistas realizadas com pessoas com experiências diferentes, o contexto do movimento estudantil está presente e traz a uniformidade de assuntos. Partidarização, comparação antes e depois e relação com o movimento, estão presentes nas três entrevistas.

Aproveitando o ensejo da uniformidade de características do movimento, vamos aprofundar um pouco na maneira como cada entrevistado fala destes três assuntos em comum, a fim de comparar o pensamento e posicionamento dos

mesmos. Sobre a partidarização do movimento estudantil e da UNE, temos a afirmação de Palmeira sobre isso, ao afirmar que o movimento, hoje, é muito partidarizado e que os partidos políticos dominam a entidade, o que não acontecia no passado. Para ele, isso é prejudicial ao movimento, pois este perde sua autonomia ao estar ligado ao movimento:

1P14Folha Online - Depois de 40 anos, como o senhor avalia o movimento estudantil?

1R14-Palmeira - Não dá para comparar. Naquele tempo a gente vivia para mudar o mundo. Hoje quem dá a vida por um deputado? Mas a verdade é que o movimento estudantil ficou parado no tempo. Ele é muito partidarizado. As entidades ficam nas mãos dos partidos políticos, que passam a elas seus programas. O resultado é que os dirigentes não conseguem tratar objetivamente das reivindicações estudantis. A luta agora é corporativa, luta política e muita dependência do governo federal.

Na segunda entrevista, com Manuel D'Avila, a visão da partidarização aparece de forma diferente. Para ela, a partidarização é benéfica ao movimento, pois os estudantes são de vários partidos diferentes e isso favorece o movimento:

2P4Folha Online - A existência da UNE como única representação dos estudantes não prejudica o diálogo sobre as necessidades do setor?

2R4Manuela - Muito pelo contrário. O diálogo é motivado exatamente porque a entidade é formada por todos os partidos. Na UNE, todos são estudantes, não há uma briga entre classes sociais. Alguns partidos políticos não conversam com ninguém porque saíram do movimento sindical. Respeitar a autonomia político-partidária dos estudantes nos fortalece.

Já na terceira entrevista, com Lúcia Stumpf, há uma concordância com Manuela D'Avila em relação ao benefício dos partidos, uma vez que, apesar de os dirigentes serem, há um tempo, do mesmo partido, o fato de os diretores serem de diversos partidos diferentes, não permite que os partidos influenciem nas decisões da entidade. Para ela, o fato de fazer parte de um partido não influencia suas decisões dentro da entidade:

3P13-Folha Online - A UNE é comandada pelo PC do B?

3R13-Stumpf - Somos 85 diretores de todos os partidos políticos. O PC do B tem cerca de 18 membros. Não há nenhuma ingerência do PC do B em nossas atividades. Somos totalmente autônomos a ele.

3P14-Folha Online - Mas por que a maioria das lideranças que saem da UNE vão para o PC do B?

3R14-Stumpf - Realmente todos os presidentes são do PC do B desde a década de 1990. Eu mesma sou filiada a ele. Mas nenhum partido

consegue ingerir sobre a UNE porque nossa diretoria é proporcionalmente dividida entre diferentes partidos e dirigida de acordo com o que delibera os estudantes em nossos congressos. Minhas decisões são dirigidas pelos congressos e não pelas orientações do meu partido.

Outro ponto importante de similaridade entre as entrevistas diz respeito ao questionamento sobre a comparação do movimento, antes e nos dias atuais. Na primeira entrevista, utilizando a mesma resposta do item anterior, temos uma crítica ao movimento atual que, segundo ele, não evoluiu, não quer tentar mudar o mundo, como no auge na década de 1960:

1P14Folha Online - Depois de 40 anos, como o senhor avalia o movimento estudantil?

1R14-Palmeira - Não dá para comparar. Naquele tempo a gente vivia para mudar o mundo. Hoje quem dá a vida por um deputado? Mas a verdade é que o movimento estudantil ficou parado no tempo. Ele é muito partidarizado. As entidades ficam nas mãos dos partidos políticos, que passam a elas seus programas. O resultado é que os dirigentes não conseguem tratar objetivamente das reivindicações estudantis. A luta agora é corporativa, luta política e muita dependência do governo federal.

1P15-Folha Online - Mas o movimento era essencialmente político, não?

1R15-Palmeira - É por isso mesmo. Eu me espanto com o fato de o movimento estudantil tenta repetir o que fizemos no passado. Os tempos são outros. É preciso renovar.

Na segunda entrevista, Manuela justifica o porquê de o movimento não ter o mesmo brilho dos anos anteriores, frisando que o fato de o estudante, hoje, precisar trabalhar e estudar é um agravante para que o envolvimento dele seja menor que na década de 1960. Sem responder claramente que o engajamento de hoje é menor, ela repete a questão da conciliação do estudo com o trabalho como um agravante para a modificação da maneira de militar:

2P8Folha Online - Por que o movimento estudantil não tem o mesmo brilho daqueles anos?

2R8Manuela - É impossível comparar os momentos. Além de estarmos num regime democrático, o perfil do universitário é diferente. Hoje o jovem precisa trabalhar para pagar os estudos. Nos anos 70, eles só se preocupavam em estudar. É natural que eles se envolvessem em causas políticas. Só enxerga mais brilho no passado do movimento quem acha romântico o regime militar.

2P9Folha Online - Não há menos engajamento hoje em dia?

2R9Manuela - Não militei naquele período. Eu não tenho a dimensão.

Mas, hoje, a juventude enfrenta a dificuldade de permanecer estudando e trabalhando.

Na terceira entrevista, Lucia Stumpf também frisa a questão de a mudança das necessidades do mundo ser a responsável por isso. Os interesses e as dificuldades do estudante também são frisadas, mas o individualismo é tratado como o grande vilão do menor engajamento do estudante:

3P9-Folha Online - Os estudantes de hoje são menos engajados do que no passado

3R9-Stumpf - Foi o mundo que mudou. O individualismo está presente no dia-a-dia da juventude. O estudante enxerga o aluno da carteira ao lado como concorrente, seja no cursinho ou na universidade. O mundo é individualista a começar pelas propagandas universitárias. Nossas lutas sociais enfrentam uma séria dificuldade de dialogar com a juventude, sempre atraída por outros valores.

O último ponto a ser tratado a partir da comparação entre as três entrevistas diz respeito à questão da busca de solução para este menor engajamento e envolvimento da juventude com o movimento. Na primeira entrevista, há uma crítica forte ao movimento como pouco participativo na sociedade, uma vez que eles não fazem nada em prol dela. Para ele, é necessário fazer mais e de forma diferente para se inserir na sociedade e fazer de fato política:

1P16-Folha Online - E o que deveria ser feito?

1R16-Palmeira - Eles deveriam discutir o atual papel da universidade com a população. O movimento perdeu de vista o que pode fazer pela sociedade. A dengue, por exemplo: como a universidade pode ajudar na conscientização das pessoas? As faculdades não estão inseridas na sociedade. Ficar tentando eleger deputado está ultrapassado. Tínhamos de fazer uma política de outro tipo. Os estudantes têm um horizonte enorme pela frente, mas é preciso se renovar.

Na segunda, temos a sugestão também de um envolvimento maior do movimento na sociedade por meio de projetos sociais e de política pública, apesar de ela frisar que foi feito um protesto há pouco tempo que tenha relação direta com a sociedade:

2P10-Folha Online - Como o movimento deve atuar para atrair mais jovens?

2R10-Manuela - É preciso que o movimento invista em projetos envolvendo cultura, ciência e esporte porque, além de atrair os jovens,

trata-se de uma política pública. A universidade e a escola têm a cara do projeto de desenvolvimento que foi escolhido para o país.

2P11-Folha Online - Será que também não é preciso modernizar o discurso? O movimento não ficou parado no tempo?

2R11-Manuela - Acabamos de protestar contra a presença da secretária de Estado americana Condolezza Rice, que representa o belicismo norte-americano. Acho moderno lutar contra a guerra. Se avaliarmos a política americana, veremos que é preciso lutar mais pela paz hoje do que há 15 anos.

Na terceira entrevista, temos a resposta praticamente idêntica com as duas anteriores, com relação à expansão para temas que sejam pertinentes à sociedade, como a cultura, também citada na resposta da segunda entrevista. Apesar da semelhança, podemos perceber que a entrevistada considera o movimento participativo, assim como Manuela, diferente de Vladimir:

3P10-Folha Online - É essa a grande dificuldade da UNE? Conseguir atrair mais estudantes?

3R10-Stumpf - Ela tem de ampliar o leque de debates. Precisamos tratar de temas que os interessam, como a cultura. Os Cucas (Centro Universitário de Cultura e Arte) é um núcleo criado para que os universitários produzam cultura. Também percorremos as universidades discutindo a legalização do aborto, das drogas e discutindo o uso de álcool no trânsito.

3P11-Folha Online - Qual é o futuro do movimento estudantil no Brasil?

3R11-Stumpf - Esperamos que os próximos 70 anos da UNE seja tão participativa quando nos primeiros 70. Acredito que o movimento estudantil estará ainda mais presente nas pautas estudantis e nacionais.

2.7.3 - Tipos textuais

Na questão dos tipos textuais, pretendemos marcar somente em quantas perguntas cada tipo é mais recorrente, para que o trabalho não fique muito extenso:

Tabela 2: Tipos textuais mais recorrentes em cada entrevista

Tipo textual predominante nas respostas	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3
Narração	8	2	2
Argumentação	3	6	9
Exposição	5	5	6
Descrição			
injunção			

Sobre os tipos textuais levaremos em consideração, como já anteriormente destacado, o contexto em que as entrevistas foram concedidas, a fim de delimitar o gênero em relação à recorrência dos tipos textuais. Na primeira entrevista, como já mencionado, há um caráter muito mais confessional e de exposição de experiências que as outras duas, pelo fato de o entrevistado ter vivido no auge do movimento estudantil, em 1968. Por esse motivo, percebemos a predominância do tipo narrativo nessa entrevista, apesar de haver um considerável número de exposições também. Nas demais entrevistas, percebemos uma maior presença de exposição e de argumentação, pelo fato de as perguntas girarem mais em torno de questões como opiniões políticas das entrevistadas e seus posicionamentos em relação ao movimento. Podemos notar, portanto, que as três entrevistas apresentam a predominância do tipo expositivo e, a depender do teor do assunto, com um maior ou menor número do tipo narrativo ou argumentativo.

2.7.4- A orientação do destinatário – alta (nome e pronome), média (nome ou pronome) e baixa (nenhum) e tipos de questões- sim, não/alternativa/por que, como, onde

Neste tópico, levaremos em conta a construção das perguntas, que tipo de resposta elas demandam, a complexidade das perguntas e das respostas e a orientação do destinatário, ou seja, de que forma o entrevistador se dirige ao entrevistado. Para tal análise, construiremos um quadro para uma melhor visualização do gênero:

Tabela 3: Tipo de orientação do destinatário nas entrevistas

Orientação do destinatário	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3
Alta			
Média	11	3	1
Baixa	5	10	16

Em relação à orientação do destinatário, notamos um detalhe interessante. Como já havíamos dito anteriormente, a primeira entrevista, a de Vladimir Palmeira, por ter um caráter mais introspectivo, ou seja, por ele ter vivido a época do movimento estudantil em 1960, o teor foi mais de saber sobre sua vida e suas experiências. Dessa forma, o número mais alto de orientações do destinatário média se explica, pois grande parte das perguntas era voltada para ele, para saber de sua vida. Já as duas outras entrevistas, pelo fato de terem vivido digamos, na atualidade, o teor da entrevista é outro, voltado mais para ideias e não para experiências, apesar de ter alguma coisa também voltada para a experiência delas.

Sobre o tipo de questões, apresentado no quadro abaixo, temos uma uniformidade grande, tanto em relação ao tipo de perguntas quanto em relação à quantidade. Nas três entrevistas, praticamente houve a mesma quantidade dos dois tipos de perguntas e somente os dois tipos, o que demonstra a uniformidade do gênero entrevista neste *corpus*.

Tabela 4: Número de tipos de questões nas entrevistas

	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3
Questões			
Sim/ não	8	6	9
Alternativa			
Pq/onde/como	7	7	8

Essa quase uniformidade de quantidade de tipos de questões mostra que tanto perguntas que demandem respostas simples, como mais elaboradas, fazem parte de uma entrevista, mesmo que o assunto desta seja polêmico. Além disso, observamos que, mesmo em perguntas que demandariam somente respostas simples (sim, não), há uma resposta mais elaborada.

Capítulo 3

A ideologia, a hegemonia e análise crítica do discurso

Neste capítulo, faremos uma reflexão primeiramente teórica sobre a ideologia, hegemonia, análise crítica do discurso e, dentro dela, mais precisamente prática social, pois será por meio desses conceitos que analisaremos o *corpus*. Nossa reflexão é teórica, pois esta se faz necessária no momento em que o entendimento desses conceitos nos dá base metodológica para uma análise crítica do discurso. Primeiramente, fazemos um retorno à evolução histórica do termo ideologia; em seguida, um apanhado de definições do mesmo termo para, a seguir, definir hegemonia. Após a definição desses conceitos, a reflexão é sobre a ACD, destacando os pontos principais, a relação com ideologia e hegemonia, com maior destaque para a prática social, na qual também estes termos se fazem presentes. Ao final do capítulo, após o entendimento dos conceitos já relacionados, chegamos à questão da análise desses pontos, com auxílio da ACD.

3.1- Ideologia

3.1.1- Histórico do termo ideologia e pressupostos

Ao resgatarmos a origem do termo ideologia e de sua conceituação, encontramos, em várias referências bibliográficas, o nome de Destutt de Tracy. De acordo com Thompson (1995), o termo Ideologia foi utilizado, pela primeira vez, no século XVIII, na França e, de lá pra cá veio sofrendo muitas transformações (THOMPSON, 1995, p. 11). Sua origem estaria ligada, portanto, a Destutt de Tracy, em 1796, trazido por Lowy, que conceitua ideologia como (...) *o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente* (LOWY, 1993, p. 11). Vários outros autores que retomaram esse conceito associaram-no às ideias, como veremos adiante.

Nessa primeira definição do termo, percebemos que ideias e sensações são realmente essenciais para essa conceituação, pois, no plano das ideias é

possível conhecer as coisas. Thompson reafirma essa questão retomando Candellac: *Segundo Candellac, de Tracy argumentou que não podemos conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas as ideias formadas pelas sensações que temos delas* (THOMPSON, 1995, p. 45). Dessa forma, quando pensamos em nosso *corpus*, textos sobre o movimento estudantil, percebemos que essa definição se aplica corretamente a elas. Os militantes não se ligam ao movimento fisicamente, mas sim ao conceito, à ideia que se faz dele, à sensação da possibilidade de conseguir algo por meio da luta e da defesa dessa ideia que é o movimento.

Mais à frente, em 1801, ainda Destutt de Tracy traz a teoria sobre formação de todas as ideias, que permite fazer com que a relação entre ideologia e ideias esteja cada vez mais forte, pois, para ele, a ligação entre elas é direta (THOMPSON, 1995), o que confirma ainda mais a relação entre os dois termos.

Ainda pensando na conceituação de ideologia, aparece Napoleão, em 1812, trazendo um sentido pejorativo para ideologia (CHAUÍ, 1993). Para ele, ela é implícita e oposicional (THOMPSON, 1995) e (...) *os ideólogos são metafísicos, (...) fazem abstração da realidade, (...) vivem em um mundo especulativo.* (LOWY, 1993, p. 11). Com esta afirmação, Napoleão discorda da ideia de Tracy, de relação entre ideias/sensações/mundo real, se limitando à questão de fora da realidade, algo que não seja palpável, ou materializado, afirmando que a ideologia não poderia ser concebida como ciência.

Ao abordarmos o conceito de ideologia, logo pensamos em Marx que tanto se posicionou sobre esse assunto ao longo do tempo. Vale ressaltar, porém, como já afirmado anteriormente com a visão de ideologia de Tracy e de Napoleão, e discordando do senso-comum, que *o conceito de ideologia não vem de Marx: ele simplesmente o retomou* (LOWY, 1993, p. 11). Sobre a conceituação do termo por Marx, temos que

(...) Marx conservará o significado napoleônico do termo: o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua real relação com o real (CHAUÍ, 1993, p. 25).

Esse sistema de ideias que desconhece a relação com o real, isto é, que não está atrelada à realidade, pois seria algo que vai além dela, traz novamente a ideia de Napoleão, de forma a desvincular a ideologia da realidade. Marx, em “A ideologia alemã”, considera ainda a ideologia como (...) *ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real* (LOWY, 1993, p. 12). Essa afirmação, ao mesmo tempo, vincula e desvincula a ideologia da realidade, pois, para ela existir, é preciso haver a realidade, pois, na realidade, é que a ideologia se torna o motor da vida, ou aquilo que deve ser defendido, quando a *sociedade toma consciência da vida real* (LOWY, 1993). Por meio da consciência da vida real e da necessidade de algo que não ocorre, que está no plano das ideias, aparece a ideologia, para Marx, atrelando o sentido negativo de Napoleão mais como um conceito transformado (dependente do Iluminismo) (THOMPSON, 1995)

Para encerrar esta relação de ideologia com conjunto de ideias, plano de real ou não, cabe citar o que Comte afirma sobre o termo, trazendo dois significados, o primeiro atrelado àqueles conceitos já afirmados acima e uma outra ligada à determinada época, uma vez que as pessoas têm a tendência de defender seus interesses em determinados momentos, devido aos contextos sociais em que vivem. Cabe ressaltar que essas definições somente complementam as ideias antes colocadas e serão ainda mais complementadas nos tópicos seguintes. Segundo Comte, nas palavras de Chauí, falando sobre ideologia,

(...) por um lado, a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações; por outro lado, ideologia passa a significar também o conjunto de ideias de uma época, tanto como ‘opinião geral’ quanto no sentido de elaboração teórica dos pensamentos dessa época (CHAUÍ, 1993, p. 26).

Após a reflexão sobre o histórico do termo ideologia, podemos concordar com Chauí ao afirmar que ideologia tem pré-noções inteiramente subjetivas, individuais (CHAUÍ, 1993), que trazem conceituações desenvolvidas ao longo do tempo que pouco evoluíram. A formação de ideia nos parece mais interessante,

porém, mais à frente, ao atrelarmos a outros pontos de vista que ajudarão a definir melhor o termo, teremos mais embasamento para uma definição precisa.

Dentro dessa ideia de relacionar a ideologia com seu histórico e seus pressupostos, antes de entrar na definição propriamente dita, cabe refletir um pouco sobre pressupostos como luta de classes, dominação, política, crenças e inversão do real. Um primeiro ponto a ser considerado é a influência da história e como ela e a política estão presentes em vários contextos e conceitos do porte de ideologia. Essas ideias são essenciais para o entendimento de alguns conceitos, e com ideologia não seria diferente.

Tudo que o ser humano faz ou pensa é registrado na história, seja na da humanidade seja na sua particular. Suas atitudes ou suas ações de posicionamento sobre qualquer assunto que diga respeito somente a ele ou à sociedade vão refletir na vida dos outros e na sociedade em geral. Basta pensar em coisas simples, como escolher a maneira de agir numa eleição ou se esquivar dos problemas como a pobreza no mundo, que já estamos inseridos no que podemos chamar de política. Utilizando Lowy, podemos entender melhor essa questão:

É impossível entender o desenvolvimento de uma ideologia, de uma teoria, de uma forma de pensamento, seja religiosa, científica, filosófica ou outra, desvinculadamente do processo mesmo do desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política (LOWY, 1993, p. 16).

A relação, portanto, de ideologia com política e história, se atrela também à relação entre realidade e classes sociais. Marx trouxe essa ideia de classes e atrelou-a à ideologia, assim como Lênin, que considerou *ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais*. (LOWY, 1993, p. 12), ou seja, a sociedade é pautada por classes sociais e estas defendem suas ideologias, de modo que podemos considerar, então, a ideologia como atrelada aos interesses dessas classes sociais. Considerando, ainda, uma ideologia burguesa e outra proletária, chegamos à velha questão de luta de classes e à questão de dominação e ideologia dominante. Diante disso, devemos considerar a utilização da ideologia para

exercer poder nas classes sociais, levando em consideração o papel da classe dominante neste contexto, como nos esclarece Chauí:

(...) é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas de luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados (CHAUÍ, 1993, p. 86).

Ainda pensando em ideologia, relacionando-a com a linguagem, podemos afirmar que *refletir sobre as relações entre a linguagem e a ideologia não é também dizer que a linguagem é instrumento de poder e que os segmentos sociais dominantes tentam ridicularizar a palavra dos dominados. Isso é velhíssimo* (FIORIN, 2006, p. 7). Fiorin faz com que a afirmação do senso comum de que os dominantes detêm a ideologia e os dominados sofrem nas mãos dos mesmos, ridicularizando-os, caia por terra, uma vez que podemos considerar a linguagem como instrumento de poder, mas não reduzi-la a isso nas mãos dessas classes dominantes. Ainda sobre a questão de dominação, Lowy, trazendo Mannhein, afirma que, *para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida* (LOWY, 1993, p. 13).

Chegamos, então, ao ponto de ideologia como legitimação da ordem estabelecida. Quem está no poder, no caso a classe dominante, quer se manter lá e, para isso, utiliza a ideologia que convenceu os dominados para tal. Essas ideias são utilizadas de forma categórica, quando pensamos na necessidade de estabilidade desta classe no poder, mantendo sua ideologia dominante também no poder. Junto a essa crença que os dominantes tentam manter nos dominados, entram as entidades de crença que auxiliam nesta tarefa.

Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens criem que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam (CHAUÍ, 1993, p. 87).

A crença tem papel fundamental na manutenção da ideologia, pois é por meio dela que as classes dominantes conseguem se manter neste papel de poder. As ideias da classe dominante, ou suas ideologias, devem parecer reais e palpáveis, para conseguir angariar o maior número possível de ‘devotos’. De nada adianta que uma classe consiga chegar ao poder utilizando aquela ideologia dominante em determinado momento e não conseguir se manter lá. Para tal, as ideologias, como afirma Chauí no trecho abaixo, devem ‘cristalizar’ o real, devem realmente parecer reais e atingíveis, senão os dominados percebem que estão sendo enganados e não compactuam mais com essas ideias.

(...) a ideologia simplesmente cristaliza em ‘verdades’ a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias ‘verdadeiras’. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas ideias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém) (CHAUI, 1993, p. 87).

Essas premissas, portanto, nos permitem perceber o quanto a legitimação de uma ideologia e sua manutenção é importante para uma luta de classes. A ideia do ‘parecer real’ para dar credibilidade a uma ideologia é perceptível também no nosso *corpus* de trabalho. De nada adiantaria os estudantes lutarem por qualquer coisa se eles não acreditassem naquilo que estavam defendendo e se aquela ideia, na cabeça deles, não tivesse possibilidade nenhuma de se tornar real.

3.1.2- Uma tentativa de conceituação de ideologia

Neste tópico, tentaremos conceituar ideologia, trazendo definições de diversos autores. Após a explanação, tentaremos formular um conceito nosso, que nos auxiliará na análise do *corpus*. Para iniciar, vale ressaltar que *o conceito surgiu como parte de uma tentativa de desenvolver os ideais do Iluminismo no contexto das revoltas sociais e políticas que marcaram o nascimento das sociedades modernas* (THOMPSON, 1995, p. 48). Com essa ligação com os ideais do Iluminismo, que defendia a compreensão racional do mundo

(THOMPSON, 1995), o conceito traz à tona a oposição àqueles ideais apresentados quando de seu surgimento, antes do Iluminismo, com as definições metafísicas de Napoleão e Marx.

Muito se discute sobre os diversos conceitos deste termo e a dificuldade de se chegar a um consenso, uma vez que *o conceito e a teoria da ideologia definem um campo de análise que permanece central às ciências sociais contemporâneas e que constitui um espaço para um debate teórico contínuo e animado.* (THOMPSON, 1995, p. 11). Em várias áreas do conhecimento, é comum acompanharmos debates acirrados sobre o tema, sempre na tentativa de legitimar seu conceito.

Começemos, portanto, a achar definições e formar uma rede de conceitos que nos permitirão, mais à frente, chegar ao nosso próprio conceito. Chauí (1993) começa trazendo a definição de ideologia ligada à luta de classes, mais exatamente na ocultação dessa luta de classes. Dessa forma, podemos entender o termo como a tentativa de abrandar a existência da luta de classes.

Dissemos que a ideologia é resultado da luta de classes e tem por função esconder a existência dessa luta. Podemos acrescentar que o poder ou a eficácia da ideologia aumentam quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes (CHAUÍ, 1993, p. 90).

Essa concepção de Chauí tem origem na concepção de Marx de luta de classes, que utiliza também a questão do poder para fazer menção a ela. Thompson traz mais um conceito, afirmando que *a ideologia foi entendida como uma espécie de 'cimento social', e os meios de comunicação de massa foram vistos como mecanismo especialmente eficaz para espalhar o cimento* (THOMPSON, 1995, p.11). Esse 'cimento social' pode ser entendido como algo que se fixa na mente das pessoas e as deixa presas àquela ideia. A menção à mídia como divulgadora desse cimento faz todo sentido se pensarmos no quanto a mesma desempenha um papel importante nesse sentido.

Outro conceito interessante de ideologia, ainda trazido por Thompson, é que *ideologia é o pensamento do outro, o pensamento de alguém diferente de nós. Caracterizar-se um ponto de vista como ideológico é, tem-se a impressão, já*

criticá-lo implicitamente, pois o conceito de ideologia parece transmitir um sentido negativo, crítico (THOMPSON, 1995, p.14). Esse sentido negativo, ou pejorativo, já trazido por Napoleão, é lembrado por Thompson e traz a noção do senso-comum de que a ideologia seria radical ou fechada em sua essência. O autor, continuando, afirma:

Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder (THOMPSON, 1995, p. 16).

Retomando a questão de poder, que está diretamente ligada à luta de classes, já trazida por Chauí, Thompson relaciona ideologia com sentido e significado, ligando esse mesmo sentido ao poder, uma vez que é por meio dela que o poder passa a ter sentido. A questão do sentido e do significado será retomada mais à frente, quando falarmos da ACD e da linguagem em si. Já fazendo menção a poder e sistemas de crença, que serão tratados mais adiante, Eagleton afirma que *o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder* (EAGLETON, 1997, p. 18), indo ainda mais além, ele reitera que *a ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante* (EAGLETON, 1997, p. 19), ou seja, o grupo dominante, por ser detentor da ideologia dominante, fazia uso dela para fazer com que seu poder se solidificasse e fortalecesse frente àquela classe não dominante.

Mais uma vez, Thompson, ainda em relação ao poder e à luta de classes, afirma que *ideologia, de acordo com a concepção epifenômica, é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória* (THOMPSON, 1995, p. 54). Nesse momento, Thompson, ao retomar a questão de luta de classes, vai além, se limitando à expressão dos interesses da classe dominante. Devemos ter cuidado com essa concepção, pois indica que somente a classe dominante tem controle sobre a ideologia, excluindo, por exemplo, a classe dominada. Ao fazer essa

afirmação, ele completa que as relações de classe são representadas de forma ilusória, pois, uma vez que somente a classe dominante tem a ideologia, as demais classes são iludidas, mas não têm uma ideologia para defender.

Ainda sobre a relação de ideologia como classe dominante, Chauí afirma que *a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes* (CHAUÍ, 1993, p. 92), ou seja, a limitação já exposta em Thompson também toma lugar nessa afirmação, reduzindo a ideologia à classe dominante. Vale frisar que a diferença está no fato de que as ideias da classe dominante são estendidas a todas as classes, e as classes passam a ver aquelas ideias como dominantes.

Ressaltando mais um pouco essa questão das ideias da classe dominante, temos a dominação não apenas no plano material, mas também no espiritual, como reitera ainda Chauí, quando afirma que *a ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias)* (CHAUÍ, 1993, p. 94).

Avançando um pouco mais nos conceitos, Lênin e Lukacs, citados por Thompson, afirmam que *ideologia se refere às ideias que expressam e promovem os respectivos interesses das principais classes engajadas no conflito* (THOMPSON, 1995, p. 64). Com essa conceituação, aquela afirmação anterior de Thompson de que a ideologia representa somente os interesses da classe dominante ainda faz sentido, mas um pouco diferente, pois as principais classes engajadas no conflito, dependendo de que conflito é este, serão os integrantes da classe dominada os principais envolvidos.

Levando em consideração a questão do sentido e das ideias, Thompson completa que o pensamento e a experiência estão totalmente ligados à definição de ideologia. Dessa forma, o engajamento do grupo de pessoas guiado por uma ideologia tal interliga o pensamento daqueles integrantes junto à experiência partilhada por eles, juntamente ao interesse deles em mudar.

'Ideologia'(...) pode ser tomada como os sistemas interligados de pensamento e modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais e partilhados por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica (THOMPSON, 1995, p. 67).

Thompson, fazendo menção à realidade, afirma que *as ideologias são ideias discordantes da realidade e não concretizáveis na prática* (THOMPSON, 1995, p. 69), ou seja, tratar a ideologia somente no plano das ideias e não na prática confirma a definição inicial de Tracy, que remete ideologia ao plano das ideias, mas, ao mesmo tempo, afirma que essa realidade pretendida pela ideologia não faz sentido algum.

Sobre a relação objetividade e subjetividade, ainda ligada à realidade, Chauí afirma que *a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos* (CHAUÍ, 1993, p. 78). Dessa forma, é a experiência objetiva, real, do indivíduo que faz com que a pessoa acredite em algo e lute por aquilo.

Para outro autor, Shils¹⁹ (citado por Eagleton, 1997), *as ideologias são explícitas, fechadas, resistentes a inovações, promulgadas com uma grande dose de afetividade e requerem total adesão de seus devotos* (EAGLETON, 1997, p. 17). Essa concepção faz sentido se pensarmos que de nada adianta uma ideologia sem que haja pessoas que acreditem nela e a defendam. Sobre serem fechadas a inovações, podíamos considerar esta afirmação relativa, pois, ao longo do desenvolvimento da defesa de uma ideia, ela pode sim mudar.

Goldner ²⁰ (citado por Eagleton, 1997) afirma que a ideologia é *o reino da exaltação do espírito, onde habitam o doutrinário, o dogmático, o apaixonado, o desumanizante, o falso, o irracional e, é claro, a consciência extremista* (EAGLETON, 1997, p. 18). Percebe-se que essa definição fica mais próxima daquela que relaciona ideologia à subjetividade, já trazida por Thompson.

Chauí, melhor esclarecendo a questão objetividade/subjetividade, faz menção ao termo como 'fato social', delimitando a produção das ideias e a

¹⁹Shils,Edward. "The concept and function os ideology. internacional encyclopedia of the social sciences, v.7, 1968

²⁰ Goldner, Alvin The dialectic os ideology and technology, London, 1976, ° 4

importância das relações sociais para esta definição. Com essa força das relações sociais, são produzidas as ideias dos grupos de indivíduos e estas estão ligadas a um fato social, ou a algo concreto de ser alcançado.

(...) a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um 'fato' social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma mera maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (CHAUÍ, 1993, p. 31).

A afirmação de Eagleton de que *nem todo conjunto de ideias é ideológico* (EAGLETON, 1997, p. 18) nos remete à ideia de que não podemos simplesmente deduzir que tudo é ideologia. Se alguém acha algo interessante e acredita naquilo, isso por si só não é suficiente para determinar que se trata de uma ideologia. Ao final deste tópico e deste capítulo, pretendemos ter uma definição do termo e perceber que podemos ser ideológicos em alguns momentos e em outros não.

Seliger²¹ (citado por Eagleton, 1997), outro teórico, também conceituou ideologia como *conjuntos de ideias pelas quais os homens (sic) postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação política, qualquer que seja o objetivo desta ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social* (EAGLETON, 1997, p. 20). Essa concepção também se liga àquelas que fazem menção a política, grupos sociais e luta por algo, ou reconstrução de algo que aquele grupo acredita de uma forma ou de outra.

Ao falar de conceituação de ideologia, é necessário tocar no nome de Althusser, um dos precursores no que diz respeito ao termo, que tratou desse assunto, mas que, em alguns pontos, já está ultrapassado. Temos, portanto, que

A ideologia, para Althusser, é uma organização específica de práticas significantes que vão constituir os seres humanos como práticas sociais e que produzem as relações vivenciadas mediante as quais tais sujeitos vinculam-se às relações de produção dominantes em uma sociedade (EAGLETON, 1997, p. 30)

²¹ Seliger, M. Ideology and politics, London, 1976, p. 11

Este autor defende a ideologia como formação dominante, assim como algumas proposições já apresentadas anteriormente neste trabalho, levando em consideração, ainda, as relações afetivas e inconscientes com o mundo. Como já afirmado, a noção de Althusser pode ser considerada um pouco rasa, se considerarmos o avanço das definições do termo ao longo do tempo, ainda mais se pensarmos que ele formulou suas teorias sobre o assunto na década de 1960. Eagleton, citando Althusser, traz que a ideologia, segundo Althusser,²² *expressa uma vontade, uma esperança ou nostalgia, mais do que descreve uma realidade* (EAGLETON, 1997, p. 30). Mais uma vez, o autor, ao desvincular a ideologia da realidade, a coloca no patamar de subjetividade, já discutido neste trabalho.

Eagleton (1997), um autor mais contemporâneo que estudou o assunto, também já citado anteriormente, traz uma ampla definição de ideologia, fazendo isso de seis maneiras diferentes. A primeira seria como um *processo material de produção de ideias, crenças e valores na vida social, relacionado à cultura, e às relações entre os signos e os processos do poder político* (p. 39). Nessa definição, entraria o ponto chave e inicial da definição, as ideias, juntamente com a crença, além da questão do poder. A segunda definiria ideologia como *ideias ou crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo* (p. 39), significando também uma "visão de mundo". Já nesta, além de reiterar as ideias e as crenças, entra também a questão de experiência de vida, também já citada neste trabalho. A terceira consideraria a *promoção de legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos*, ressaltando o conflito de poderes sociais, ou seja, chega àquela questão de luta de classes, também já presente em definições anteriores. A quarta definiria como *promoção e legitimação de interesses setoriais*, levando em consideração o poder social dominante, e a neutralidade. Neste caso, julgamos semelhante a posição já adotada e com a qual não concordamos muito, pois limita a definição e o entendimento do termo, limitando-o a classes dominantes somente. A quinta seria *ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante*

²² Louis Althusser, *For Marx*, London, 1969, p. 234

sobretudo a distorção e a dissimulação.(p. 39). Esta, em parceria com a anterior, também corrobora com a ideia de classe dominante, levando ainda além essa questão, trazendo fatores negativos, como distorção e dissimulação. A sexta e última considera como *crenças falsas ou ilusórias*, ligadas ao *conjunto da sociedade como um todo*. (p. 40), o que também pode ser questionado uma vez que ela é ilusória somente até o momento em que é conseguida.

Após a definição de Eagleton, cabe trazer a de Geuss, também constante na obra do autor, pois permite uma maior abrangência do termo em questão. Este autor divide a definição do termo em três sentidos. O primeiro é o sentido descritivo, que considera o sistema de crenças, certos grupos, elementos discursivos e não-discursivos; o segundo é o sentido pejorativo, levando em consideração os conjuntos de valores, este considerado negativamente, poder opressivo, ilusão social e o terceiro considera o sentido positivo, que seria a ideologia socialista, consciência de classe.

outra definição de ideologia vem de um linguista, Fiorin, que atrela, mais à frente também neste trabalho, a linguagem com a ideologia. Ele afirma que

A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia. Como ela é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é 'falsa consciência' (FIORIN, 2006, p. 29).

A definição da ideologia como uma falsa consciência se dá pela sua relação com a subjetividade, também trazida por ele. Ao afirmar que ela oculta a essência da ordem social, o autor deixa clara sua posição de entender a ideologia como conjunto de ideias e representação. Completa ainda que *uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo* (FIORIN, 2006, p. 32) e, ao incorporar a noção de classe social, ele corrobora com a opinião dos demais autores já citados neste trabalho e que atrelam ideias com classes sociais, porém, sem ainda falar de classe dominante.

Outro autor que cita grupos é Van Dijk, que considera que, *entre outras coisas, ideologias também especificam quais valores culturais gerais (liberdade, igualdade, justiça, etc.) são relevantes para o grupo* (VAN DIJK, 2006, p. 116), ou seja, o termo está intimamente ligado a questões culturais, além das históricas, que façam parte da realidade daquele grupo social pelo qual a ideologia vem sendo defendida. Esses valores defendidos têm relação direta com as crenças existentes na vida das pessoas e, mais especificamente, dos grupos sociais aos quais essas pessoas pertencem. Não basta pertencer a um grupo, é preciso que aquele grupo seja forte culturalmente, que defenda pontos de vista que condizem com a realidade daquele grupo e que esses pontos de vista sejam fortes o bastante para que outras pessoas vejam importância em defendê-lo.

Lowy (1993), ao abordar o tema, traz um acréscimo importante à conceituação do termo ideologia. Ele afirma que a ideologia seria uma visão social do mundo. Para ele, qualquer ideia, ao ser defendida por determinado grupo, deve ter algum fundamento para aquele grupo e esse fundamento e essa coerência fazem com que o grupo queira compartilhar aquela ideia com outras pessoas, o que o autor também afirma.

Só me referi a alguns elementos gerais (obviamente a coisa é muito mais complicada) tratando de sublinhar que as ideologias não são simplesmente uma ou outra ideia, uma mentira ou uma ilusão, são um conjunto muito mais vasto, orgânico, de valores, crenças, convicções, orientações cognitivas, de doutrinas, teorias, representações. A esse conjunto, à medida que seja coerente, unificado por uma certa perspectiva social, por uma perspectiva de classe, eu chamaria de visão social do mundo (LOWY, 1993, p. 29).

Ao retomar outros autores que já fizeram menção à ideologia como representação social, Van Dijk afirma que a ideologia pode ser ligada a determinados grupos que necessitam se afirmar como representações. Essa definição de identidade social é relevante, pois é necessária uma identificação do grupo com aquele ideal. De nada adianta fazer parte de um determinado grupo se a pessoa não tem nenhuma identificação com ele. A crença dos envolvidos, portanto, é peça fundamental na ideologia como representação do indivíduo. Segundo Van Dijk,

Em outras palavras, ideologias consistem em representações sociais que definem as identidades sociais de um grupo, isto é, é crença dividida sobre a condição fundamental e maneiras de existência e reprodução. Diferentes tipos de ideologias são definidos pelos tipos de grupos que 'têm' uma ideologia, como um movimento social, partes políticas, profissões, ou igrejas, entre outras (VAN DIJK, 1998, p. 116, tradução nossa)²³.

Ainda sobre ideologia, Van dijk faz uma reflexão sobre a forma como a ideologia faz parte de nossas vidas. Segundo ele, assim *como a fundação social de grupos sociais, ideologias são gradualmente adquiridas e (algumas vezes), mudam vidas inteiras ou um período de vida, e conseqüentemente precisam ser relativamente estáveis* (VAN DIJK, 1998, p. 116, tradução nossa)²⁴. Essa afirmação faz muito sentido se comparada ao assunto de nosso *corpus* de trabalho, o movimento estudantil. Os estudantes, ao ingressarem na universidade, não chegam com a ideia de lutar por seus direitos ou por melhores condições de estudo; pelo contrário, sua intenção é estudar. Ao terem contato com os estudantes que se agrupam em prol de algo, abraçam essa ideologia e passam a fazer com que ela faça parte de suas vidas durante certo período. Para despertar nas pessoas a vontade de se engajarem em algo, precisa haver certa estabilidade e é o que acontece com a ideologia. Ela não pode ser algo muito momentâneo, pois senão não teria a força necessária para angariar adeptos.

Ao consideramos o grupo que se envolve com determinada ideologia, cabe trazer novamente Van dijk, quando afirma que *podemos acrescentar que as ideologias servem positivamente para capacitar os grupos dominados, para criar solidariedade, a organização e luta para sustentar a oposição*²⁵ (VAN DIJK, 1998, p. 136, tradução nossa), ou seja, por meio dessa solidariedade existente nos

²³ In other words, ideologies consist of social representations that define the social identity of a group, that is, its shared beliefs about its fundamental conditions and ways of existence and reproduction. Different *types* of ideologies are defined by the kind of groups that 'have' an ideology, such as social movements, political parties, professions, or churches, among others.

²⁴ Among other things, ideologies also specify what general cultural values (freedom, equality, justice, etc.) are relevant for the group. Fourthly, as the sociocognitive foundation of social groups, ideologies are *gradually* acquired and (sometimes) changed through life or a life period, and hence need to be relatively *stable*.

²⁵ we may add that ideologies positively serve to empower dominated groups, to create solidarity, to organize struggle and to sustain opposition

grupos permeados por determinada ideologia, esse grupo se torna forte, se torna capaz de lutar por suas crenças.

Outro aspecto interessante em relação à ideologia é a sua relação com a política, ressaltada por Eagleton. Segundo ele,

Argumentar em favor de uma definição mais 'política' que 'epistemológica' de ideologia não significa, é evidente, afirmar que política e ideologia são a mesma coisa. Uma forma de distingui-las seria sugerir que a política se refere aos processos de poder mediante os quais as ordens sociais são mantidas ou desafiadas, ao passo que a ideologia diz respeito aos modos pelos quais esses processos de poder ficam presos no reino do significado (EAGLETON, 1997, p. 23).

Observando mais atentamente, percebemos como a diferença entre os dois conceitos está clara, na visão do autor. É trazida a questão dos significados, do plano das ideias e também a questão das relações de poder e ordens sociais. Apesar de a política estar relacionada à ideologia, pois tem relação com mudança, com sociedade, com relações de poder, classes sociais, ela seria considerada algo mais palpável, mais real²⁶, enquanto a ideologia, ligada aos significados e às ideias, ficaria restrita a como aquela realidade trazida pela política fica atrelada às ideias. Ainda sobre a questão pensamento e realidade, Eagleton completa que *em outras palavras, a ideologia não é apenas uma questão de respeito daquilo que penso a respeito de uma situação; ela está de algum modo inscrita nessa mesma situação* (EAGLETON, 1997, p. 47).

Dessa forma, ao considerar as diversas definições de ideologias, cabe explaná-las em um quadro, a fim de visualizarmos o quanto este termo pode ser ambíguo ou sua definição se repete em vários autores.

Tabela 5: Definições de Ideologia segundo autores

Autor	Definição
1. Chauí	Luta de classes Ideia da classe dominante Fenômeno objetivo

²⁶ A relação entre ideologia e real será discutida no próximo tópico deste capítulo.

	“fato social ”
2. THOMPSON	“cimento social ” Pensamento do outro (senso comum) “sentido a serviço do poder ” Interesses da classe dominante Pensamento e experiência Ideias # realidade (subjetividade)
3. EAGLETON	Legitimar poder de classe ou grupo dominante Ideias, crenças Visão de mundo/ experiência de vida Luta de classes Poder dominante Crenças falsas ou ilusórias Processos de poder presos no significado
4. Lênin e Lukacs	Interesses das classes engajadas no conflito
5. Shils	Explícitas, fechadas, resistentes a inovações
6. Goldner	Subjetividade
7. Seliger	Crença/ luta
8. Althusser	Formação dominante
9. Geuss	Sistema de crença (descritivo) Sentido negativo - ilusão social Sentido positivo - consciência de classe
10. FIORIN	Falsa consciência
11. VAN DIJK	Valores culturais Representações sociais (identidades sociais) Estável Solidariedade
12. LOWY	Visão social do mundo

3.1.3 - A Ideologia, o real e as formas simbólicas

Após uma tentativa de definição e conceituação do termo ideologia, abordaremos alguns pontos já citados no tópico anterior, mas que merecem um destaque maior, por dizerem respeito a aspectos relevantes em nosso *corpus*. São eles: crença, realidade, contexto e classes sociais.

3.1.3.1 - Ideologias, formas simbólicas e crenças

Iniciando a reflexão sobre a relação entre ideologia e crença, um dos significados mais fortes do termo, ao qual se liga mais fortemente, é o conceito de cultura, trazido por Thompson, que insere a questão das formas simbólicas. Segundo ele, o conceito de cultura seria ligado ao *caráter simbólico da vida social, aos padrões de significado incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social* (THOMPSON, 1995, p. 22). Dessa forma, os indivíduos, ao compartilharem experiências e interagir, compartilham também formas simbólicas ou crenças sobre algo que culmina no reflexo da cultura daquele determinado grupo. Outro ponto importante seria a *maneira como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder* (THOMPSON, 1995, p. 75). Por meio da crença transformada em forma simbólica de retratação das ideias e maneiras como as pessoas pensam sobre determinado assunto, temos a relação desta com as relações de poder. Essas formas simbólicas se relacionam com as relações de poder para tentar transformar essas relações. Por acreditarem na melhor forma por meio da mudança da realidade, as pessoas tentam, então, transformar as relações de poder defendendo sua maneira de pensar (ideologia).

Cabe, para aprofundar mais esta questão, retomar Thompson ainda sobre a questão das formas simbólicas e as relações de poder:

Conectando o estudo da ideologia no terreno das formas simbólicas contextualizadas, para as maneiras como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar relações de poder, estamos estudando um aspecto da vida social que é tão real quanto qualquer

outro. Pois a vida social é, até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através de palavras e símbolos como pelo uso da força física. Ideologia, no sentido que eu proponho e discuto aqui, é uma parte integrante desta luta; é uma característica criativa e constitutiva da vida social que é sustentada e produzida, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas (THOMPSON, 1995, p. 19).

Esta citação permite inferir a respeito de alguns pontos interessantes sobre relações de poder. A afirmação de que a luta da vida diária, portanto, do real, se dá por meio da luta por palavras, símbolos ou até física, retrata a situação real que o ser humano enfrenta quando utiliza sua força, seja ela física ou mental, para conseguir a mudança de algo em que ele acredita. Essa troca de formas simbólicas, também trazida pelo autor, faz com que a ideia de ideologia como troca se torne ainda mais forte. A sustentação da ideologia como parte da luta faz com que a associação dessas forças tornem mais legítimas as necessidades do ser humano ou do grupo que defende tal ideologia, no sentido de transformar as formas simbólicas em reais através destas lutas.

Atrelada à questão das formas simbólicas, está a comunicação de massa, citada adiante, como uma forte propagadora da ideologia. Por meio da divulgação, os grupos dominantes ou mesmo os dominados têm uma forte ferramenta em suas mãos, pois a comunicação de massa atinge um número grande de pessoas e essas, ao terem contato com as formas simbólicas retratadas como reais por meio das lutas, se interessam por ela e até aderem a elas.

Se pensarmos ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação, então podemos ver que o desenvolvimento da comunicação de massa traz consequências enormes para a natureza e o alcance dos fenômenos ideológicos (THOMPSON, 1995, p. 31).

Em uma reflexão mais profunda sobre crença, temos que *uma forma tradicional de crítica à ideologia admite que todas as práticas sociais são reais, mas que as crenças utilizadas para justificá-las são falsas ou ilusórias* (EAGLETON, 1997, p. 47), ou seja, Eagleton, ao afirmar sobre a falsidade ou a ilusão das crenças, permite inferir que as ações praticadas em defesa daquelas

crenças é que são de fato reais e as mudanças conseguidas por aquelas crenças, se conseguidas, é que serão reais.

Cabe, neste tópico, uma discussão acerca da relação da ideologia com o real, ou a não relação desses dois termos. Pesquisando a bibliografia que versa sobre isso, encontramos uma declaração de Fiorin sobre o assunto, afirmando que *a ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico* (FIORIN, 2006, p. 30). Aqui, temos a afirmação de que a ideologia tem uma relação forte com a realidade, uma vez que ela constitui a realidade e é constituída por ela. Cabe pensar onde fica a relação da crença nesta história, uma vez que se a crença é a não-realidade, e faz parte da ideologia, como é que também a realidade fará parte dessa ideologia? Essa relação com a realidade se dá para justificar a ideologia como pertencente a todas as classes, seja ela dominante ou dominada. Dessa forma, se a realidade faz parte da vida daqueles que carregam uma ideologia em si, independente da classe a que pertencem, nada mais natural que a realidade também fazer parte dessa ideologia.

Ainda nesse viés de ideologia e realidade, Chauí traz uma reflexão sobre a relação história e real que condiz com a de ideologia e realidade. Para fazer parte da história, o homem precisa do real para se inserir na sociedade, de forma a fazer parte da vida social. Por meio das instituições, os grupos de indivíduos se reúnem e produzem suas ideias e representações através da sociabilidade. Segundo Chauí,

Nesta perspectiva, a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas (família, condições de trabalho, relações políticas, instituições religiosas, tipos de educação, formas de arte, transmissão dos costumes, língua, etc.). Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural (CHAUÍ, 1993, p. 21).

Indo além da relação da realidade e ideologia, Fiorin traz a questão da inversão da realidade, atrelada ao conceito de ideologia. Ele questiona a redução da ideologia à consciência, portanto, ao plano das ideias. Dessa forma, pelo fato de a ideologia significar ideias ou formas simbólicas de algo que não é a realidade, que está no plano das ideias, ela pode ser considerada a inversão da realidade. Essa concepção se fundamenta no fato de a ideologia estar atrelada ao social, o que justifica a afirmação a seguir de que *se há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. (...) A inversão da realidade é ideologia* (FIORIN, 2006, p.29). Podemos considerar, portanto, a relação entre realidade e ideologia novamente como algo relevante para a reflexão sobre o tema, uma vez que a afirmação de que a realidade não faz parte deste conceito pode ser questionada.

Chauí, ao tratar este assunto, faz menção ao ocultamento da realidade. Levando em consideração que a ideologia tem a realidade como uma participante de seu conceito, ela leva em consideração sua relação com algo que está oculto, ou escondido, ou seja, a partir do momento em que os defensores de tal ideologia consideram a ideologia x como correta e a defendem, essa ideologia não está no plano da realidade, mas sim no plano das ideias, pelo fato dela não ser ainda realidade. Isso permite considerar, portanto, que *esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia* (CHAUÍ, 1993, p. 21).

Considerando a não-relação entre a ideologia e a realidade, ou tomando como base algumas concepções que a consideram fora deste conceito, temos que, por meio da realidade é que surgem as ideias que dão origem à ideologia, retratando que, sem a realidade, não é possível a compreensão dessas mesmas ideias. Segundo Chauí,

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas (CHAUÍ, 1993, p. 11).

Outro ponto relevante diz respeito, ainda, à realidade. Mesmo que o termo ideologia tenha um viés ilusório ou não seja tão próximo à realidade, sua relação

com ela é fundamental, pois nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos vai considerar algo que não tenha nenhuma chance real de vir a se tornar real algum dia. Podemos dizer que a ideologia pode estar no plano das ideias, mas seu fim deve ser sempre tornar-se realidade. Do contrário, de nada adiantaria lutar por algo. Esta afirmação tanto tem fundamento que, para os sujeitos acreditarem nela, ela deve ter uma chance, que seja ínfima, de passar do plano das ideias para o plano real. Dessa forma, as ideologias

Devem ser 'reais' o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja, para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes. Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (EAGLETON, 1997, p. 27).

3.1.4- Ideologia, contextos e classes sociais

Ao atentarmos à relação da ideologia com os contextos sociais, devemos nos ater à confirmação ainda maior de que a realidade faz parte da ideologia, tanto quanto os contextos sociais e que ambos andam juntos. Como afirma Thompson, *ao estudar a ideologia, estamos interessados tanto nos contextos da vida cotidiana quanto naquele conjunto específico de instituições que compreende a esfera da política, no sentido estrito* (THOMPSON, 1995, p. 18). Dessa forma, é necessário destacar que devemos considerar tanto o contexto social, amplo, maior, como a sociedade, como as instituições, que podem considerar também alguns conceitos específicos.

A ideologia, portanto, pode se manifestar de várias formas. Tem-se a ideologia de um grupo social grande, como o regime político, por exemplo. A democracia pode ser considerada uma forma de ideologia no sentido amplo, pois abrange todo um país. Já um determinado partido político pode ser considerado como a ideologia no sentido estrito, uma vez que é um pequeno grupo que defende aquele posicionamento, que está situado num pequeno contexto.

Outro ponto relevante diz respeito à limitação da ideologia em relação ao contexto em que está inserida. Segundo Eagleton, *o fato então é que o mesmo*

fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro, a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social (EAGLETON, 1997, p. 22). Este autor faz, assim, uma reflexão interessante sobre a função ideológica ou não de um determinado uso ideológico.

Pensemos num exemplo. As ideias marxistas, por exemplo, se utilizadas na sede de um partido político que defenda e concorde com as ideias de Marx, são utilizadas como uma forma de convencer os adeptos de tal partido ou daquelas ideias de que aquilo é a melhor ideologia a ser defendida por eles naquele momento. Já estas mesmas ideias, discutidas em sala de aula, por exemplo, numa aula de sociologia, não estão cumprindo o papel de fazer com que os alunos defendam aquelas ideias e vão atrás delas até o fim. Pelo contrário, estão somente passando um conhecimento para aqueles alunos de um pensamento forte que já existiu. Dessa forma, podemos perceber que, dependendo do contexto, a ideologia pode funcionar de uma forma ou de outra.

Neste tópico, destacamos a questão das classes sociais e da ideologia, considerando que, em vários dos conceitos já trazidos anteriormente, este tópico sempre estava presente.

Devemos, considerar, primeiramente, que o indivíduo, por si só, tem determinado pensamento sobre algo no mundo. Esse indivíduo, devido às realidades sociais presentes na sociedade, se organiza em grupos, que são as classes sociais, divididas de acordo com as condições econômicas de cada indivíduo. Dessa forma, cada classe, normalmente, tem seus objetivos e seus desejos, sempre pensamento em prol da melhora de sua vida. Essas classes sociais têm, ainda, as ideologias de cada uma e as lutas de cada uma em prol de seus interesses particulares. Assim, *o 'árbitro' da discursivização não é o indivíduo, mas as classes sociais. O indivíduo não pensa e não fala o que quer, mas o que a realidade impõe que ele pense e fale* (FIORIN, 2006, p. 43). Com base nesta afirmação, é possível perceber o quanto somos imbuídos por grupos sociais e o quanto somos movidos pelos interesses de nossas classes sociais, além dos nossos interesses individuais.

Ainda Fiorin, refletindo sobre as visões de mundo, acrescenta que

Todo conhecimento está comprometido com os interesses pessoais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia; ela é uma 'visão de mundo', ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais (FIORIN, 2006, p. 29).

Dessa forma, ao considerarmos as visões de mundo das classes sociais, ainda devemos considerar o papel das classes dominantes e das classes dominadas. A classe dominada, mesmo não estando no poder, é carregada de ideologia, cheia de vontades e desejos que espera, um dia, sejam realidade. Vale destacar a afirmação de Fiorin de que *embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa* (FIORIN, 2006, p. 31). A classe dominada, portanto, com sua ideologia, tenta se transformar em classe dominante, para que sua ideologia se torne a ideologia dominante. Por isso, faz manifestações e tenta mostrar sua ideologia e angariar o máximo possível de adeptos, na tentativa de transformar seus ideais em realidade.

3.2- Hegemonia

Neste tópico, daremos ênfase à conceituação de hegemonia, conceito adverso e complicado para se obter uma definição única e certa. Por isso, com base em vários autores, tentaremos traçar alguns pontos de convergência e essenciais para o entendimento do termo.

3.2.1- Hegemonia- sobre contexto e definição

Conceitos e concepções de algo sempre surgem a partir de um reflexo de uma época. Como afirma Schlesener, *a filosofia de uma época se identifica com a história desta mesma época e esta identidade se completa pela relação de ambas com a política* (SCHLESENER, 2007, p. 42). A afirmação se aplica ao termo hegemonia, a sua relação com a política, uma vez que sua conceituação tem relação direta com o poder, com correlação de forças sociais, bem como com luta

hegemônica como conquista da direção política e cultural da sociedade (SCHLESENER, 2007).

Essa introdução nos remete ao conceito de hegemonia, para o qual utilizaremos mais o conceito de Gramsci. O conceito dele, atrelado à cultura, pois ela é uma forma que a sociedade tem de manifestar sua mais real forma de ser, permite associar história, questões econômicas e políticas, de forma a tentar deixar claro como o conceito pode ser entendido. Segundo Schlesener,

O conceito de hegemonia gramsciano, fundado na análise do bloco histórico e articulado à noção de Estado ampliado, permite aprofundar a reciprocidade e organicidade entre econômico-social e o político-ideológico e compreender o papel assumido pela cultura nos tempos modernos (SCHLESENER, 2007, p. 107).

Sobre a questão das reformas e mudanças, também relacionada à questão de poder, temos que

É neste contexto que a importância do resgate do passado histórico-cultural da perspectiva popular se evidencia; qualquer projeto de transformação precisa de uma sólida proposta de 'reforma intelectual e moral' e da capacidade de realizar uma interpretação da história que resgate as contradições e as lutas de classes, que permita compreender o presente para superá-lo politicamente, que viabilize a formação de uma nova concepção de mundo e a conquista da hegemonia (SCHLESENER, 2007, p. 107).

Hegemonia, portanto, pode ser considerada como liderança e exercício de poder, ou seja, classes ou grupos que se relacionam entre si têm uma necessidade de adquirir poder muito forte, o que vem a ser também uma forma de manifestação de poder, não alcançando um 'equilíbrio estável'. O termo também tem relação com as alianças e a integração por concessões, ou seja, um determinado grupo forma alianças com outros a fim de conseguir o poder, ou a hegemonia. Seria, portanto, um foco de luta constante, que leva em consideração também as relações de dominação e subordinação.

Segundo Schlesener,

O que se deve medir é a 'capacidade de expansão e de persuasão' de um grupo político, isto é, a democracia concretiza-se à medida que se consolidam relações de hegemonia como processo de formação de um consenso passivo ou como forma de elaborar uma consciência crítica (SCHLESENER, 2007, p. 9).

Diante desta afirmação, começamos a delimitar o conceito de hegemonia ao associá-lo a consenso, detalhado mais adiante, e consciência crítica. Trazendo Maquiavel, surge a questão da crença, também atrelada à hegemonia, uma vez que

Nas suas obras, Maquiavel mostra que a instauração política, dada a partir de interesses opostos e em luta, assume duas dimensões que, equilibradas, permitem o exercício do poder: de um lado, a crença, as ideias que dão sustentação ao arcabouço social e possibilitam a união de vontades dispersas em torno de um legislador ou na busca conjunta dos motivos da ação, que se explicita na vida civil e no governo consentido; do outro, a força, que submete os que se recusam a aceitar o acordo ou se rebelam contra o novo governante e a ordem instituída (SCHLESENER, 2007, p. 93).

Explanando mais um pouco sobre o conceito de hegemonia para Gramsci, temos que

A hegemonia se apresenta, para Gramsci, não só na relação entre crença e força, coerção e consenso, política e moral, ordem e disciplina, direito e liberdade, mas principalmente na relação da teoria maquiaveliana com a história italiana e com a experiência política europeia vivida e conhecida por Maquiavel; é a partir dessa relação que o autor pode explicitar as técnicas políticas desmistificando-as; mesmo o seu estilo não é o de um pesquisador desinteressado, mas de um bom homem de ação; suas obras são expressão de quem quer 'intervir na política e na história de seu país', traduzem a paixão sem a qual não se faz a grande política, isto é, a luta pela transformação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais (SCHLESENER, 2007, p. 96).

3.2.2- Hegemonia como Luta e ou luta de classes

A fim de melhor definir o termo hegemonia, a questão da luta é um ponto que sempre aparece e nos auxiliará na análise do *corpus* mais à frente. Temos, então, que hegemonia é *foco de luta constante sobre pontos de instabilidade entre as classes e blocos dominantes, com o objetivo de construir, sustentar ou, ainda, quebrar alianças e relações de dominação e subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas* (MAGALHÃES, 2001, p. 18). Essa luta é frequente quando se reflete sobre a hegemonia, pois, se há uma estabilidade, não há hegemonia, pois é necessário haver um desequilíbrio para haver hegemonia.

Esta definição se pauta muito na questão das classes e blocos dominantes, mas não devemos nos ater a isso, uma vez que as classes dominadas também aparecem para tentar quebrar justamente o poder, a hegemonia da classe dominante.

Chauí, acrescentando esta questão das classes, completa que esse *fenômeno da manutenção das ideias dominantes mesmo quando se está lutando contra a classe dominante é o aspecto fundamental daquilo que Gramsci denomina hegemonia, ou o poder espiritual da classe dominante* (CHAUÍ, 1993, p. 97). Esta afirmação somente completa a noção que diz respeito à manutenção da ordem conquistada pela classe dominante, sendo essa tentativa de manutenção conceituada como hegemonia. Dessa forma, temos a luta da classe dominada contra a dominante, que está no poder, considerando essa luta como parte do processo de hegemonia.

Ainda sobre as classes que estão no poder, temos que *a classe no poder precisa renovar a criar constantemente suas formas de direção, ao mesmo tempo em que as classes dominadas tentam resistir e alterar as relações hegemônicas* (SCHLESENER, 2007, p. 32). As classes dominadas, ao tentarem se tornar classe dominante, buscam artifícios para conquistar adeptos que também não estão no poder, de modo a tentar tornarem-se classe dominante. A classe dominante, por sua vez, está no poder e deve criar artifícios para que os dominados aceitem suas dominações e não queiram lutar contra sua hegemonia. Dessa forma, as *classes dominadas precisam conquistar a hegemonia para transformar a estrutura social* (SCHLESENER, 2007, p. 37), ou seja, enquanto não está no poder, a classe dominada não tem força alguma para mudar algo, uma vez que o poder está nas mãos da classe dominante. Para fazer algo, é preciso desbancar a classe dominante, pegar o poder e transformar aquilo que ela não concordava como ação da classe dominante e que foi o propulsor para o começo da luta pela hegemonia.

Outro ponto importante é a necessidade de união na concepção de mundo para que a luta hegemônica faça sentido. É preciso ver a causa pela qual lutar como realmente relevante e importante, de forma a valer a pena e impulsionar a ação, como bem afirma Schlesener:

A luta hegemônica supõe a formação de uma concepção de mundo coerente e unitária. 'a consciência daquilo que somos realmente', a partir de um processo histórico contraditório, cujo inventário é necessário realizar; exige a crítica do passado, numa expressão não só teórica, mas política, isto é, que possibilite impulsionar a ação transformadora (SCHLESENER, 2007, p. 44).

3.2.3- A hegemonia e as relações de poder

A fim de iniciar a relação entre hegemonia e poder, vamos retomar alguns conceitos e suas relações com o poder, a fim de melhor delimitar as bases destes termos. Primeiramente, ao retomarmos o termo ideologia como interesse, ou seja, considerá-la como algo que alguém ou um grupo determinado de pessoas quer, tem interesse de conseguir, podemos relacioná-la, utilizando Eagleton, com poder. Interessar-se por algo ou por mudar algo por meio de um pensamento ou ideias fortes de um grupo a ponto de fazer as pessoas agirem em prol daquilo é uma questão de tentar fazer com que o poder esteja em suas mãos. Segundo Eagleton,

Descrever ideologia como discurso 'interessado', portanto, requer a mesma qualificação que caracterizá-la como uma questão de poder. Em ambos os casos, o termo só é eficaz e elucidativo se nos ajuda a distinguir entre aqueles interesses e conflitos de poder que, em qualquer época, são claramente centrais a toda uma ordem social e aqueles que não o são (EAGLETON, 1997, p. 23).

Ainda neste contexto, temos que *é a democracia que gera condições para o exercício do pensamento e, com ele, proporciona um poder (de expressão, de criação, de emancipação política) que se concretiza na capacidade de um homem decidir sobre o seu próprio destino e contribuir para a sociedade ou para a gestação de uma nova sociabilidade* (SCHLESENER, 2007, p. 11). Dessa forma, o homem se torna dono de seu destino e sua maneira de exercer o poder ou de ser dominado por ele acontece de forma natural na democracia, culminando nas formas de poder existentes na atualidade. É o poder o responsável pelas diversas formas de dominação e pelo exercício de hegemonia existente nas democracias, que também está permeada de poder.

Outro ponto importante de definição de poder e hegemonia é trazido na definição de hegemonia de Gramsci, atrelando dominação e direção política. Para ele, *a hegemonia caracteriza-se, conforme Gramsci, como um processo de dominação e direção política e que a direção intelectual e moral apresenta-se como uma das principais condições tanto para a conquista quanto para o exercício de poder* (SCHLESENER, 2007, p. 15), ou seja, com a direção política, os dominantes conquistam seu poder, utilizando-se, algumas vezes, de armas poderosas como a coerção, ou a utilização da força física para conseguir manter-se ou colocar-se no poder. Em nosso *corpus*, percebemos essa manobra nas mãos da ditadura, que várias vezes utiliza essa força para se fazer notar e obedecer.

3.2.4- A hegemonia e a relação com a política

Quatro pontos serão levantados neste tópico, a fim de trazer as definições que Gramsci traz de hegemonia. Como grande precursor do termo, não poderíamos deixar de citá-lo e retomar seus pontos fortes como referência na definição do termo. O primeiro termo a ser retomado é o de democracia, já citado no tópico anterior. Este termo se liga à hegemonia de forma a relacionar também o grupo dirigente e o grupo dirigido, ou a classe dominante e a dominada. Pelo fato de haver democracia, é fato que a classe dominada pode vir a ocupar o lugar da classe dominante. Por este motivo, é possível a classe dominada trazer consigo e lutar por uma ideologia que ela acha pertinente, com a finalidade de, um dia, chegar a ocupar a classe dominante. Segundo Schelesener, sobre este aspecto em Gramsci,

Nos Cadernos do Cárcere, há um fragmento em que Gramsci acentua que, 'entre os muitos significados de democracia, aquele mais realista e concreto' parece ser aquele que resulta da sua conexão com o conceito de hegemonia. 'No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, na medida em que (o desenvolvimento da economia e, portanto) a legislação (que expressa tal desenvolvimento) favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente'. Esta noção de hegemonia implica uma prática política inovadora, que Gramsci defende na organização interna do partido político (...) (SCHLESENER, 2007, p. 14).

Um segundo ponto, e este atrelado à hegemonia e ao conceito de democracia, está direção política. De nada adianta haver democracia se não houver uma direção política que indique o caminho para aquele grupo de dominados, para que os mesmos possam se tornar um dia os dominantes. Seria, grosso modo, a necessidade da figura de um líder que conduzisse a classe dos dominados de forma a eles perceberem um norte, ou um objetivo possível naquela direção trazida pelo líder.

A hegemonia relacionada à direção política e à indução à participação dos cidadãos neste processo de democracia e de tentativa de mudança do quadro de hegemonia na mão dos dominantes ainda se atrela à questão da unidade, papel este que o líder deve exercer para que o grupo confie nele e lute por aquilo que ele também acredita e na crença de que o indivíduo, e aquele grupo, pode vir a tornar-se um dirigente um dia. Pensando no ponto de vista dos trabalhadores, temos que

Para os trabalhadores, a hegemonia consiste em criar os mecanismos de direção política e de participação efetiva e consciente. Nos Cadernos do Cárcere, a noção de democracia explicita-se a partir das reflexões sobre hegemonia e esta deve ser entendida como um processo político, econômico e cultural, em que exista uma 'unidade ativa, vivente', entre povo e nação, 'qualquer que seja o conteúdo desta vida', de modo que qualquer um possa tornar-se dirigente (SCHLESENER, 2007 p. 16).

O terceiro ponto a ser tratado é o conceito de Estado, este considerado, primeiramente, como a representação máxima da classe dominante no poder, ou a representação oficial dela como entidade máxima da hegemonia. Dessa forma, atrelado à hegemonia está o Estado, detentor do poder, representando as entidades burocráticas, como o governo, as entidades governamentais jurídicas, por exemplo, que têm nas mãos o poder de 'controlar' a classe dominada, ou os demais membros da sociedade. Nesta classe, relacionando este conceito ao anterior, está a utilização das formas de coerção para deter o povo dominado, a fim de aceitar as ideologias impostas pela classe dominante.

Ainda relacionado ao Estado, estão as instituições que fazem com que as classes dominadas saibam e percebam que há uma ideologia que pode ser

defendida, atrelada ou não ao Estado, que são as igrejas, escolas, partidos políticos, enfim, qualquer conjunto de ideias que possa transparecer na sociedade e mostrar que aquela dominação vigente não é para sempre. Daí aparece a questão da democracia novamente, esta atrelada a consenso, que será abordado mais à frente, mostrando que há a possibilidade de mudança dessa ordem vigente ou de mudanças da direção política vigente. Nas palavras de Schlesener, novamente,

A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado,(...). Nessas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo- burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder (SCHLESENER, 2007, p. 28).

O quarto ponto a ser levantado é a questão dos conflitos sociais, que se ligam, inevitavelmente, a Estado, direção política e democracia. Ao Estado, pois é a relação direta do poder, com aqueles que pretendem estar no poder; à direção política, pois o grupo dominante detém essa direção em detrimento do grupo dominado e à democracia, pois esta é a expressão máxima do chamado conflito social, uma vez que é ela quem permite que as classes diversas da sociedade possam pensar um dia em deter o poder.

a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil (SCHLESENER, 2007, p. 30).

3.2.5- O nacional, a vida coletiva e o consenso na hegemonia

A questão do nacional e do coletivo se torna um ponto importante também nesta discussão, pois faz com que a força da ideologia e da hegemonia seja mais forte se atrelada a um grupo de pessoas maior. Dessa forma, cabe citar o nacional como parte importante dessa hegemonia, pois, muitas vezes, é o reflexo da

vontade, digamos, da maioria em determinado contexto político ou democrático. Podemos considerar que o nacional seria aquele aprovado pela maioria, que exerce a hegemonia do dominante, que é aprovado por grande parte da população.

Assim, o nacional expressa a capacidade de direção cultural e política de uma classe social, satisfazendo os anseios e aspirações da maioria num determinado momento histórico; é nacional a classe que conquista e exerce a hegemonia, que consegue dirigir com um apoio popular efetivo e que, por seus princípios e propostas, expressa a universalidade (SCHLESENER, 2007,p, 55).

Sobre a vontade coletiva e a necessidade de uma mudança, temos que *a formação de uma vontade coletiva entrelaça-se com a 'reforma intelectual e moral'; a renovação econômica, social e política articula-se com a criação de uma nova cultura, um novo modo de pensar e agir, a hegemonia assume um aspecto político e cultural* (SCHLESENER, 2007, p. 108), ou seja, esse aspecto se liga à questão da mudança desejada pelo coletivo, uma vez que essa mudança, ao ser desejada e articulada pelo coletivo, transforma-se numa nova forma de ver a situação atual.

Ligada a esta questão está a relação da ideologia, já abordada neste capítulo, com a hegemonia. Segundo Pedrosa²⁷, citando Gramsci e Fairclough, *ideologia, a partir dessa visão de hegemonia, é 'uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva'* (PEDROSA, 2005), ou seja, os dois termos: vida coletiva e individual se mostram ligados pelo fato também de estarem ligados à hegemonia.

Outro ponto importante é a questão do partido político, também ligado à questão da coletividade, uma vez que o partido é formado por ideias coletivas. Assim como a ideologia, o partido político, atrelado à vontade coletiva, se liga também à questão da mudança já tratada acima.

Nos países capitalistas avançados, onde a sociedade civil, complexa e organizada, tornou-se o espaço de elaboração e manifestação da

²⁷ Gramsci apud Fairclough, 2001: 123

hegemonia, o partido político é a instituição capaz de estimular a formação de uma vontade coletiva, de iniciar o processo de uma 'reforma intelectual e moral', porque é um órgão de manifestação política moderno, que faz parte da sociedade civil (SCHLESENER, 2007, p. 101).

Ainda em relação à hegemonia, desta vez ligando-a a outro conceito, o consenso, para Gramsci (1971), ela seria considerada consenso (ASSUNÇÃO, 2005, p.10). Dessa forma, além de considerar a hegemonia como uma forma de poder, devemos levá-la a terno como uma forma de que o poder tenha alcançado o consenso, como é o caso da vontade coletiva que se transforma em nacional, trazendo aí o consenso desta mesma vontade. Temos ainda que, *desse ponto de vista, cabe aos grupos sociais a resistência, a aceitação, a condenação, consentimento ou a legitimação do poder exercido pelo grupo social dominante* (VAN DIJK, 1998). *Nesse sentido, podemos compreender, com Fairclough (1995a), que a ideologia é uma forma de manufaturização do consenso.* (ASSUNÇÃO, 2005, p. 10), ou seja, por meio deste consenso, os grupos sociais aceitam a hegemonia desse grupo dominante que exerce o poder e, por meio da ideologia deles é exercido o poder durante um determinado tempo.

3.3 - A linguagem e a análise crítica do discurso relacionadas à ideologia e à hegemonia

Neste tópico, após a definição de diversos fatores que influenciam a conceituação de ideologia e hegemonia, chegamos à relação entre estes termos e a definição trazida pela análise crítica do discurso, mais especificamente de prática social, a qual será utilizada para análise do *corpus*, mais à frente neste trabalho.

3.3.1 - Ideologia, linguagem e poder

A relação da linguagem com outros conceitos se torna estreita quando consideramos que a linguagem está presente em todos os momentos e permeia todas as relações sociais. Sua relação com a ideologia é ainda mais estreita uma vez que a *ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento* (EAGLETON, 1997, p. 22), ou seja, a relação da

linguagem com ideologia não é reduzida pelas características linguísticas de um trecho qualquer, mas uma questão mais discursiva.

A afirmação de Fiorin completa esta ideia, pois se, *do ponto de vista genético, as formações ideológicas materializadas nas formações discursivas é que determinam o discurso, do ponto de vista da análise, é o discurso que vai revelar quem é o sujeito, qual é sua visão de mundo* (FIORIN, 2006, p. 49). Dessa forma, como já dito acima, a linguagem com as estruturas linguísticas, por si só, não é suficiente para relacionar-se e fazer com que a ideologia seja notada, mas sim o discurso, este considerado o que revela as ideologias, as visões de mundo colocadas pelo indivíduo ou pelo grupo em questão.

A ideologia, portanto, está presente na linguagem, uma vez que é através dela que se manifesta (ASSUNÇÃO, 2005, p. 9). Dessa forma, temos três lugares possíveis para a ideologia: as estruturas linguísticas, o evento discursivo ou os textos em que os discursos se manifestam. Vale ressaltar que as estruturas linguísticas são diferentes do discurso, uma vez que, no discurso, o texto é manifestado e as ideologia também. Temos, sobre esta materialização do discurso, que

A ideologia, portanto, materializa-se na linguagem, definido como um espaço de investimento ideológico. O discurso, por sua vez, enquanto processo, modela e é modelado pelas estruturas linguísticas, o que implica reprodução, ao ser modelado e transformação ao modelar as estruturas da linguagem (ASSUNÇÃO, 2005, p. 19).

Neste tópico, discutimos a questão do poder antes de entrarmos na análise crítica do discurso, propriamente dita. Serão utilizadas as abreviações ACD para análise crítica do discurso e LC para linguística crítica.

Vale ressaltar, primeiramente, que, *para a ACD, a ideologia é vista como um importante aspecto da criação e manutenção de relações desiguais de poder. A LC tem um interesse particular em como a linguagem media a ideologia numa variedade de instituições sociais* (WODAK, 2001, p. 235). Essas relações de poder, como afirmado anteriormente, são uma maneira de expressão da linguagem, ou seja, a linguagem é utilizada para manter essas relações ou mesmo para reproduzi-las. Assim, *o poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a*

curto e longo prazo (WODAK, 2001, p. 237), ou seja, o poder existe enquanto houver instituições sociais e classes sociais distintas, uma vez que uma tenta mostrar sua força por meio da manutenção do poder através da linguagem.

Complementado essa ideia, Pedrosa (2005) afirma que a *linguagem classifica poder e expressa poder. Esse poder se manifesta segundo os usos que as pessoas fazem da linguagem e suas competências para tanto*. Dessa forma, um determinado uso da linguagem pode dar mais ou menos poder a determinada pessoa ou grupo, dependendo do que ela disser sobre determinado assunto. Retomando a questão da ideologia que também está muito relacionada à ACD, temos a definição de Fairclough sobre ideologia, que remete à questão do poder, uma vez que ele relaciona realidade, práticas discursivas e essas relações de poder.

Conforme Fairclough, ideologias são construções ou significações da realidade (mundo físico, relações sociais, identidades sociais) que se fundamentam em diferentes dimensões das formas e dos sentidos das práticas discursivas e que colaboram para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de poder (PEDROSA, 2005, p. 10).

Diante do exposto, portanto, a linguagem seria uma ferramenta de expressão do poder, uma ferramenta muito poderosa que, se utilizada corretamente, pode trazer adeptos para determinada classe que utiliza a linguagem para propagar sua ideologia e convencer outros não adeptos a seguirem também sua ideologia, exercendo o poder também sobre eles, ou negativamente, utilizando o poder expresso na linguagem, de forma a convencer o outro do contrário, de que aquele grupo faz um uso abusivo do poder, e um uso “errado” da linguagem como prática social²⁸.

3.3.2- Definições através da análise crítica do discurso

A análise do discurso tem duas correntes, conhecidas como análise do discurso francesa, que tem como representantes conhecidos Maingueneau e Chareadaeu, e a análise do discurso anglo-saxônica, ou análise crítica do discurso, cujo maior representante é Fairclough, já citado neste trabalho. No nosso

²⁸ As definições de texto, prática social e prática discursiva serão fornecidas mais adiante, neste trabalho.

caso, daremos ênfase à análise crítica do discurso, ou ACD, pelo fato de ser ESTA uma teoria com a qual temos mais afinidade e com a qual tivemos contato desde a graduação, além de a considerarmos como mais apropriada para a análise que pretendemos desenvolver neste momento. Como já dito anteriormente, a ACD trata das relações da linguagem com o social, dando ênfase às questões de poder, motivo pelo qual também dedicamos um tópico sobre poder e linguagem. Wodak define qual seria este papel da ACD neste contexto quando afirma que

a LC e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso) (WODAK, 2001, p. 225).

Os termos trazidos por Wodak, poder, controle e desigualdade social, remete a pontos importantes da teoria e da linguagem em si. Como pontos fortes de investigação da ACD, estes termos trazem junto também a questão da legitimação. O poder, por si só, já significa a legitimação de algo, daquilo em que se acredita. O controle aparece com a legitimação de um grupo que tenta dominar o outro ou controlar com a propagação de sua ideologia e a tentativa de legitimar seu poder. Os dois aparecem mediados pela linguagem, da qual se utilizam para se fazer entender. Por último, a desigualdade social aparece como algo a ser investigado pela ACD, relacionada intimamente com a linguagem, ou com o discurso, e ainda mais ligada a questões de poder.

Outro ponto trazido também por Wodak é a dominação, pois, para ela,

Levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, a abordagem complexa defendida pelos componentes da LC e da ACD possibilita a análise das pressões verticalizadas, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais. A partir dessa perspectiva, as estruturas dominantes estabilizam as convenções e as naturalizam, isto é, os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como 'dados'. A resistência é vista, então, como a quebra das convenções, de práticas

discursivas estáveis, através de atos de 'criatividade' (Fairclough e Kress, 1993, p.4) (WODAK, 2001, p. 226).

Nesta afirmação de Wodak, temos o ponto alto da ACD, ou seja, a questão de poder atrelada às convenções. Citando Fairclough e Kress, a autora ressalta a naturalização das ideologias que se tornam convenções sociais, pois são as ideologias das classes dominantes, e as ideologias dominantes. Com a ideologia da classe dominante vista como naturalizada, as classes dominadas se tornam, então, a resistência e procuram se mostrar em diversas formas, tentando conquistar o lugar da classe dominante. Aparecem as práticas discursivas e as práticas sociais, trazidas a seguir, como forma de tentativa de resistência dessas ideologias naturalizadas e convencionadas.

Fairclough apresenta três pilares do modelo tridimensional do discurso: texto, a prática social e a prática discursiva. Segundo Pedrosa,

Para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001:100) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo) (PEDROSA, 2005, p. 4)

Dessa forma, a ACD considera então, o discurso como noção integrante dessas três dimensões: texto, interação/prática discursiva e ação social/prática social (MAGALHÃES, 2001). Consideremos como exemplo uma entrevista do nosso *corpus* que será analisada mais adiante: uma entrevista de um militante do movimento estudantil dos anos 1960, concedida a um meio de comunicação virtual e publicada, neste mesmo meio, 40 anos depois. Como texto, temos a própria transcrição da entrevista em si, que seria o elemento textual que nos permitiria uma análise linguística, se nos ativermos a este detalhe. Como prática discursiva, temos a forma como foi produzido o texto (gravado ou anotado, transcrito na íntegra ou não, gravado em vídeo ou em voz), enfim, a produção e a interpretação, o porquê de ter sido dita tal coisa e não outra, neste momento já entrando na prática social, que leva em conta o contexto em que está inserido o entrevistado, por que ele disse tal coisa e não outra e a influência do evento

comunicativo, ou das suas experiências na maneira como ele afirma isso ou aquilo.

Trazendo novamente a questão do poder, temos que a *ACD se interessa pelos modos em que se utilizam as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder* (WODAK, 2003: 31, tradução nossa) (PEDROSA, 2005, p. 2), ou seja, por meio do texto, a ACD, utilizando as condições citadas de produção e interpretação e do evento social em si, manipula o poder e utiliza a linguagem para se expressar. Para completar a ideia, podemos dizer que *a ACD indica, como um de seus objetivos, a desmistificação dos discursos por meio da decifração da ideologia* (PEDROSA, 2005, p. 3), melhor dizendo, a ACD, ao 'interpretar' aquilo que o texto carregado de ideologia quer dizer, desmistifica os discursos e faz com que seja possível perceber de que forma as práticas sociais são cruciais no entendimento dessa ideologia que se transverte para não ser descoberta.

3.3.3- Práticas sociais e linguagem

A fim de fixar um ponto a ser destacado na nossa análise, nos ateremos, dentre os três aspectos do modelo tridimensional de Fairclough, na prática social. Podemos considerar, primeiramente, que *a linguagem condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais, ou seja, é governada por formações ideológicas* (FIORIN, 2006, p. 54). Dessa maneira, a utilização da linguagem traz uma carga de ideologia que está intimamente ligada às práticas sociais, pois são elas que são refletidas neste discurso. Segundo Fiorin, *pode-se concluir que o discurso é, ao mesmo tempo, prática social cristalizada e modelador de uma visão de mundo* (FIORIN, 2006, p. 56). Reafirmando a fortificação ou a cristalização das práticas sociais, a questão de visão de mundo aparece e se relaciona com ideologia.

Para relacionar as práticas existentes e não as confundir, citamos Freire, que afirma que:

enquanto o discurso ideológico, responsável pelos significados de mundo, juntamente com o discurso como prática política, responsável pelas relações de poder, e o discurso cultural e econômico, compõem um aglomerado de práticas inseridos na prática social, a prática discursiva, também inserida na prática social e digamos, situada no mesmo nível das

outras práticas, seria a responsável pela manifestação discursiva dessas outras práticas (FREIRE, 2007, p. 46).

Dessa forma, ao considerarmos a prática social, estaremos considerando também a prática discursiva, uma vez que esta é a manifestação linguística da primeira.

Van Dijk também reforça essa relação quando afirma que *ideologias são expressas e geralmente reproduzidas em práticas sociais de seus membros, e mais particularmente adquiridas, confirmadas, mudadas e perpetuadas no discurso todo*²⁹ (VAN DIJK, 1998, p. 115, tradução nossa). Neste momento, o autor já abrange um algo mais, confirmando que a ideologia tem relação forte com a prática social, uma vez que ela perpetua esta prática, mas já abrangendo o discurso todo no sentido de expansão em relação a todos os membros que estão entrelaçados nela.

Chauí, ao tratar também da ideologia e da prática social, afirma que a *ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade* (1993, p. 92), ou seja, por meio de determinada atividade, a prática social, que está imbuída de ideologia, há a representação dessa atividade, também chamada prática social ou ideologia por meio da representação.

Temos, ainda em relação à representação e à ideologia, que a prática seria a maneira que o discurso tem de representar a sua ideologia. Conforme afirma Magalhães,

O discurso é visto como o uso da linguagem como forma de prática social, implicando um modo de ação e modo de representação. Estabelece-se uma relação dialética entre discurso e estrutura social: discurso é uma prática tanto de representação quanto de significação de mundo, constituindo e ajudando a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças (MAGALHÃES, 2001, p. 17).

Até aqui, portanto, já vimos a prática social relacionada a representação, ideologia, discurso e significação, e vale também ressaltar que *uma outra questão importante consiste em compreender que a linguagem se define como uma prática*

²⁹ Ideologies are expressed and generally reproduced in the social practices of their members, and more particularly acquired, confirmed, changed and perpetuated through discourse

social, porque encontra nas comunidades discursivas certos recursos a que seus membros têm acesso (ASSUNÇÃO, 2005, p. 13). Essa utilização da linguagem como prática social faz menção à variação da utilização da linguagem nos diversos meios em que os detentores de determinada ideologia vivem e de que forma a ideologia é propagada em determinadas práticas de formas diferentes.

Ainda sobre estes grupos, *os discursos ideológicos são discursos coletivos dos grupos, e em muitas formas indiretas e sutis, refletem as posições ideológicas de suas organizações e os seus interesses* (VAN DIJK, 2006, p. 138, tradução nossa) ³⁰. Essa forma de refletir os interesses grupais está diretamente ligada também à relação com a prática social, pois esta reflete a posição de determinado grupo através da ideologia.

Outra afirmação de Magalhães diz respeito à hegemonia. Segundo este autor, *a prática social é a dimensão relacionada aos conceitos de ideologia e de poder: o discurso é visto numa perspectiva de poder como hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica* (MAGALHÃES, 2001, p. 17). Ainda sobre hegemonia, a autora fortalece a relação de prática social com hegemonia, uma vez que, por meio dela, é possível perceber essas relações hegemônicas, pelo fato de a luta estar sempre presente em diversas práticas sociais existentes. Segundo Magalhães,

Na análise da prática social, o conceito de hegemonia proporciona uma matriz, ou um modo de analisar a prática social à qual o discurso pertence em termos das relações de poder, investigando se estas reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes. Proporciona também um modelo, um modo de analisar a própria prática discursiva como modo de luta hegemônica, reproduzindo, reestruturando ou desafiando as ordens de discurso existentes (MAGALHÃES, 2001, p. 25).

Temos, portanto, que relacionar a prática social com ideologia e hegemonia, dois pontos cruciais da definição que estarão presentes em nossas análises. Além disso, temos que considerar os efeitos ideológicos e políticos do discurso, além dos sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu) (PEDROSA, 2005). Ainda sobre a prática social, temos que *Práticas sociais podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de*

³⁰ (...) ideological discourses are collective discourses of groups, and in many indirect and subtle ways, reflect the ideological positions of their organizations and their interests.(138)

elementos sociais que são associados com áreas particulares da vida social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25, tradução nossa³¹), ou seja, grupos sociais diferentes com ideologias diferentes traduzem esses pontos de vista de formas específicas em contextos específicos, ainda levando em consideração que ela articula o discursivo e o não-discursivo, uma vez que o discursivo está na propagação da ideologia através do não-discursivo, a prática social. Há, portanto, relação dialética entre os diferentes elementos da prática social, na qual os *eventos sociais são casualmente moldados por (redes de) práticas sociais* (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25, tradução nossa³²).

Temos, portanto, para concluir, que

O objetivo geral dessa prática é especificar 'a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar porque a prática discursiva é como é, e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social.'(Fairclough, 2001: 289), porque 'a prática social(política, ideológica etc.) é uma dimensão do evento comunicativo, da mesma forma que o texto' (Idem, p.99) (PEDROSA, 2005, p. 10).

3.3. 4- Elementos de análise

Neste tópico, damos ênfase a alguns aspectos que nos auxiliarão na análise da ideologia no *corpus*. Para tanto, devemos considerar, portanto, a ideologia como ação/interação, as formas de poder e dominação, a estrutura social, assim como a reprodução e a mudança social (THOMPSON, 1995, 16) como fatores iniciais a serem levados em conta em uma possível análise. Ainda segundo Thompson e sobre análise, temos que

Ao procurar analisar o caráter ideológico das formas simbólicas mediadas pela mídia, devemos tomar em consideração os outros três aspectos da comunicação de massa- a produção/transmissão, a construção e a recepção/apropriação das mensagens da mídia – e devemos dar uma atenção especial àquilo que pode ser chamado de a apropriação cotidiana dos produtos da comunicação de massa (THOMPSON, 1995, p. 36).

Destacaremos, neste momento, a análise da ideologia segundo THOMPSON (1995), pois acreditamos ser este um modelo interessante que vai

³¹ “social practices can be seen as articulations of different types of social element which are associated with particular áreas of social life

³² Social events are casually shaped by (networks of) social practices

nos auxiliar mais à frente. O autor apresenta alguns modos de operação da ideologia, a saber:

1) legitimação - segundo Weber, há três tipos de fundamentos neste tópico, que seriam os racionais (relacionados à legalidade das regras), os tradicionais (relacionados à sacralidade) e os carismáticos (de caráter excepcional). Como estratégias de legitimação, elas são três: 1) racionalização - *o produtor, de uma forma simbólica, constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio.* (p. 83); 2) universalização - *acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos.*(p. 83); 3) narrativização - *histórias contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável* (p. 83). Esse modo, portanto, serviria para criar e sustentar relações de poder;

2) dissimulação - este modo significaria relações de dominação ocultadas, negadas, obscurecidas e traria também três estratégias: 1) deslocamento - transferência das conotações positivas ou negativas; 2) eufemização - valorização positiva; 3) tropo - uso figurativo das formas simbólicas, sinédoque - parte pelo todo; metonímia - termo toma lugar de atributo; metáfora - representação. Sobre esse modo figurativo, Thompson ainda completa que

Quero somente afirmar que o uso figurativo da linguagem é uma característica bastante comum do discurso cotidiano, que é uma maneira eficaz de mobilizar o sentido do mundo sócio-histórico, e que, em certos contextos, o sentido mobilizado deste modo pode estar envolto com poder, podendo servir para criar, sustentar e reproduzir relações de dominação (THOMPSON, 1995, p. 86).;

3) unificação - liga o indivíduo a uma identidade coletiva, tendo duas estratégias, que são:

a) padronização – por ex.emplo, linguagem nacional e b) simbolização da unidade - construção de símbolos;

4) fragmentação - teria a ver com segmentação de indivíduos, tendo como estratégias: a) diferenciação - ênfase à diferença e b) expurgo do outro - construção do inimigo;

5) reificação - seria a *retratação de situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal*. (p. 87), dividida nas estratégias: a) naturalização e b) eterbalização, neste caso, estariam também as estruturas gramaticais, a nominalização/passivização, como formas de sustentar relações de poder.

Esses modos de operação de ideologia nos auxiliarão muito na análise do *corpus*. Vale destacar, ainda, uma diferenciação importante entre ideologia e utopia. Segundo Lowy,

uma análise dialética das ideologias e das utopias ou das visões de mundo tem que começar com a distinção essencial entre aquelas visões de mundo que visam manter a ordem estabelecida, as ideologias, e aquelas que visam ou aspiram transformá-la, que são as utopias (LOWY, 1993, p. 18).

Outro aspecto importante da análise diz respeito ao implícito no texto. Se estamos levando em consideração a prática discursiva, que leva em consideração a parte não-discursiva do texto, *é importante analisar, portanto, não só o que está presente, representado no texto como aquilo que foi excluído do texto* (ASSUNÇÃO, 2005, p. 21). Dessa forma, merecem destaque também os implícitos, ou seja, as pressuposições, implicaturas, acarretamento.

Ainda levando em consideração Assunção, citando Fairclough, temos que

Como observa Fairclough (1995 a), os sentidos implícitos são de extrema importância para o trabalho ideológico da linguagem, à medida que é através deles que as ideologias podem ser passadas, adquirindo um caráter de senso-comum. Desse modo, os sentidos implícitos legitimam e reproduzem as relações de poder através do efeito de sentido de consenso a que eles estão associados ou mesmo criam (ASSUNÇÃO, 2005, p. 22).

Outras expressões que merecem destaque como forma de análise da ideologia seriam, por exemplo, o contexto, quando falantes falam como um membro de um grupo social; a relação entre texto, discurso e conversação, como uma estratégia global/ênfase; o significado, levando em consideração os tópicos-macroestrutura semântica; significado local e coerência: significado positivo e negativo (manifestação/precisão/nível/evidencialidade/modalidade//léxico; a forma:

sintaxe, estrutura de som, formato, estrutura retórica e a ação atos de fala, atos de comunicação, e interação (VAN DJIK, 1998, p. 126).

Outra metodologia de análise interessante está reproduzida num quadro de Pedrosa, cuja fonte foi Fairclough, pois acreditamos ser de muita ajuda nas análises (Tabela 6).

Tabela 6: Elementos de análise da prática social de Fairclough

<i>Elementos de análise</i>	<i>Objetivos</i>
<i>Matriz social do discurso</i>	<i>Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações [...]; e que efeitos ela traz, em termos de sua reprodução ou transformação? (Fairclough, 2001: 289-290).</i>
<i>Ordens do discurso</i>	<i>Explicitar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela descreve e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais colaborou.</i>
<i>Efeitos ideológicos e políticos do discurso</i>	<i>Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).</i>

Fonte: Fairclough, 2001

(PEDROSA, 2005, p. 10)

Os enfoques da ACD , portanto, *se concentram nos problemas e não em elementos linguísticos específicos* (Meyer, 2003: 56, tradução nossa) (PEDROSA, 2005, p. 12), ou seja,

Devemos compreender, por fim, as práticas textuais, de composição de um texto, e as práticas discursivas, enquanto regidas por uma ordem discursiva, como uma prática social, inserindo-as num momento histórico definido, procurando estabelecer suas relações com a ideologia e com as lutas de poder (ASSUNÇÃO, 2005, p. 22) .

3.3.5 - A representação de ideologia, hegemonia e análise crítica do discurso no corpus

Neste tópico, veremos, na prática, de que forma a ideologia, a hegemonia e a prática social, que engloba as duas, aparecem nas entrevistas de três militantes do movimento estudantil. Na primeira entrevista, um líder do movimento, Vladimir Palmeira, responde a diversas questões referentes ao movimento de 1968, falando de sua experiência como líder e militante, da ditadura, de sua participação, bem como de suas impressões acerca do movimento estudantil, naquela época e em 2008, data em que foi concedida a entrevista ao site Folha Online. Na segunda entrevista, Manuela D'Ávila, ex-dirigente da UNE, fala sobre sua trajetória na entidade, a formação do movimento, opina sobre o auge do movimento estudantil, compara o movimento atual com o passado e expõe suas opiniões políticas. Na terceira, Lucia Stumpf, dirigente da UNE em 2008, responde a questões como a atuação da UNE atualmente, a defesa da entidade como única, a comparação com o movimento antes, no auge e atualmente, o papel da UNE, o futuro do movimento e a partidarização.

3.3.5.1 - A questão da biografia e da autobiografia

A questão da biografia aparece atrelada àquela primeira análise já realizada sobre o gênero entrevista. Enquanto na primeira análise a atenção era voltada à comparação entre utilização da primeira pessoa do singular e do plural, nesta a atenção se volta para como ocorre a utilização do eu, como os personagens falam de si mesmos. Na primeira entrevista, há vários trechos nos quais fica demonstrada essa biografia. Na maior parte do tempo, o entrevistado conta coisas de sua vida, como no trecho abaixo:

1P2Folha Online - Qual foi o momento que o colocou entre os líderes estudantis?

1R2Palmeira - Fui líder de massa quase por acaso. Eu nem sabia que tinha vocação. Tudo começou quando o diretor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1966 suspendeu o nosso candidato ao centro acadêmico e tirou do cargo do então presidente Antonio Serra. Contra essa medida, organizamos um protesto, mas ele estava sendo mal conduzido. Eu estava cuidado da segurança e fui para assembleia. Como faltava um discurso que desse força à manifestação, acabei tomando a palavra e falando aos estudantes. Todo mundo gostou, eu gostei e, a partir de então, fui me tornando uma liderança. Meu início foi

naquele ano, quando eu já estava no terceiro de faculdade. Eu já estava velho para militar porque o quarto e quinto anos de faculdade são os mais difíceis e é quando os universitários diminuem sua militância para estudar.

As cinco últimas perguntas de toda a primeira entrevista são as que não tratam diretamente de biografia, que não forçam o entrevistado a falar de si; todas as outras são nitidamente autobiográficas.

Na segunda entrevista, das treze perguntas, nove não são autobiográficas, talvez pelo fato de o movimento dos anos 1960 ter todo aquele *glamour*, aquele saudosismo, e o da década de 1990 não ter tanto este foco.

2P1-Folha Online - Por que você saiu da UNE quando se elegeu vereadora em 2004?

2R1- Manuela D'Ávila - Deixei o movimento porque ele deve ser autônomo. A causa estudantil ficaria partidarizada, e isso vai contra os princípios da UNE.

2P2-Folha Online - Por que começou na política pelo movimento estudantil?

2R2-Manuela - Mais do que as causas estudantis, a UNE tem um projeto de país. Uma de nossas bandeiras, por exemplo, era o combate ao neoliberalismo. Foi a partir daí que eu me identifiquei com a política partidária e entrei no PC do B, em 2000.

2P3Folha Online - Quando percebeu que era hora de deixar o movimento estudantil e disputar uma cadeira na Câmara?

2R3-Manuela - Não foi decisão minha. A ideia do partido era eleger alguém que pudesse levar adiante uma política para a juventude. Meu nome acabou sendo indicado somente para marcar posição porque não sabíamos se a candidatura era viável, mas acabei eleita. Não houve isso de 'eu quero ser parlamentar'. Isso eu aprendi na UNE, que convive com a opinião de diferentes correntes políticas porque é a única entidade universitária do país. É diferente das decisões tomadas por quem saiu dos sindicatos. Não sou autoritária graças ao movimento estudantil

Na terceira, somente uma pergunta faz referência à biografia e as outras todas são voltadas a UNE em geral.

3P13-Folha Online - A senhora tem alguma pretensão política?

3R13-Stumpf - Não. Minha pretensão é continuar atuando nos movimentos sociais. Nenhum governo por si só é capaz de mudar alguma coisa. Ele só consegue se tiver pressão e cobrança por parte da sociedade organizada. Acho que posso contribuir mais dessa forma.

3.3.5.2-ACD - linguagem para expressar ideologia e hegemonia

A análise crítica do discurso, segundo Fairclough, traz a teoria tridimensional do discurso, composta por texto, prática discursiva e prática social, todas já definidas anteriormente. Neste tópico, nos ateremos a algumas questões desta natureza que nos permitirão interpretar alguns trechos das entrevistas para perceber como dois pontos inseridos na prática social, a ideologia e a hegemonia, estão presentes.

Para a ACD, a interpretação do texto é parte importante e permite inferir vários pontos interessantes sobre a relação de determinada prática social com o contexto em que ela está inserida e de que forma a linguagem foi utilizada para expressar a ideologia e a hegemonia, através também do poder, da dominação e da resistência. Em relação ao nosso *corpus* de análise, temos que o movimento estudantil, aqui considerado como uma prática social, abrange estes dois pontos: ideologia e hegemonia, na fala de seus militantes em épocas distintas. Para analisar a ideologia, daremos ênfase às classes sociais, à relação entre forma simbólica e realidade e de que forma aparece a ideologia dominante. Já em hegemonia, daremos atenção ao papel de liderança, ao exercício de poder, foco de luta, classe dominada x dominante, às formas de conseguir poder (ex. coerção), ao papel do Estado e à questão do consenso.

Como exemplos de universalização, dos modos da ideologia trazidos por Thompson, temos alguns trechos da primeira entrevista que nos permitem legitimar a ideologia do movimento. No trecho a seguir, o serviço aos interesses gerais está evidente quando o entrevistado deixa claro que o coletivo deve ser levado em conta, principalmente quando atrelado aos interesses do movimento. Neste caso, o fato de atrelar à luta armada o movimento em defesa de uma melhoria na universidade seria a única solução. Para o entrevistado, está claro que sozinho ele não faria nada, e sim que seria necessário que todos se juntassem, deixando clara a necessidade de mobilizar toda a sociedade para a luta por um melhor resultado.

1P2Folha Online - Qual foi o momento que o colocou entre os líderes estudantis?

1R2Palmeira - Fui líder de massa quase por acaso. Eu nem sabia que tinha vocação. Tudo começou quando o diretor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1966 suspendeu o nosso candidato ao centro acadêmico e tirou do cargo do então presidente Antonio Serra. Contra essa medida, organizamos um protesto, mas ele estava sendo mal conduzido. Eu estava cuidando da segurança e fui para assembleia. Como faltava um discurso que desse força à manifestação, acabei tomando a palavra e falando aos estudantes. Todo mundo gostou, eu gostei e, a partir de então, fui me tornando uma liderança. Meu início foi naquele ano, quando eu já estava no terceiro de faculdade. Eu já estava velho para militar porque o quarto e quinto anos de faculdade são os mais difíceis e é quando os universitários diminuem sua militância para estudar.

1P4Folha Online - O senhor não pegou em armas, mas pensou em aderir àquele movimento?

1R4Palmeira - Eu sempre apoiei a violência para tirar a ditadura militar porque ela sim era violenta. Mas eu tinha muitas restrições. Não apoiava assalto a banco e nem que uma pequena vanguarda decidisse mudar tudo de uma hora para outra. Para mim, a luta armada só faria sentido se camponeses, operários e estudantes participassem dela. Seria preciso mobilizar a sociedade. Quando fui preso, fiz um discurso em que não reconhecia as autoridades que me detinham e defendia um exército revolucionário, mas não falava daquele tipo de luta armada que tivemos no país.

2P2-Folha Online - Por que começou na política pelo movimento estudantil?

2R2-Manuela - Mais do que as causas estudantis, a UNE tem um projeto de país. Uma de nossas bandeiras, por exemplo, era o combate ao neoliberalismo. Foi a partir daí que eu me identifiquei com a política partidária e entrei no PC do B, em 2000.

3P9-Folha Online - Por que a UNE participa de manifestações desligadas de assuntos estudantis, como o protesto contra a visita da secretária de Estado americana Condolezza Rice? Essa não é uma extrapolação de funções?

3R9-Stumpf - Todas as grandes questões nacionais devem passar pelos estudantes. Em toda sua história, a UNE lutou por temas de interesse do Brasil. Brigamos pelo petróleo nos anos 1940, pela redemocratização nos anos 1960 e contra as privatizações nos anos 1990. Agora temos de marcar posição contra as guerras de George Bush. Hoje ela é contra o Iraque, mas amanhã pode bater nas portas da América Latina.

Em relação à narrativização, podemos considerar ser este o maior exemplo de legitimação da ideologia, pois praticamente em toda a entrevista há relatos e narrativas do que acontecia naquela época, como forma de mostrar o que realmente aconteceu, o que o movimento sofreu e o que o entrevistado e outros participantes dele viveram.

1P3Folha Online - O senhor foi preso três vezes. Chegou a ser torturado?

1R3Palmeira - Não fui torturado. Só levei uns tapas da polícia de Minas quando me recusei a responder as perguntas que me faziam. As duas primeiras noites foram as mais tensas. Eles colocaram revólver na minha cabeça, tiraram minhas roupas e sumiram com meus remédios contra a asma. Não vi gente morrer, mas ouvia muitas torturas. Eu escutava tudo da minha cela: das surras, aos pedidos de clemência. Às vezes, algum torturado passava na frente da minha cela sendo arrastado pelo chão para outro lugar. Mas terrível mesmo era ouvir os policiais no banheiro contando os detalhes da tortura como quem comenta com jôgo de futebol.

2P3Folha Online - Quando percebeu que era hora de deixar o movimento estudantil e disputar uma cadeira na Câmara?

2R3-Manuela - Não foi decisão minha. A ideia do partido era eleger alguém que pudesse levar adiante uma política para a juventude. Meu nome acabou sendo indicado somente para marcar posição porque não sabíamos se a candidatura era viável, mas acabei eleita. Não houve isso de 'eu quero ser parlamentar'. Isso eu aprendi na UNE, que convive com a opinião de diferentes correntes políticas porque é a única entidade universitária do país. É diferente das decisões tomadas por quem saiu dos sindicatos. Não sou autoritária graças ao movimento estudantil.

3P5-Folha Online - Como as várias correntes da UNE chegam a um acordo?

3R5-Stumpf - Nosso estatuto garante aos diretores o direito de se posicionar de forma distinta sobre o mesmo tema. Eu posso ser contra a atual reforma, mas outro diretor pode se posicionar a favor. O importante mesmo é que a maior parte das bandeiras defendidas pelos dirigentes da UNE são os mesmos.

Outro ponto relevante a ser analisado é sobre a Ideologia, seu valor simbólico e a relação com a realidade. Nas três entrevistas do *corpus*, é possível perceber esta questão e refletir um pouco sobre ela. No primeiro trecho, temos a realidade do entrevistado que viveu no exílio, chegando mesmo a participar da luta militar. Esta realidade que passava longe da simbologia e da beleza que poderia haver na ideologia do movimento está bem relatada no trecho a seguir, mostrando que a realidade não tinha nada de glamorosa:

1P8Folha Online - Depois de solto o senhor foi para o exílio. Qual foi o momento mais difícil nos 10 anos que o senhor passou fora do Brasil?

1R8-Palmeira - Foi em Cuba. Fiquei três anos brigando com cubano. Eu nunca gostei de ditadura. Mas apesar do regime intolerável, o povo foi

fantástico. Fui bem acolhido e recebi livros, comida e casa, mas não podia trabalhar e manter uma vida social. No último ano, fui obrigado a fazer luta militar.

No trecho seguinte, temos o outro lado da ideologia, a realidade atrelada à vontade de mudança; o fato de a população estar descontente fazia com que eles carregassem uma ideologia, uma ideia de que, se fizessem parte da passeata, estariam transformando seus ideais ou, pelo menos, contribuindo para que aquilo pudesse ser realidade.

1P13Folha Online - O senhor acha que iria tanta gente se o governo tivesse proibido o protesto?

1R13-Palmeira - Certamente não iriam as 100 mil pessoas, mas apareceria muita gente porque a população estava muito descontente com a repressão. E mesmo permitindo a passeata, o governo decretou ponto facultativo naquele dia com a intenção de esvaziar o protesto.

No trecho seguinte, observa-se o questionamento de manter a ideologia sem inovar nos métodos para transformá-la em realidade. Ao afirmar que o movimento não se renova, o entrevistado reitera que as ideias podem continuar sendo as mesmas, porém, os métodos devem ser diferenciados.

1P15Folha Online - Mas o movimento era essencialmente político, não?

1R15-Palmeira - É por isso mesmo. Eu me espanto com o fato de o movimento estudantil tenta repetir o que fizemos no passado. Os tempos são outros. É preciso renovar.

Na segunda entrevista, alguns trechos também permitem perceber de que forma a ideologia vai se tornando diferente com o tempo e de que forma a realidade está ligada a isso. No primeiro trecho, a entrevistada demonstra que ela não fez mais parte do movimento devido à perda da ideologia do mesmo em meio a intromissões de partidos políticos. Ela defendia os princípios da entidade, mas não aceitava que as modificações em sua vida fizessem parte disso e influenciassem a entidade.

2P1- Folha Online - Por que você saiu da UNE quando se elegeu vereadora em 2004?

2R1-Manuela D'Ávila - Deixei o movimento porque ele deve ser autônomo. A causa estudantil ficaria partidarizada, e isso vai contra os princípios da UNE.

No segundo trecho, a ideologia, a simbologia, está explicitamente demonstrada, principalmente quando ela afirma que a entidade tem um projeto de país, que vai além da estudantil. Essa afirmação deixa claro o quanto a ideologia está presente do movimento, atrelado ao trecho seguinte que afirma que, pelo fato de os estudantes terem um projeto de país, uma ideia de mudar o mundo, isso vira uma maneira real de lutar contra aquilo que vai contra seus princípios, que seria a ditadura:

2P2-Folha Online - Por que começou na política pelo movimento estudantil?

2R2-Manuela - Mais do que as causas estudantis, a UNE tem um projeto de país. Uma de nossas bandeiras, por exemplo, era o combate ao neoliberalismo. Foi a partir daí que eu me identifiquei com a política partidária e entrei no PC do B, em 2000.

2P7-Folha Online - A senhora não acha que o movimento só ganhou importância porque a luta pela redemocratização extrapolou o campo estudantil?

2R7-Manuela - É evidente. Naquele momento, os estudantes não podiam debater as necessidades da universidade. O problema da educação passava pela necessidade de mudar o país. Então é natural que os estudantes resistissem à ditadura e lutassem pela democracia.

Por fim, ainda nesta segunda entrevista, temos a questão da realidade, barrando uma maior força da ideologia estudantil pelo fato de os estudantes hoje precisarem trabalhar e estudar, o que impede que tenham mais tempo para militar em favor da causa estudantil ou de qualquer outra.

2P9-Folha Online - Não há menos engajamento hoje em dia?

2R9-Manuela - Não militei naquele período. Eu não tenho a dimensão. Mas, hoje, a juventude enfrenta a dificuldade de permanecer estudando e trabalhando.

Na terceira entrevista, os três trechos deixam clara a questão da ideologia, como a realidade está ou não presente nela. No primeiro trecho, fica explícita a questão de que a definição de algo pelo qual se luta pode não ser a mesma, como no caso da esquerda que estava no questionamento do entrevistador. No segundo trecho desta entrevista, a realidade nua e crua é relatada e demonstrada como uma bandeira a ser levantada pelo movimento qualquer coisa que esteja ligada à questão nacional. Dessa forma, a realidade e a necessidade de lutar por aquilo que o país precisa estão atreladas às lutas da entidade e dos estudantes. No

último trecho, na relação entre entidade e assuntos gerais que interessam a todos, está a confirmação da utilização da ideologia da entidade em favor de tudo que a sociedade precise.

3P5-Folha Online - Mas a maioria ligada à esquerda não ajuda?

3R5-Stumpf - O que é esquerda pra mim pode não ser pra você. Eu falo de bandeiras como luta pelo ensino público, pela regulamentação das universidades particulares.

3P8-Folha Online - Por que a UNE participa de manifestações desligadas de assuntos estudantis, como o protesto contra a visita da secretária de Estado americana Condolezza Rice? Essa não é uma extrapolação de funções?

3R8-Stumpf - Todas as grandes questões nacionais devem passar pelos estudantes. Em toda sua história, a UNE lutou por temas de interesse do Brasil. Brigamos pelo petróleo nos anos 1940, pela redemocratização nos anos 1960 e contra as privatizações nos anos 1990. Agora temos de marcar posição contra as guerras de George Bush. Hoje ela é contra o Iraque, mas amanhã pode bater nas portas da América Latina.

3P16-Folha Online - Passar pela UNE credencia as pessoas a atuarem na política?

3R16-Stumpf - Sim porque fazer parte da UNE é um grande exercício de democracia. Nela são tratados os mais diversos assuntos, que vão da reforma da universidade a temas como aborto e drogas. Como essas discussões movimentam todos os partidos, a UNE acaba se tornando a maior escola de democracia do país. Não é a toa que ela sempre forma grandes políticos.

Avançando um pouco mais na questão da hegemonia neste momento, levaremos em consideração o poder, a coerção, a liderança, o Estado, bem como classe social e classe dominante, a fim de refletir sobre ideologia e hegemonia. Na primeira entrevista, uma das respostas de Vladimir deixa clara a questão do poder e da forma como os participantes de movimento tinham de tentar reestruturá-la na época da ditadura, principalmente em relação à polícia, que usava seu poder da forma como achava melhor. O entrevistado demonstra, também, uma forma de tentativa de mudança nas relações de poder, colocando a luta contra o sistema como uma solução, o que podemos perceber no trecho abaixo:

1P1- Folha Online - Quando foi que o senhor decidiu cuidar não só dos interesses universitários e lutar contra a ditadura?

1R1-Wladimir Palmeira - Era impossível ser de outro jeito. Em primeiro lugar, eu já era de esquerda antes do movimento estudantil. Eu achava

que para evitar a derrubada de Jango, [presidente deposto pelo golpe militar], nós deveríamos aderir à luta armada. Mas quando ingressei no movimento, acabei sendo impelido a lutar contra a ditadura porque a própria polícia politizava tudo. Não podíamos pedir qualquer melhoria na universidade que a polícia invadia e reprimia tudo. A solução era lutar contra todo o sistema político.

Nos trechos seguintes, observam-se também a representação das relações de poder e a tentativa de transformação das relações de dominação. No trecho abaixo, Vladimir relata essa tentativa por meio de protesto e discursos contra o regime proferidos por ele e, no trecho seguinte, relata a violência com que a polícia o tratou, violência essa que tenta legitimar o poder da polícia. Há também o relato de atividades realizadas pela polícia em relação a ele, também como uma forma de opressão.

1P2Folha Online - Qual foi o momento que o colocou entre os líderes estudantis?

1R2Palmeira - Fui líder de massa quase por acaso. Eu nem sabia que tinha vocação. Tudo começou quando o diretor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1966 suspendeu o nosso candidato ao centro acadêmico e tirou do cargo do então presidente Antonio Serra. Contra essa medida, organizamos um protesto, mas ele estava sendo mal conduzido. Eu estava cuidando da segurança e fui para assembleia. Como faltava um discurso que desse força à manifestação, acabei tomando a palavra e falando aos estudantes. Todo mundo gostou, eu gostei e, a partir de então, fui me tornando uma liderança. Meu início foi naquele ano, quando eu já estava no terceiro de faculdade. Eu já estava velho para militar porque o quarto e quinto anos de faculdade são os mais difíceis e é quando os universitários diminuem sua militância para estudar.

1P3Folha Online - O senhor foi preso três vezes. Chegou a ser torturado?

1R3Palmeira - Não fui torturado. Só levei uns tapas da polícia de Minas quando me recusei a responder as perguntas que me faziam. As duas primeiras noites foram as mais tensas. Eles colocaram revólver na minha cabeça, tiraram minhas roupas e sumiram com meus remédios contra a asma. Não vi gente morrer, mas ouvia muitas torturas. Eu escutava tudo da minha cela: das surras, aos pedidos de clemência. Às vezes, algum torturado passava na frente da minha cela sendo arrastado pelo chão para outro lugar. Mas terrível mesmo era ouvir os policiais no banheiro contando os detalhes da tortura como quem comenta com jogo de futebol.

Em relação à segunda entrevista, primeiramente analisaremos a questão de classe atrelada ao movimento. No trecho abaixo, a entrevistada deixa claro que as classes sociais estão separadas da entidade, apesar de haver uma questão

partidária no movimento, que pode ser considerada uma forma de divisão por classe social.

2P4-Folha Online - A existência da UNE como única representação dos estudantes não prejudica o diálogo sobre as necessidades do setor?

2R4-Manuela - Muito pelo contrário. O diálogo é motivado exatamente porque a entidade é formada por todos os partidos. Na UNE, todos são estudantes, não há uma briga entre classes sociais. Alguns partidos políticos não conversam com ninguém porque saíram do movimento sindical. Respeitar a autonomia político-partidária dos estudantes nos fortalece.

Sobre a questão da coerção e do poder, apesar de não ter vivido naquele tempo em que o movimento estudantil era reprimido e violentado pela polícia e pela ditadura, a entrevistada cita que não aprovava os métodos utilizados, mas percebe que era a única forma de os estudantes se defenderem naquele momento: enfrentando a polícia.

2P5Folha Online - Há uma espécie de saudosismo do movimento em relação ao seu passado ligado ao combate ao regime militar?

2R5Manuela - Tenho uma admiração profunda pelos presidentes da UNE que viveram na clandestinidade, mas não acho poético ser preso e torturado.

2P6Folha Online - Muita gente do movimento estudantil pegou em armas naquela época. Foi uma resistência legítima?

2R6Manuela - Estávamos em uma ditadura armada, portanto era. O regime torturava e matava pessoas. É a soma de diversos esforços, inclusive a luta armada, que fez possível a redemocratização do Brasil.

A terceira entrevista mostra também como o movimento resistiu à coerção da ditadura, sempre apoiada na sua ideologia política. No segundo trecho, surge a questão relacionada ao fato de os estudantes terem utilizado das armas para se defender, para enfrentar a política e a ditadura, de forma que a atitude é aprovada e vista como única alternativa. Por fim, ao afirmar, no último trecho, que o governo precisa da cobrança da sociedade para conseguir algo, ela reafirma a importância do papel de luta contra o governo, o que, em 1968, fez com que houvesse a coerção por parte da polícia contra os estudantes.

3P6-Folha Online - O fim da ditadura não reduziu a visibilidade e poder de influência da UNE?

3R6-Stumpf - A UNE parece perder visibilidade porque estamos em um regime democrático e dividimos a atenção e as lutas com outras entidades. Mas a UNE é uma sobrevivente. Enquanto nossos dirigentes

eram assassinados, presos e exilados, outros movimentos eram perseguidos e acabavam desorganizados. Por termos resistido, somos tão importantes hoje como no passado.

3P7-Folha Online - O movimento estudantil fez bem em participar da luta armada para combater a ditadura?

3R7-Stumpf - Naquela época uma série de organizações era obrigada a pegar em armas. Não vivi aquele momento, mas não tenho dúvidas de que foi uma opção justa porque quem passou por aquilo lutou contra um regime totalitário que desrespeitava os direitos humanos.

3P12-Folha Online - A senhora tem alguma pretensão política?

3R12-Stumpf - Não. Minha pretensão é continuar atuando nos movimentos sociais. Nenhum governo por si só é capaz de mudar alguma coisa. Ele só consegue se tiver pressão e cobrança por parte da sociedade organizada. Acho que posso contribuir mais dessa forma.

Considerações finais

Ao finalizarmos este trabalho, compreendemos um pouco mais da história do nosso país, no período entre a década de 1960 e os anos 2000, sempre levando em conta a influência dos acontecimentos na história do movimento estudantil, um movimento que teve importância significativa em nossa história. A caracterização do gênero entrevista e de que forma a ideologia e a hegemonia estiveram presentes, atreladas à análise crítica do discurso, nos propiciaram uma reflexão importante no tocante ao entendimento do movimento e da influência deste nas respostas das entrevistas de nosso *corpus*. Para facilitar as considerações sobre as reflexões realizadas, dividimos esta parte do trabalho em pontos específicos: movimento estudantil (I), entrevista (II) e hegemonia, ideologia e ACD (III).

I

O movimento estudantil, como frisado em todo o nosso trabalho, teve grande influência na vida de estudantes e da sociedade brasileira em geral. Essa influência fez com que os militantes criassem uma relação estreita com o movimento, da mesma forma que o movimento criasse uma relação também estreita entre estudantes, política e luta por valores.

Ao compararmos as três entrevistas de três militantes de períodos diferentes da história de nosso país, podemos refletir, primeiramente, sobre a relação dos militantes com a história de nosso país e de que forma essa história influenciou as respostas que os mesmos deram na entrevista.

O primeiro militante, Vladimir Palmeira, pelo fato de ter vivido sua experiência no movimento na década de 1960, auge do movimento, momento em que os estudantes e toda a sociedade viviam sob a repressão pela ditadura, foi influenciado pelo espírito de luta, de tentativa de mudança não só das entidades educacionais, mas também na sociedade em si. Sua entrevista tem caráter bem autobiográfico e sua experiência no movimento é bastante explorada. A ocorrência

de passeatas e de manifestações em prol da mudança proporcionou ao entrevistado viver uma experiência única de militância, o que acarretou em um caráter da entrevista que fosse voltado mais às suas experiências e menos aos seus pontos de vista.

A segunda militante, Manuela D'Ávila, traz uma mudança em relação ao primeiro. Em relação à sua experiência no movimento, ela viveu como militante em um momento que não era mais o auge das disputas e repressões, mas sim de abertura política. Dessa forma, sua entrevista tem um caráter mais opinativo e saudosista dos tempos de Vladimir Palmeira, diferente da primeira em que predomina o biográfico. A entrevistada viveu uma experiência, porém num momento muito diferente, em que era preciso lutar, mas as lutas se limitavam apenas a assuntos estudantis, já se partidarizando, com um movimento bem mais enfraquecido que na década de 1960.

A terceira entrevista, com Lucia Stumpf, tem um caráter ainda mais diferente. Ela é uma militante (presidente da UNE) em 2008 e a conjuntura política é completamente diferente da década de 1990 (abertura política) e mais ainda da década de 1960 (ditadura e repressão). Em 2008, o movimento e a militância estudantil eram bem mais fracos, os estudantes que se interessavam por isso eram em número bem menor que os das décadas anteriores, devido à conjuntura política, algo como se, com menos problemas no país, haveria menos pessoas engajadas em lutar por algo. Diante disso, o discurso de Lúcia se baseia muito na tentativa de legitimar o movimento ou de tentar mantê-lo como algo ainda forte para o país, sempre expondo sua opinião e tentando provar que o movimento é forte, sempre usando alguns exemplos (bem menos significativos que o do primeiro entrevistado) e dando sua opinião.

Um segundo ponto a ser levantado sobre o movimento seria o quanto os entrevistados refletem a identidade do mesmo e a sensação de pertencimento a ele. Tem-se, nas três entrevistas, uma clara noção de que os três entrevistados se sentem parte deste grupo, o que forma uma identidade social única do movimento. Ou seja, não importa em que década viveu ou militou o estudante, essa sensação de pertença é a mesma, como foi percebido na análise do *corpus*.

Um terceiro ponto é a partidarização do movimento e como esta é percebida pelos entrevistados. Nas três entrevistas este assunto é abordado, porém, de forma diferente, devido à contextualização do movimento nos momentos históricos em que aconteceram. Na década de 1960, os jovens estavam mais perto da política e lutavam por suas reivindicações sem se ligar a partidos políticos. Inclusive, o militante da década de 1960 critica essa partidarização que ocorre na atualidade. Na primeira, essa partidarização não ocorre. Já nas outras duas entrevistas, devido à abertura política, percebe-se que há uma influência maior dos partidos, tanto que esse assunto é tratado nas duas entrevistas, pelas duas entrevistadas e ambas defendem que essa partidarização não é prejudicial ao movimento.

II

Em relação ao gênero entrevista, há algumas similaridades entre as três entrevistas, que nos permitem perceber a caracterização deste gênero. Primeiramente, observa-se a representação da realidade dos entrevistados por meio das entrevistas e de que forma os mesmos se posicionam em relação ao contexto. Cada um deles utiliza o gênero entrevista para representar a realidade em que viveu ou as experiências de vida em determinado momento do movimento.

Dessa forma, e pelo já relatado acima sobre a questão das narrativas e das autobiografias, na primeira entrevista, apesar de estar fora do contexto político em que ela ocorreu, o entrevistado viveu a experiência e falou durante muito tempo sobre sua experiência de vida. Em relação ao contexto da segunda entrevista, a entrevistada está no contexto político; é uma política eleita pelo povo, motivo pelo qual, segundo nossa percepção, tem um maior cuidado com as palavras, sempre se resguardando de alguma forma. Na terceira entrevista, a entrevistada está fora do contexto político, porém, pode ser que tenha alguma intenção de ingressar na política futuramente, o que foi descartado por ela, motivo pelo qual ela se resguarda, mas não tanto, em relação às suas opiniões.

O contexto, porém, neste caso, influencia as opiniões dos entrevistados, sempre deixando claro que se as opiniões não prejudicarem o entrevistado, serão expostas, caso contrário, não.

Um segundo ponto relevante são as características da entrevista que são levadas em consideração nas três entrevistas do *corpus*. A necessidade de tocar o presente se dá pelo fato da reatualização do movimento ocorrer justamente na época em que foi publicado o Especial, ou seja, 40 anos depois do auge do movimento (1968) e por ocorrerem invasões de reitorias, como protesto contra algumas supostas irregularidades, como na reitoria da UnB, por exemplo. Neste contexto, os estudantes retomam toda aquela luta vivida pelos militantes em tempos idos e tentam fazer com que suas reivindicações sejam ouvidas, exatamente como no passado. A atualidade, então, é uma característica presente no *corpus*, assim como a universalidade, pelo fato de o assunto do movimento estudantil não se limitar somente ao Brasil, tendo se iniciado na França, e à periodicidade, pois o *corpus* foi publicado num site na internet que tem certa frequência de publicação e é de difusão também bem ampla, pois nada mais amplo que a internet, nos dias de hoje, para difundir informações.

Uma terceira questão a ser levantada é a uniformidade das entrevistas, no tocante à forma como o entrevistador aborda os entrevistados. Por ser a entrevista um texto negociado, a todo momento o entrevistador tenta arrancar informações do entrevistado, informações estas que devem ser interessantes para aquilo que o meio de comunicação quer passar ao público leitor daquele veículo. Pelo fato de a entrevista derivar de um evento discursivo e da necessidade social do momento, percebemos o movimento estudantil como esse evento, tanto em 1968 quanto na década de 1990 e em 2000, pois este assunto volta à tona e merece, inclusive, destaque na mídia e na vida das pessoas.

A necessidade de representação simbólica do movimento pelos entrevistados ocorre, pois as fontes de informações devem ser interessantes ao público leitor e à mídia. Dessa forma, temos, no *corpus*, a representação da percepção de mundo dos entrevistados por meio dos pontos de vista sobre os quais eles fazem uma reflexão. Esses pontos de vista renderam reflexões

interessantes, pois, por meio da defesa da ideologia do grupo, os entrevistados se mostraram tanto como individuais como coletivos, o que permitiu perceber o quanto fazer parte do grupo torna os militantes parte mesmo daquela realidade. A ideia de coletivo e de intencionalidade coletiva aparece em vários momentos do *corpus*, confirmando o envolvimento sem limites dos entrevistados com aquilo em que estão envolvidos.

A voz individual e coletiva ocorre, primeiramente, levando em consideração o posicionamento do sujeito em cada uma das entrevistas. Na primeira, há uma utilização muito grande da primeira pessoa, pelo mesmo motivo já exposto, a exploração da experiência do entrevistado. Na segunda, a primeira pessoa aparece menos, uma vez que a entrevistada teve uma experiência no movimento, mas não foi nos momentos de auge, o que faz com que ela tenha mais opiniões a dar do que experiências a relatar. Na terceira, ocorre menos utilização de primeira pessoa, também pelo mesmo motivo.

Ainda sobre pontos de vista individuais e coletivos, é possível fazer uma reflexão interessante. Ao compararmos, em nosso *corpus*, o número desses pontos de vista, encontram-se, na primeira entrevista e na segunda, um número bem parecido de pontos de vista individuais (8 e 7, respectivamente), o que significa certa força na experiência e na opinião dos entrevistados, devido ao fato de o primeiro ter sido um militante estudantil da década de 1960, portanto, com experiências e pontos de vista bastante definidos e pelo fato da segunda estar atuando na política e ter opiniões bem definidas sobre o movimento e sua experiência. A terceira entrevistada, porém, apresenta um número de respostas com pontos de vista individuais bem menor que os outros dois (4), pelo fato de contar com pouca experiência no movimento e política.

Em relação aos pontos de vista coletivos, já temos uma outra reflexão. Os números de respostas dos entrevistados 1 e 2 são praticamente iguais (6 e 4, respectivamente). Dessa forma, a noção de coletivo, para esses militantes, é parecida, pois viveram a experiência no movimento em momentos com mais militância (anos 1960 - ditadura e anos 1990 - abertura política). Em relação à terceira entrevista, observa-se um número maior de pontos de vista coletivos,

devido ao fato de a militante ser presidente da UNE e falar em nome de uma coletividade, o seu grupo político. Finalizando a questão desses pontos de vista, nas respostas, há tanto pontos individuais quanto coletivos. Neste quesito, há similaridades entre os três (2,2 e 3, respectivamente), o que não acarreta nenhuma mudança na análise do *corpus*.

A quarta questão diz respeito ao gênero textual entrevista. Em relação à forma da entrevista, há uma uniformidade, pois todas as três entrevistas do *corpus* obedecem a uma ordem específica, tem perguntas sobre a vida do militante, sobre sua experiência no movimento e a opinião dele sobre o movimento em si, em tempos passados e atualmente. Dentre os assuntos abordados em comum, ressaltam-se a partidarização, a comparação do antes e do depois, a relação do militante com o movimento e a busca de solução para mais engajamento no movimento.

Ainda dentro de gênero textual, levando em consideração os tipos textuais, em cada entrevista, há a predominância de um tipo específico. Na primeira entrevista, há um maior número do tipo narrativo (8), o que se explica pelo fato de o entrevistado ter vivido nos tempos de auge do movimento estudantil e, por isso, o foco de sua entrevista é a experiência no movimento. As demais apresentam um número bem menor (2 em cada), o que mostra o enfoque diferente da entrevista, até porque, como já dito anteriormente, as duas últimas entrevistadas não viveram o tempo de auge do movimento estudantil. Sobre o tipo textual argumentativo, as duas últimas entrevistas apresentam um número maior (6 a 8, respectivamente), devido, portanto, ao caráter da entrevista e da experiência do militante. Como as duas não tiveram uma experiência no momento de auge, é mais válido utilizar outros meios de conseguir a informação e tornar a entrevista interessante. Sobre o tipo expositivo, observa-se uma singularidade nas três entrevistas (5, 5 e 6, respectivamente), o que demonstra a presença da exposição dos fatos sobre o movimento em comum por parte dos três.

Para encerrar as considerações sobre o gênero entrevista, o foco será no tipo de questões e em como ocorre a orientação do destinatário. Na primeira entrevista, há um número maior de orientação do destinatário média, ou seja, o

entrevistador utiliza um vocativo para se dirigir ao entrevistado e isso se dá pelo fato de o enfoque da entrevista ser na experiência dele e o entrevistador se dirigir, então, a ele e tentar conseguir mais informações sobre sua experiência. Nas duas últimas entrevistas, o resultado foi diferente. Houve um maior número de orientações do destinatário baixas (10 e 16), o que ocorreu devido ao caráter da entrevista, mais voltada para opinião sobre determinados assuntos e menos na experiência das militantes. Já sobre os tipos de questões utilizadas, houve similaridade entre as três e os tipos de questões. Sobre as questões sim/não, ou que exigiriam este tipo de respostas, obtiveram-se, respectivamente, nas três entrevistas, 8, 6 e 9. Já nos tipos de perguntas que tem por que, onde, como, ou aquelas que exigem mais informações por parte do destinatário, foram obtidos 7,7 e 8, respectivamente.

III

Após a reflexão sobre a dissertação sobre ideologia, hegemonia e análise crítica do discurso neste contexto, cabe ressaltar alguns pontos cruciais que nos permitiram chegar a algumas considerações. Sobre a biografia e a autobiografia, já rapidamente abordadas neste trabalho, temos um aparato de perguntas e respostas que tratam do tema, pelos motivos já expostos anteriormente. Na primeira entrevista, somente as cinco últimas perguntas não falam sobre a biografia do entrevistado. Este número demonstra que a entrevista foi praticamente toda biográfica, com o entrevistador utilizando ao máximo toda a experiência relatada e vivida pelo entrevistado, militante da década de 1960. Na segunda entrevista, há um grande número de perguntas não são biográficas, o que ocorre pelo fato de o teor da entrevista ser diferente, como já dito anteriormente, e de a entrevistada ter vivido um momento não tão auge quanto o primeiro. Já na terceira, este número é ainda menor. Há somente uma pergunta biográfica, pelo mesmo motivo da segunda, ou seja, a experiência delas foi menor, se comparada à do primeiro entrevistado e, talvez, menos interessante que um militante da década de 1960 que viveu o auge do movimento estudantil.

Outras características das entrevistas e que remetem a uma boa reflexão dizem respeito à universalização. Nas três entrevistas ocorre esta característica, de forma que o interesse por assuntos gerais da sociedade é comum aos três entrevistados. Para os três é imprescindível o coletivo, o fazer junto com o outro, pois, em grupo é que realmente acontecem as ações do movimento. A narrativização, uma das formas da ideologia trazidas por Thompson, aparece atrelada às três entrevistas, porém, de forma diferente. Na primeira, e atrelada à biografia e pontos de vista individuais, a narrativização é mais frequente, sem dúvida, por motivos já expostos.

Sobre a ideologia e a hegemonia, pontos que consideramos dentro da prática social de Fairclough, elas aparecem nas três entrevistas com similaridades. Na primeira entrevista, a ideologia aparece com menção à realidade, atrelada a aspectos positivos e negativos que podem ser percebidos na análise do *corpus*. É destacada a questão da influência da realidade nas ações dos militantes e o quanto a ideologia sofre a influência dessa realidade, pois por meio dela é que surge a ideologia da mudança. Na segunda entrevista, é nítida a questão da perda da ideologia. Apesar de tentar ser mantido o ideal de país dos estudantes, a própria realidade (desinteresse por parte dos estudantes e mudança de conjuntura política) barra a “prática” da ideologia naquele momento. Já na terceira entrevista, há variações, dependendo da entidade a que está vinculada ou ao partido político; a realidade torna-se uma bandeira a ser levantada e a ideologia é utilizada para melhorar o país, assim como anteriormente, apesar da realidade não colaborar muito com essa questão, devido ao desinteresse ainda maior dos estudantes.

Em relação à hegemonia, há também alguns pontos comuns. Na primeira, há a presença do poder, da tentativa de mudança, a questão dos protestos que eram muito presentes naquela época e que figuram como uma forma de luta contra a manutenção das relações de dominação vividas naquela época de repressão. A segunda entrevista traz a questão das classes sociais, porém, ligada à questão da partidarização. Na terceira entrevista, surge a importância da luta contra a hegemonia, ou a reprovação da coerção vivida pelos estudantes e praticada pela polícia.

Por meio da análise linguístico-discursiva de trechos de respostas de alguns envolvidos no movimento, acreditamos ser possível, com a análise crítica do discurso, atrelar o texto e o social, nos atendo ao modelo tridimensional de Fairclough (texto, prática social e prática discursiva), percebendo de que forma são utilizadas as construções linguísticas que marcam os pontos de vista sobre o movimento.

Além disso, ao refletirmos em torno das teorias expostas, acreditamos que foi possível, com a reflexão teórica e a análise minuciosa do *corpus*, atender ao nosso objetivo maior, que foi investigar as representações do movimento estudantil. Isso porque nada melhor que teorias que considerem a legitimação de um ponto de vista, as escolhas linguístico-discursivas e a estrita relação do social com a linguagem para fomentar uma discussão sobre a representação do movimento estudantil a partir de pontos de vista diferentes em momentos históricos diferentes.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

ASSUNÇÃO, A. L. Discurso e representação social: o trabalho ideológico da/na linguagem. In: LYSARDO-DIAS, D. (Org.). **Discurso, representação e ideologia**. São João Del Rei: Promel/UFSJ, 2005.

BARBOSA, A. A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90). **Educação: teoria e prática**, v. 10, n. 18/19, dez. 2002.

BECKER, A. "Are you saying...?" A cross-cultural analysis of interviewing practices in TV election night coverages. In: FETZER, A.; LAUERBACK, G. **Political discourse in the media: cross-cultural perspectives**. John Benjamin Publishing CO, 2007. p.109-137

BELL, P.; VAN LEEUWEN, T. **The media interview: confession, contest, conversation**. Kensington: University of New South Wales, 1994. 257 p.

BENDIT, D. C.; Sauvageot, J.; GEISMAN, A.; DUTEIUL, J. P. **A revolta estudantil**. Londres, 1968.

BIANCHI, A. Dossiê "Gramsci e a política". **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 7-14. nov. 2007.

CHAMBERLAIN, M.; THOMPSON, P. **Narrative and genre**. London: Routledge, 1998.

CHAUÍ, M. S. **O que e ideologia**. 36.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 125 p. (Coleção Primeiros Passos,13).

D'AVILA, M. Entrevista concedida a Vanderley Preite Sobrinho. **Jornal Folha de São Paulo**, Edição Especial, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u383143.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2010.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.

ESSENFELDER, R. "Marcas da presença da audiência em uma entrevista jornalística". **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 3, n. 4, 2005. Disponível em: <www.revelhp.cjb.net>. Acesso em: 23 fev. 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001

FÁVERO, L. L. Entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, D. (Org). **Fala e escrita em questão**. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 78-97.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2006. (Série Princípios).

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.14, n. 28, 15p. maio/ago. 2004.

FREIRE, P. **O Gênero Assembléia Departamental**: descrição e definição através da análise estrutural de *corpus*. 2007. Monografia (Bacharelado)-Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2007.

GARRET, A. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

GOLDNER, A. **The dialectic of ideology and technology**: London, 1976, 304p.

GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. (Ed.). **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: UFV, 2007.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HABERT, N. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992. 95 p. (Princípios, 222).

KOPIJN, Y. J. The oral history interview in a cross cultural setting - an analysis of its linguistic, social and ideological structure. In: CHAMBERLAIN, M.; THOMPSON, P. **Narrative and Genre**. London: Routledge, 1998.

LOWY, M. **Ideologias e ciência social elementos para uma análise marxista**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1993. 112 p.

MAGALHÃES, C. M. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Letras, 2001.

MARCUSCHI, **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. Disponível em: <http://www.proead.unit.br/professor/linguaportuguesa/arquivos/textos/Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf>. no prelo. Acesso em: 24 out. 2010.

MEDINA, C. A. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1990.

MESQUITA, M. R. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. PUC-SP, 377p. , Doutorado em Psicologia Social, São Paulo: SP. Tese (Doutorado) 2006.

MORIN, E. Entrevista com Edgar Morin. **Folha de São Paulo**. Segunda-feira, 28 de abril de 2008. p. A4.

PAES, M. H. S. **A década de 60**: rebeldia, contestacoes e repressao politica. 2.ed. Sao Paulo: Atica, 1993. 95 p. (Princípios, 221).

PALMEIRA, V. Entrevista concedida a Vanderley Preite Sobrinho. **Jornal Folha de São Paulo**, Especial Folha on line, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397274.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2010.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise critica da linguagem. **Cadernos do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia**, v. 9, n° 3, 2005 Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

PHILIPS, L.: JORGESEN, M. W. **Discourse analysis as theory and method**. London: Sage Publications, 2002.

PONTES, J. A. V.; CARNEIRO, M. L. **1968 - do sonho ao pesadelo**: da revolta dos estudantes ao fim das liberdades democráticas. São Paulo Grupo O Estado de São Paulo, [1970?].

RESENDE, V. de M. e RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, M. **A década de 80**: Brasil. São Paulo: Ática, 1992. 77 p. (Princípios, 223).

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura** - Gramsci. Curitiba: UFPR, 2007.

SELIGER, M. **Ideology and politics**. London, 1976. p. 11.

SHILS, E. The concept and function os ideology. **Internacional Encyclopedia of the Social Sciences**, v.7, 1968.

SOARES, I. B. Construção de identidades no gênero entrevista e suas implicações sociais. In: CONGRESSO DE LETRAS: "Linguagem e Cultura: Múltiplos Olhares", 6., 2007. **Anais...** Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/issue/view/3>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

STUMPF, L. Entrevista concedida a Vanderley Preite Sobrinho. **Jornal Folha de São Paulo**, Especial Folha on line, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u383120.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, P. Sharing and reshaping life stories- problems and potential in archiving research narratives In: CHAMBERLAIN, Mary; THOMPSON, Paul. **Narrative and genre**. London: Routledge, 1998.

VAN DIJK, T. A. **Ideology**: a multidisciplinary approach. London: Sage, 1998.

VENTURA, Z. **1968**: o que fizemos de nós. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

WEISS, G.; WODAK, R. **Critical discourse analysis**. Palgrave Macmillan, 2007.

WEIZMAN, E. **Position in media dialogue**: negotiating roles in the news interview. John Benjamins BV, 2008.

WODAK, R. Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: LINGUAGEM em (Dis)curso/ Universidade do Sul de Santa Catarina- v.1, n. 1 Tubarão: Ed. UNISUL, 2000.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001.

Anexos

Anexo 1- Entrevista Vladimir Palmeira
30/04/2008 - 18h02

"Movimento estudantil está parado no tempo", diz protagonista da resistência de 1968

WANDERLEY

PREITE

SOBRINHO

colaboração para a **Folha Online** Vladimir Gracindo Soares Palmeira, 63, foi um dos principais líderes estudantis durante o regime militar. Entre outros feitos, Palmeira ajudou a organizar da Passeata dos Cem Mil. Por esse e outros motivos, ele acabou preso pelos militares três vezes.

Sua última prisão ocorreu durante um congresso clandestino da UNE (União Nacional dos Estudantes) em Ibiúna (SP) em 1968, quando o ex-ministro José Dirceu também foi detido.

Palmeira foi libertado somente em setembro de 1969, quando a resistência armada sequestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick e pediu em troca a libertação dele e de outros 14 líderes estudantis. Depois de solto, Palmeira ficou dez anos no exílio.

Em entrevista para a **Folha Online**, Palmeira lembra de sua atuação naquele período e fala com desânimo sobre o movimento estudantil do século 21. "O movimento tenta repetir o que fizemos no passado. Os tempos são outros", diz.

1P1Folha Online - Quando foi que o senhor decidiu cuidar não só dos interesses universitários e lutar contra a ditadura?

1R1Vladimir Palmeira - Era impossível ser de outro jeito. Em primeiro lugar, eu já era de esquerda antes do movimento estudantil. Eu achava que para evitar a derrubada de Jango, [presidente deposto pelo golpe militar], nós deveríamos aderir à luta armada. Mas quando ingressei no movimento, acabei sendo impelido a lutar contra a ditadura porque a própria polícia politizava tudo. Não podíamos pedir qualquer melhoria na universidade que a polícia invadia e reprimia tudo. A solução era lutar contra todo o sistema político.

1P2Folha Online - Qual foi o momento que o colocou entre os líderes estudantis?

1R2-Palmeira - Fui líder de massa quase por acaso. Eu nem sabia que tinha vocação. Tudo começou quando o diretor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1966 suspendeu o nosso candidato ao centro acadêmico e tirou do cargo do então presidente Antonio Serra. Contra essa medida, organizamos um protesto, mas ele estava sendo mal conduzido. Eu estava cuidando da segurança e fui para assembleia. Como faltava um discurso que desse força à manifestação, acabei tomando a palavra e falando aos estudantes. Todo mundo gostou, eu gostei e, a partir de então, fui me tornando uma liderança. Meu início foi naquele ano, quando eu já estava no terceiro de faculdade. Eu já estava velho para militar porque o quarto e quinto anos de faculdade são os mais difíceis e é quando os universitários diminuem sua militância para estudar.

1P3Folha Online - O senhor foi preso três vezes. Chegou a ser torturado?

1R3-Palmeira - Não fui torturado. Só levei uns tapas da polícia de Minas quando me recusei a responder as perguntas que me faziam. As duas primeiras noites foram as mais tensas. Eles colocaram revolver na minha cabeça, tiraram minhas roupas e sumiram com meus remédios contra a asma. Não vi gente morrer, mas ouvia muitas torturas. Eu escutava tudo da minha cela: das surras, aos pedidos de clemência. Às vezes, algum torturado passava na frente da minha cela sendo arrastado pelo chão para outro lugar. Mas terrível mesmo era ouvir os policiais no banheiro contando os detalhes da tortura como quem comenta com jogo de futebol.

1P4Folha Online - O senhor não pegou em armas, mas pensou em aderir àquele movimento?

1R4-Palmeira - Eu sempre apoiei a violência para tirar a ditadura militar porque ela sim era violenta. Mas eu tinha muitas restrições. Não apoiava assalto a banco e nem que uma pequena vanguarda decidisse mudar tudo de uma hora para outra. Para mim, a luta armada só faria sentido se camponeses, operários e estudantes participassem dela. Seria preciso mobilizar a sociedade. Quando fui preso, fiz um discurso em que não reconhecia as autoridades que me detinham e defendia um exército revolucionário, mas não falava daquele tipo de luta armada que tivemos no país.

1P5Folha Online - Mas foi o sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, que libertou o senhor e outros 14 presos da cadeia. O senhor não apoiou aquela ação?

1R5-Palmeira - É claro que sou muito agradecido por aquela ação, mas eu realmente não aprovava o método. O sequestro foi feito por uma pequena vanguarda. Sem um apoio popular, aqueles métodos ficaram muito acima das nossas forças, tanto que pagamos muito caro por ela. Muita gente morreu pelo caminho. Por outro lado, ela atingiu o objetivo de soltar as lideranças estudantis e de abalar a credibilidade dos militares.

1P6Folha Online - O senhor sabia que estava na lista dos 15 estudantes que deveriam sair da cadeia?

1R6-Palmeira - Eu nem sabia o que estava acontecendo. Foi um oficial provisório, um cabo que não era de carreira, que me avisou da "libertação dos terroristas". Mas eu não acreditei e nem sabia que a Dissidência [Comunista da Guanabara], o grupo que eu tinha ajudado a fundar, tinha entrado na luta armada. Eu só tive certeza de que algo tinha acontecido quando certa noite eles queimaram meus papeis de anotação, mandaram arrumar a roupa e me mandaram sair. Lá fora estavam vários generais. Assim que eu entrei no camburão, disseram que iriam me matar. Depois chegaram José Dirceu, Luís Travassos [então presidente da UNE e Antônio Ribas [líder secundarista da Ubes]. Eles me olharam e perguntaram por que eu estava emburrado. Foi então que eu soube de tudo.

1P7Folha Online - O senhor achava mesmo que iria morrer?

1R7-Palmeira - Sim! Aquela não tinha sido a primeira vez. Quando fomos presos depois do congresso da UNE em Ibiúna, fomos levados para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), em Santos. Nós três e outros estudantes paulistas fomos colocados no Camburão. Em certo ponto da viagem, a gente sabia que se dobrássemos à esquerda, iríamos para o Dops, mas se virássemos à direita iríamos para Itaipu ou seríamos assassinados. Quando

chegamos naquele ponto, dobramos a direita e o veículo passou de Itaipu. Não tínhamos dúvidas de que morreríamos. Então fiz um discurso em voz alta para que todos os presentes e os oficiais soubessem que morreríamos com honra. Mas logo depois o carro parou e os policiais disseram que tinham errado o caminho. Quase morri de vergonha (risos).

1P8Folha Online - Depois de solto o senhor foi para o exílio. Qual foi o momento mais difícil nos 10 anos que o senhor passou fora do Brasil?

1R8-Palmeira - Foi em Cuba. Fiquei três anos brigando com cubano. Eu nunca gostei de ditadura. Mas apesar do regime intolerável, o povo foi fantástico. Fui bem acolhido e recebi livros, comida e casa, mas não podia trabalhar e manter uma vida social. No último ano, fui obrigado a fazer luta militar.

1P9Folha Online - Obrigado por quem?

1R9-Palmeira - Não é que eu fui obrigado, é que eu fazia parte de um grupo e me submetia à decisão da maioria, e muitos de nós quis o treinamento. Eu sempre me alinhei às decisões da minha organização, mas sempre fui muito crítico a ela internamente. Dentre os que defendiam a luta armada, eu era tido como um moderado.

1P10Folha Online - E como era esse treinamento militar?

1R10-Palmeira - A luta de guerrilha em Cuba era muito tradicional mesmo antes da revolução. Mas depois virou um mito. E todo mundo que se exilava em Cuba, acabava passando por ele. Depois essas pessoas voltavam para seu país de origem, entravam para a guerrilha e acabavam morrendo porque não estavam mesmo preparados.

1P11Folha Online - Sobre a Passeata dos Cem Mil. Como foi que vocês tiveram a ideia de uma manifestação tão ambiciosa?

1R11-Palmeira - Não tivemos essa ideia. Íamos fazer só mais uma. Sabíamos apenas que ela seria grande. Uma semana antes, decidimos usar a violência pela primeira vez porque fomos acusados pelo jornal "O Globo" de só fazer agitação e não resolver nada. Na quinta-feira ocupamos a reitoria da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Levamos coquetel molotov, pedra, bastões. A polícia cercou a reitoria, e tivemos de sair na marra. Depois da confusão, ninguém sabia quem estava vivo ou preso. Na sexta, cheguei à praça Tiradentes às 8h. Os donos das bancas de jornal nos viam chegando e fechavam a porta, mas durante a passeata fomos aplaudidos pela população. Terminamos na embaixada dos Estados Unidos. Quando nos viram, a polícia partiu para o ataque, mas, ao reagir, muitos manifestantes acabaram mortos e presos. Depois dessa "Sexta-Feira Sangrenta", [como aquele dia ficou conhecido], marcamos uma passeata para a semana seguinte.

1P12Folha Online - Era a Passeata dos Cem Mil?

1R12-Palmeira - Sim. Saímos daquela confusão já com a ideia de fazer uma grande manifestação para terça-feira. O governo passou a discutir a possibilidade de permitir a passeata, então adiamos o evento por mais um dia. A gente sabia que seria grande, mas não esperava aquelas 100 mil pessoas.

1P13Folha Online - O senhor acha que iria tanta gente se o governo tivesse proibido o protesto?

1R13-Palmeira - Certamente não iriam as 100 mil pessoas, mas apareceria muita gente porque a população estava muito descontente com a repressão. E mesmo

permitindo a passeata, o governo decretou ponto facultativo naquele dia com a intenção de esvaziar o protesto.

1P14Folha Online - Depois de 40 anos, como o senhor avalia o movimento estudantil?

1R14-Palmeira - Não dá para comparar. Naquele tempo a gente vivia para mudar o mundo. Hoje quem dá a vida por um deputado? Mas a verdade é que o movimento estudantil ficou parado no tempo. Ele é muito partidarizado. As entidades ficam nas mãos dos partidos políticos, que passam a elas seus programas. O resultado é que os dirigentes não conseguem tratar objetivamente das reivindicações estudantis. A luta agora é corporativa, luta política e muita dependência do governo federal.

1P15Folha Online - Mas o movimento era essencialmente político, não?

1R15-Palmeira - É por isso mesmo. Eu me espanto com o fato de o movimento estudantil tenta repetir o que fizemos no passado. Os tempos são outros. É preciso renovar.

1P16-Folha Online - E o que deveria ser feito?

1R16-Palmeira - Eles deveriam discutir o atual papel da universidade com a população. O movimento perdeu de vista o que pode fazer pela sociedade. A dengue, por exemplo: como a universidade pode ajudar na conscientização das pessoas? As faculdades não estão inseridas na sociedade. Ficar tentando eleger deputado está ultrapassado. Tínhamos de fazer uma política de outro tipo. Os estudantes têm um horizonte enorme pela frente, mas é preciso se renovar.

Anexo 2- Entrevista Manuela D'Ávila

Ex-dirigente da UNE, Manuela D'Ávila quer ser prefeita; leia entrevista
Publicidade

WANDERLEY

PREITE

SOBRINHO

Colaboração para a **Folha Online**

A deputada federal Manuela D'Ávila (PC do B-RS), 26, engrossa a lista de ex-dirigentes da UNE (União Nacional dos Estudantes) que entraram na política. Eleita vereadora de Porto Alegre em 2004, Manuela deixou o cargo para disputar uma vaga de deputada federal em 2006. Ela pretende disputar a Prefeitura de Porto Alegre, em outubro deste ano.

Manuela disse à **Folha Online** que deixou a UNE porque o movimento estudantil não pode ser partidarizado. Questionada sobre seu início na política, entretanto, ela admite que foi influenciada pela decisão do seu partido. "Não foi decisão minha. A ideia do partido era eleger alguém que pudesse levar adiante uma política para a juventude. Meu nome acabou sendo indicado somente para marcar posição porque não sabíamos se a candidatura era viável."

Para Manuela, a UNE não sofre a influência de um único partido: o PC do B. "O diálogo é motivado exatamente porque a entidade é formada por todos os partidos. Na UNE, todos são estudantes, não há uma briga entre classes sociais."

Leia abaixo a íntegra da entrevista com Manuela D'Ávila:

2P1- Folha Online - Por que você saiu da UNE quando se elegeu vereadora em 2004?

2R1-Manuela D'Ávila - Deixei o movimento porque ele deve ser autônomo. A causa estudantil ficaria partidarizada, e isso vai contra os princípios da UNE.

2P2-Folha Online - Por que começou na política pelo movimento estudantil?

2R2-Manuela - Mais do que as causas estudantis, a UNE tem um projeto de país. Uma de nossas bandeiras, por exemplo, era o combate ao neoliberalismo. Foi a partir daí que eu me identifiquei com a política partidária e entrei no PC do B, em 2000.

2P3-Folha Online - Quando percebeu que era hora de deixar o movimento estudantil e disputar uma cadeira na Câmara?

2R3-Manuela - Não foi decisão minha. A ideia do partido era eleger alguém que pudesse levar adiante uma política para a juventude. Meu nome acabou sendo indicado somente para marcar posição porque não sabíamos se a candidatura era viável, mas acabei eleita. Não houve isso de 'eu quero ser parlamentar'. Isso eu aprendi na UNE, que convive com a opinião de diferentes correntes políticas porque é a única entidade universitária do país. É diferente das decisões tomadas por quem saiu dos sindicatos. Não sou autoritária graças ao movimento estudantil.

2P4-Folha Online - A existência da UNE como única representação dos estudantes não prejudica o diálogo sobre as necessidades do setor?

2R4-Manuela - Muito pelo contrário. O diálogo é motivado exatamente porque a entidade é formada por todos os partidos. Na UNE, todos são estudantes, não há uma briga entre classes sociais. Alguns partidos políticos não conversam com ninguém porque saíram do movimento sindical. Respeitar a autonomia político-partidária dos estudantes nos fortalece.

2P5-Folha Online - Há uma espécie de saudosismo do movimento em relação ao seu passado ligado ao combate ao regime militar?

2R5-Manuela - Tenho uma admiração profunda pelos presidentes da UNE que viveram na clandestinidade, mas não acho poético ser preso e torturado.

2P6-Folha Online - Muita gente do movimento estudantil pegou em armas naquela época. Foi uma resistência legítima?

2R6-Manuela - Estávamos em uma ditadura armada, portanto era. O regime torturava e matava pessoas. É a soma de diversos esforços, inclusive a luta armada, que fez possível a redemocratização do Brasil.

2P7-Folha Online - A senhora não acha que o movimento só ganhou importância porque a luta pela redemocratização extrapolou o campo estudantil?

2R7-Manuela - É evidente. Naquele momento, os estudantes não podiam debater as necessidades da universidade. O problema da educação passava pela necessidade de mudar o país. Então é natural que os estudantes resistissem à ditadura e lutassem pela democracia.

2P8-Folha Online - Por que o movimento estudantil não tem o mesmo brilho daqueles anos?

2R8-Manuela - É impossível comparar os momentos. Além de estarmos num regime democrático, o perfil do universitário é diferente. Hoje o jovem precisa trabalhar para pagar os estudos. Nos anos 70, eles só se preocupavam em estudar. É natural que eles se envolvessem em causas políticas. Só enxerga mais brilho no passado do movimento quem acha romântico o regime militar.

2P9-Folha Online - Não há menos engajamento hoje em dia?

2R9-Manuela - Não militei naquele período. Eu não tenho a dimensão. Mas, hoje, a juventude enfrenta a dificuldade de permanecer estudando e trabalhando.

2P10-Folha Online - Como o movimento deve atuar para atrair mais jovens?

2R10-Manuela - É preciso que o movimento invista em projetos envolvendo cultura, ciência e esporte porque, além de atrair os jovens, trata-se de uma política pública. A universidade e a escola têm a cara do projeto de desenvolvimento que foi escolhido para o país.

2P11-Folha Online - Será que também não é preciso modernizar o discurso?

O movimento não ficou parado no tempo?

2R11-Manuela - Acabamos de protestar contra a presença da secretária de Estado americana Condoleezza Rice, que representa o belicismo norte-americano. Acho moderno lutar contra a guerra. Se avaliarmos a política americana, veremos que é preciso lutar mais pela paz hoje do que há 15 anos.

2P12-Folha Online - Qual a sua opinião sobre a política estudantil do governo Lula?

2R12-Manuela - Ela tem alguns avanços e limites. O principal avanço é o ProUni, que vem democratizando o ensino superior ao incluir 300 mil universitários nos últimos anos. Mas o governo Lula não enfrentou o problema do transporte coletivo, por exemplo, que é um dos principais motivos da evasão escolar. Aumentamos o acesso à educação, mas não conseguimos criar condições para os que estudantes permaneçam na escola e na universidade.

2P13-Folha Online - E como a senhora, na Câmara, vem atuando pelo movimento estudantil?

2R13-Manuela - Neste primeiro ano de mandato, sugerimos o pagamento de mensalidade com a utilização do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e devemos aprovar ainda no primeiro semestre a lei de estágios, que eu relatei.

Anexo 3- Entrevista Lucia Stumpf

Presidente da UNE defende entidade única de representação estudantil; leia entrevista

A gaúcha Lucia Stumpf, 25, preside a UNE (União Nacional dos Estudantes) desde julho do ano passado. Em entrevista à **Folha Online** Lúcia defende a existência de apenas uma entidade de representação dos estudantes. Para ela, a criação de outras entidades enfraqueceria o movimento.

"A UNE é forte exatamente porque é a única entidade. Dividir em outras instituições nos enfraqueceria", diz ela.

Stumpf afirma que não houve uma redução da adesão dos estudantes aos movimentos, mas sim alterações sociais. "O individualismo está presente no dia-a-dia da juventude. O estudante enxerga o aluno da carteira ao lado como concorrente, seja no cursinho ou na universidade."

Para ela, um dos desafios da UNE é atrair novos estudantes por meio da ampliação do debate. "Precisamos tratar de temas que os interessam, como a cultura."

Leia abaixo a íntegra da entrevista com Lucia Stumpf:

3P1- Folha Online - Como a UNE participou da reforma universitária que está tramitando no Congresso?

3R1-Lucia Stumpf - Depois de discutirmos com entidades de professores e de funcionários ligados à educação, apresentamos a nossa proposta aos deputados e ministros. Mas o que está em tramitação não é o projeto que foi aprovado naquela época. Agora, o que precisamos fazer é mobilizar os estudantes para tentar recuperar um pouco do texto original.

3P2-Folha Online - O que aconteceu com o projeto original?

3R2-Stumpf - A reforma que a gente defendia foi desfigurada pelo debate entre o Executivo e o Legislativo. Nós defendíamos a ampliação de vagas na universidade pública e a regulamentação da universidade privada. As particulares abusam na cobrança de mensalidade e não sofrem qualquer tipo de controle sobre a qualidade de ensino. Mas consideramos o projeto um avanço porque ele, pelo menos, discute temas exigidos pelos estudantes desde a década de 1970.

3P3-Folha Online - A existência de apenas uma entidade ligada às causas universitárias não limita o poder de discussão nessas horas?

3R3-Stumpf - Não. A UNE é forte exatamente porque é a única entidade. Dividir em outras instituições nos enfraqueceria. Existiria uma entidade para as faculdades de direito, outra para as particulares e uma terceira para as públicas. Ao mesmo tempo, há muita diversidade na UNE. Há representantes do PT, do PSOL, do DEM e do PSDB, por exemplo.

3P4-Folha Online - Como as várias correntes da UNE chegam a um acordo?

3R4-Stumpf - Nosso estatuto garante aos diretores o direito de se posicionar de forma distinta sobre o mesmo tema. Eu posso ser contra a atual reforma, mas outro diretor pode se posicionar a favor. O importante mesmo é que a maior parte das bandeiras defendidas pelos dirigentes da UNE são os mesmos.

3P5-Folha Online - Mas a maioria ligada à esquerda não ajuda?

3R5-Stumpf - O que é esquerda pra mim pode não ser pra você. Eu falo de bandeiras como luta pelo ensino público, pela regulamentação das universidades particulares.

3P6-Folha Online - O fim da ditadura não reduziu a visibilidade e poder de influência da UNE?

3R6-Stumpf - A UNE parece perder visibilidade porque estamos em um regime democrático e dividimos a atenção e as lutas com outras entidades. Mas a UNE é uma sobrevivente. Enquanto nossos dirigentes eram assassinados, presos e exilados, outros movimentos eram perseguidos e acabavam desorganizados. Por termos resistido, somos tão importantes hoje como no passado.

3P7-Folha Online - O movimento estudantil fez bem em participar da luta armada para combater a ditadura?

3R7-Stumpf - Naquela época uma série de organizações era obrigada a pegar em armas. Não vivi aquele momento, mas não tenho dúvidas de que foi uma opção justa porque quem passou por aquilo lutou contra um regime totalitário que desrespeitava os direitos humanos.

3P8-Folha Online - Por que a UNE participa de manifestações desligadas de assuntos estudantis, como o protesto contra a visita da secretária de Estado americana Condolezza Rice? Essa não é uma extrapolação de funções?

3R8-Stumpf - Todas as grandes questões nacionais devem passar pelos estudantes. Em toda sua história, a UNE lutou por temas de interesse do Brasil. Brigamos pelo petróleo nos anos 1940, pela redemocratização nos anos 1960 e contra as privatizações nos anos 1990. Agora temos de marcar posição contra as guerras de George Bush. Hoje ela é contra o Iraque, mas amanhã pode bater nas portas da América Latina.

3P9-Folha Online - Os estudantes de hoje são menos engajados do que no passado

3R9-Stumpf - Foi o mundo que mudou. O individualismo está presente no dia-a-dia da juventude. O estudante enxerga o aluno da carteira ao lado como concorrente, seja no cursinho ou na universidade. O mundo é individualista a começar pelas propagandas universitárias. Nossas lutas sociais enfrentam uma séria dificuldade de dialogar com a juventude, sempre atraída por outros valores.

3P10-Folha Online - É essa a grande dificuldade da UNE? Conseguir atrair mais estudantes?

3R10-Stumpf - Ela tem de ampliar o leque de debates. Precisamos tratar de temas que os interessam, como a cultura. Os Cucas (Centro Universitário de Cultura e Arte) é um núcleo criado para que os universitários produzam cultura. Também percorremos as universidades discutindo a legalização do aborto, das drogas e discutindo o uso de álcool no trânsito.

3P11-Folha Online - Qual é o futuro do movimento estudantil no Brasil?

3R11-Stumpf - Esperamos que os próximos 70 anos da UNE seja tão participativa quando nos primeiros 70. Acredito que o movimento estudantil estará ainda mais presente nas pautas estudantis e nacionais.

3P12-Folha Online - A senhora tem alguma pretensão política?

3R12-Stumpf - Não. Minha pretensão é continuar atuando nos movimentos sociais. Nenhum governo por si só é capaz de mudar alguma coisa. Ele só consegue se tiver pressão e cobrança por parte da sociedade organizada. Acho que posso contribuir mais dessa forma.

3P13-Folha Online - A UNE é comandada pelo PC do B?

3R13-Stumpf - Somos 85 diretores de todos os partidos políticos. O PC do B tem cerca de 18 membros. Não há nenhuma ingerência do PC do B em nossas atividades. Somos totalmente autônomos a ele.

3P14-Folha Online - Mas por que a maioria das lideranças que saem da UNE vão para o PC do B?

3R14-Stumpf - Realmente todos os presidentes são do PC do B desde a década de 1990. Eu mesma sou filiada a ele. Mas nenhum partido consegue ingerir sobre a UNE porque nossa diretoria é proporcionalmente dividida entre diferentes partidos e dirigida de acordo com o que delibera os estudantes em nossos congressos. Minhas decisões são dirigidas pelos congressos e não pelas orientações do meu partido.

3P15-Folha Online - Por que o PC do B sempre fica com a presidência da UNE?

3R15-Stumpf - É porque PC do B é o partido político que mais trabalha com a juventude. A União da Juventude Socialista, dirigida pelo PC do B, é a maior entidade juvenil do país com 200 mil filiados. Como essas pessoas participam ativamente dos grêmios nas universidades, eles acabam muito presentes na UNE.

3P16-Folha Online - Passar pela UNE credencia as pessoas a atuarem na política?

3R16-Stumpf - Sim porque fazer parte da UNE é um grande exercício de democracia. Nela são tratados os mais diversos assuntos, que vão da reforma da universidade a temas como aborto e drogas. Como essas discussões movimentam todos os partidos, a UNE acaba se tornando a maior escola de democracia do país. Não é a toa que ela sempre forma grandes políticos.

3P17-Folha Online - Como vê a Conlute, uma entidade de oposição à UNE?

3R17-Stumpf - Não reconhecemos como uma entidade que representa os universitários. Ela é formada por quem não quer ver as transformações que estão em curso e só pensa em dividir o movimento estudantil. Ela vai morrer à mingua como o SDE (Social Democracia Estudantil), uma alternativa à UNE proposta pelo PSDB em 2001 que também não deu certo.

Anexo 4- Entrevistas conforme publicação na Folha on line

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)